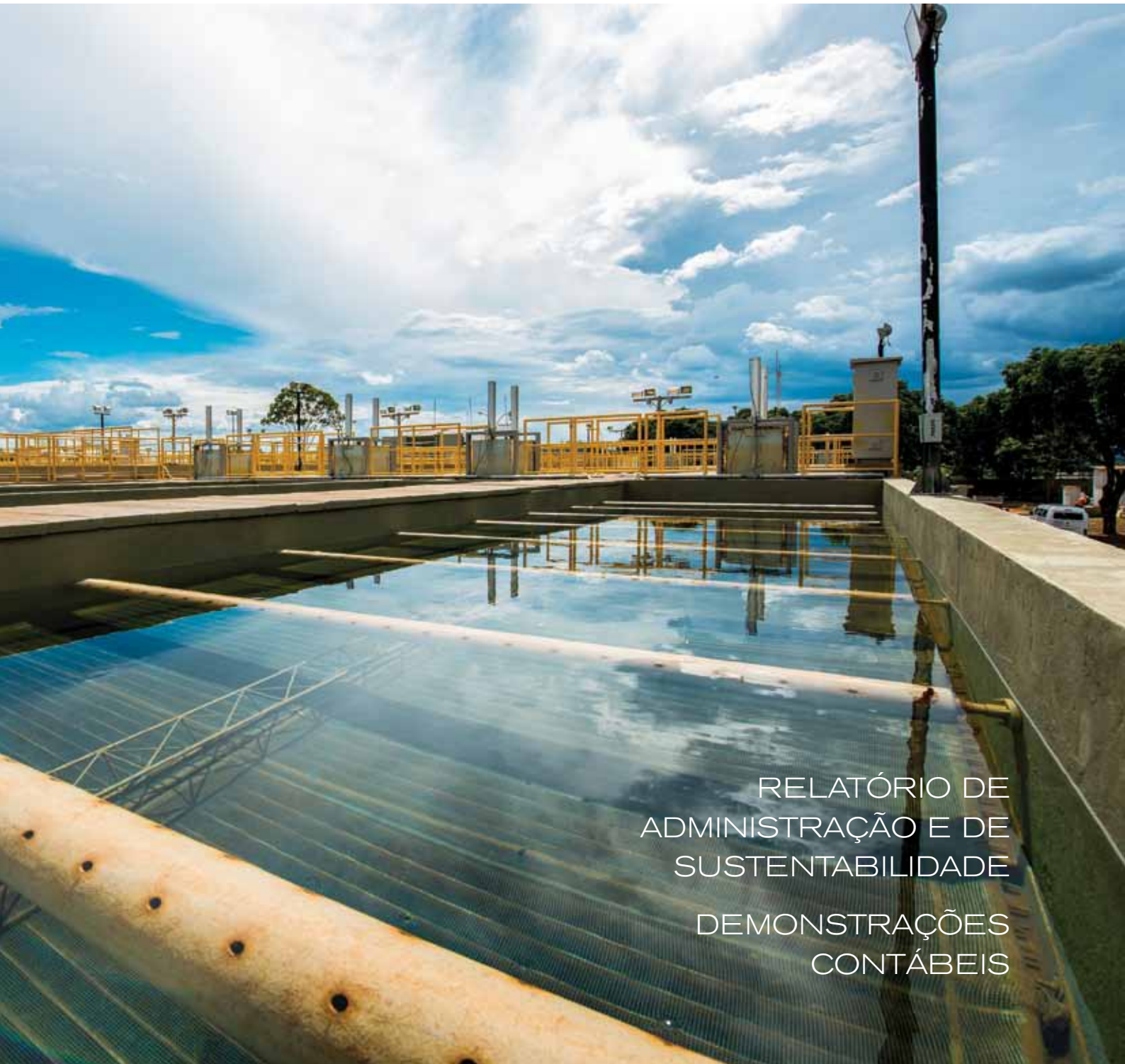


2015



RELATÓRIO DE
ADMINISTRAÇÃO E DE
SUSTENTABILIDADE
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS





2015

RELATÓRIO DE
ADMINISTRAÇÃO E DE
SUSTENTABILIDADE
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS



04	APRESENTAÇÃO
06	MENSAGEM DO GOVERNO DO PARANÁ
08	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
10	A SANEPAR
18	GOVERNANÇA CORPORATIVA
28	SUSTENTABILIDADE
	DESEMPENHO ECONÔMICO
	MODELO DE GESTÃO
46	CLIENTES
	PODER CONCEDENTE
	CONSUMIDORES
60	PROCESSOS
	MELHORIA DA EFICIÊNCIA
	GESTÃO AMBIENTAL
84	PESSOAS
	PÚBLICO INTERNO
	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
98	BALANÇO SOCIAL ANUAL
100	SOBRE O RELATÓRIO
105	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual 2015 comunica os resultados da Sanepar na sua concepção mais ampla: a de geração de valor para a sociedade. Ao longo do texto são apresentadas as principais estratégias e resultados econômicos, sociais e ambientais da Companhia e a interligação dessas três dimensões no desempenho do negócio. Além dos avanços conquistados durante o ano, a empresa relata os principais desafios e a forma com que tem atuado para enfrentá-los.

A finalidade deste documento é prestar contas aos públicos com os quais a Sanepar se relaciona, além de servir como ferramenta de gestão. As quatro grandes perspectivas do planejamento estratégico atual - sustentabilidade, clientes, processos e pessoas - orientaram a elaboração deste conteúdo e a divisão de capítulos.

Também foram usadas como referências as diretrizes da metodologia Global Reporting Initiative (GRI) e os princípios de Relato Integrado publicados pelo International Integrated Reporting Council (IIRC).

MENSAGEM

DO GOVERNO DO PARANÁ [G4-1]

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), ao apresentar resultados aferidos em 2015, reafirma, mais do que nunca, o seu papel estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico do estado.

Ao mesmo tempo, comprova, como tem feito nos últimos cinco anos, ser perfeitamente possível conciliar o atendimento das demandas sociais da população - prioridade absoluta da Companhia e deste governo - com as expectativas econômicas, enfrentando as oscilações da economia e revelando-se uma empresa saudável em todos os seus números.

A Sanepar e este governo são movidos pela certeza - e prática - de que o Estado existe para atender, de forma eficiente, aos anseios dos cidadãos paranaenses. Mas a empresa tem melhores condições de atingir seus objetivos se atrair a parceria de investidores privados.

Em 2015, houve um aumento de 69,9 mil novas ligações de água, totalizando 2.979.363 ligações. Esse aumento segue a tendência de crescimento vegetativo, já que há cobertura total em todo o estado. Em termos de esgoto, com 1.859.533

ligações, há um índice de atendimento de 67,13%. Em 2015, foram feitas 100,1 mil novas ligações. A empresa continua ampliando o sistema de esgoto nos municípios que já contavam com esse serviço e o implantando em cidades que antes não tinham.

A Sanepar investiu R\$ 3,3 bilhões nos últimos cinco anos. É um volume significativo, inclusive em termos históricos, desde a criação da empresa, há 53 anos.

A sua funcionalidade e eficiência estão relacionadas ao uso racional da água que coleta e do esgoto que trata.

A empresa tem o compromisso de usar com responsabilidade os recursos hídricos do Paraná. Além de treinar os funcionários para melhorar o desempenho operacional, promove diversas ações de educação socioambiental com foco na comunidade.

Ressaltamos que jamais alcançaríamos números tão expressivos sem a qualidade, o conhecimento e a dedicação de nossos funcionários em todos os setores da Companhia. Os colaboradores da Sanepar constituem atualmente um dos mais

competentes quadros técnicos do país, e a empresa não mede esforços no seu aprimoramento profissional.

A parceria também é fundamental no relacionamento com as prefeituras, seja na execução das obras ou no apoio técnico da empresa na elaboração dos planos municipais de saneamento básico, já formalizados como lei na maioria de nossas cidades.

Todas as suas ações são norteadas pelo diálogo e pela transparência, em modelo de gestão guiado pela qualidade dos serviços da Companhia (com as ações de médio e longo prazo periodicamente redimensionadas, de acordo com as futuras demandas potenciais), o que tem lhe proporcionado vários prêmios neste último quinquênio.

Em 2015, essa soma de esforços nos revelou, em todos os sentidos, bons resultados, lastreados por obras e serviços, atendimento de qualidade à população, inclusão social, preservação ambiental e desenvolvimento empresarial. E, o que é melhor, de concretos e inegáveis benefícios a todos os paranaenses.

BETO RICHA

Governador do Paraná

A SANEPAR E ESTE GOVERNO SÃO MOVIDOS PELA CERTEZA - E PRÁTICA - DE QUE O ESTADO EXISTE PARA ATENDER, DE FORMA EFICIENTE, AOS ANSEIOS DOS CIDADÃOS PARANAENSES.

MENSAGEM

DA ADMINISTRAÇÃO

EM 2015, DEMOS PASSOS DECISIVOS PARA ADAPTAR A SANEPAR AO AMBIENTE REGULADO PELA LEI DE SANEAMENTO. O MARCO REGULATÓRIO É, PARA NÓS, UMA OPORTUNIDADE PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS E MELHORAR A PRODUTIVIDADE.

O ano de 2015 foi marcado por uma grave crise hídrica. Os baixos níveis de água nos reservatórios foram um alerta a todos os consumidores de que esse é um recurso escasso e é preciso utilizá-lo de forma racional. No Paraná, a riqueza hídrica do estado foi condição importante para que a Sanepar mantivesse o volume de captação e fornecimento de água. Isso não evitou, no entanto, que a empresa sentisse os efeitos econômicos da estiagem. A falta d'água em outras regiões levou os consumidores a reduzir o consumo e se refletiu no volume faturado de água, que se manteve estável, mesmo com o crescimento do número de clientes.

Outro fator que influenciou os resultados foi o preço da energia elétrica, que subiu aproximadamente 90% durante o ano, em decorrência das políticas do governo federal para o setor. O insumo representa um dos maiores custos da Sanepar e é essencial para os processos. Para fazer frente a essa contingência, foram adotadas medidas para reduzir o consumo. A Companhia também tem buscado fontes alternativas de energia, como hidráulica, solar e conversão de biogás, esta última nos moldes do projeto CS Bioenergia, empreendimento que é fruto de uma parceria

entre a Sanepar e a Cattalini Bioenergia e que poderá gerar, em 2016, até 2,8 MW de energia elétrica a partir do lodo de esgoto de uma estação de tratamento da Sanepar.

Apesar das adversidades, a Sanepar encerrou o ano mantendo sua capacidade de geração de caixa. A receita operacional líquida aumentou 13,5% entre 2014 e 2015. O lucro líquido foi de R\$ 438,4 milhões, um aumento de 4% no mesmo período. O resultado foi influenciado pelo reajuste tarifário de 12,5%, pela revisão tarifária extraordinária de 8% e pela ampliação da base de clientes.

Mesmo com o agravamento da crise econômica nacional e com as condições extraordinárias do mercado de saneamento, a Companhia investiu R\$ 795 milhões na melhoria e expansão dos sistemas de produção e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgoto e de resíduos sólidos. Com isso, garantimos fornecimento de água tratada para 100% dos moradores de 346 municípios em que atuamos e elevamos para 67% o índice de coleta e tratamento do esgoto sanitário. Em julho, concluímos um investimento de R\$ 30 milhões ao inaugurar, em Curitiba, o mais moderno laboratório de

saneamento da América Latina, responsável por analisar milhares de parâmetros de qualidade de água e esgoto por mês.

Também em 2015, demos passos decisivos para adaptar a Sanepar ao ambiente regulado pela Lei de Saneamento. Estamos avançando para apurar a base de ativos e identificar o valor econômico de cada um dos bens da empresa. A instituição do marco regulatório é, para nós, uma oportunidade para aumentar a eficiência dos serviços e melhorar a produtividade.

Para 2016, a estratégia é investir em obras e tecnologias que garantam segurança hídrica em toda a área de atuação da empresa, especialmente para aumentar ainda mais a confiabilidade do sistema e a flexibilidade operacional. Estamos concentrados em atender às expectativas de nossos clientes - os municípios, que são o poder concedente, e os consumidores finais, que são as famílias atendidas. É para eles que a Sanepar desenvolve diariamente a missão de prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

MOUNIR CHAOWICHE

Presidente da Sanepar



A SANEPAR

Cuidar da água é da natureza da Sanepar, uma das maiores empresas em operação no Paraná. O estado, cujo nome em guarani significa “água grande”, impressiona pela riqueza hídrica e tem, na Companhia de Saneamento, uma guardiã de seus recursos naturais. Para captar, tratar e distribuir água potável para a população de 346 municípios, a Sanepar mantém 49 mil quilômetros de redes de abastecimento, o que equivale a dar mais de uma volta no globo terrestre.

A empresa de saneamento trabalha 24 horas por dia empenhada em garantir saúde e qualidade de vida para a população. Além de envolver 7.473 funcionários em modernas práticas de gestão que garantam a perenidade do negócio, a Sanepar investe na segurança do trabalho e na satisfação dos clientes. É, também, protagonista na preservação ambiental e tem o compromisso de devolver em condições adequadas a água que capta dos rios para os seus processos.



**FORNECIMENTO
DE ÁGUA TRATADA**

100%

Média nacional 82,5%



**COLETA
DE ESGOTO**

67%

Média nacional 48%



**TRATAMENTO
DE ESGOTO**

99,5%

Média nacional 38,7%

Referência nacional em saneamento básico, a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - presta serviços de água tratada, coleta e tratamento de esgoto sanitário e gerenciamento de resíduos sólidos. Duas características fazem dela um modelo do ponto de vista técnico e ambiental: a empresa universalizou a rede urbana de abastecimento de água, atendendo a totalidade da população, e é a única do país que trata 99,5% do esgoto que coleta, antes de devolvê-lo aos rios. [G4-3, G4-4]

Com sede em Curitiba, a empresa de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, opera em 345 dos 399 municípios do Paraná e 290 localidades de menor porte no estado, além de Porto União, cidade de Santa Catarina. Na gestão dos resíduos sólidos urbanos, opera os aterros sanitários das cidades de Cianorte, Apucarana e Cornélio Procopio. O aterro de Cianorte atende também as cidades de São Tomé, Terra Boa, Guaporema e Indianópolis. [G4-5, G4-6, G4-7, G4-8, G4-9]

A empresa alia eficiência operacional e resultados econômicos a uma sólida política socioambiental. Em 2015, investiu R\$ 795 milhões em obras de expansão,

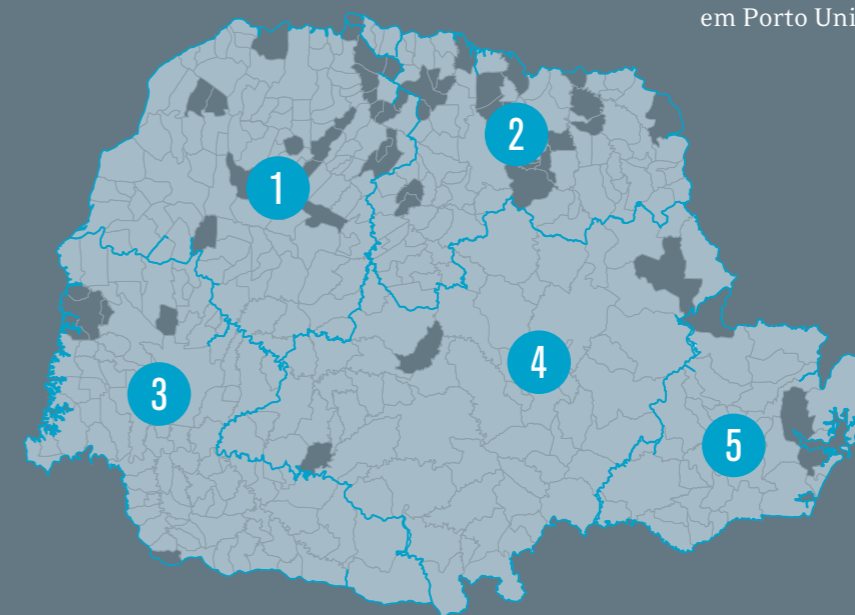
melhorias e atualização tecnológica para aumentar a eficiência e reduzir os impactos ambientais de seu complexo operacional. Em julho, concluiu um investimento de R\$ 30 milhões ao inaugurar, em Curitiba, o mais moderno e completo laboratório de saneamento da América Latina. [G4-9]

Uma força de trabalho formada por 7.473 empregados empenha qualificação técnica e comprometimento com o saneamento ambiental para fazer da Sanepar a empresa brasileira mais reconhecida no setor de saneamento. [G4-9]

Em 2016, a CS Bioenergia S.A., sociedade de propósito específico formada pela Sanepar e pela Cattalini Bioenergia, vai iniciar a produção de energia elétrica a partir do lodo de esgoto, numa unidade de biodigestão construída ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Belém, em Curitiba, a maior entre as estações da empresa. Em 2015, foram realizadas diversas obras para esse fim. Além de garantir o atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a destinação adequada do lodo produzido, a Companhia estabelece um marco importante no setor de saneamento do país. A Sanepar tem participação acionária de 40% no negócio. [G4-4]

LOCAIS DE ATUAÇÃO E INVESTIMENTOS [G4-8, G4-9]

A Sanepar está presente em 345 municípios e 290 localidades no Paraná e em Porto União, cidade de Santa Catarina.



● Municípios atendidos
○ Municípios não atendidos

1. NOROESTE

Municípios atendidos: 92

Investimentos

Água	R\$ 44,1 milhões
Esgoto	R\$ 74,5 milhões
Total	R\$ 118,6 milhões

2. NORDESTE

Municípios atendidos: 75

Investimentos

Água	R\$ 58,7 milhões
Esgoto	R\$ 64,2 milhões
Total	R\$ 122,9 milhões

3. SUDOESTE

Municípios atendidos: 85

Investimentos

Água	R\$ 61,6 milhões
Esgoto	R\$ 92,2 milhões
Total	R\$ 153,8 milhões

4. SUDESTE

Municípios atendidos: 61¹

Investimentos

Água	R\$ 44,4 milhões
Esgoto	R\$ 51,1 milhões
Total	R\$ 95,5 milhões

¹Inclui o município de Porto União, em Santa Catarina.

5. METROPOLITANA E LITORAL

Municípios atendidos: 33

Investimentos

Água	R\$ 91,6 milhões
Esgoto	R\$ 164,8 milhões
Total	R\$ 256,4 milhões

RIQUEZA EM RECURSOS HÍDRICOS

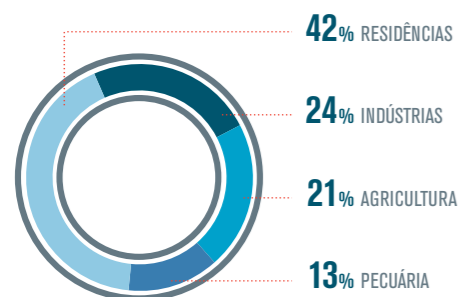
RECURSOS HÍDRICOS

(Em L/s)



DEMANDAS HÍDRICAS

(Por uso)



Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos.

O Paraná é um estado privilegiado em recursos hídricos e vem desfrutando um bom regime de chuvas, enquanto outras regiões do país sofrem o efeito da estiagem. Mas a oferta abundante de água deve-se também ao planejamento de longo prazo, à gestão operacional e ao investimento permanente no sistema de captação, reservação e abastecimento.

A Sanepar se diferencia das outras empresas de saneamento do Brasil por possuir estrutura de captação diversificada. A demanda média por água, sua principal matéria prima, é hoje de apenas 4,5% da disponibilidade de 1,2 milhão de litros por segundo.

Mesmo na região de maior pressão sobre o sistema, composta de Curitiba e municípios metropolitanos, a proporção é confortável, com a demanda chegando a 23% da disponibilidade. O Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba e Região Metropolitana (Saic) é baseado na captação de água em pontos espalhados no entorno dos centros urbanos.

Em julho de 2015, a empresa lançou o edital de contratação das obras da Barragem do Miringuava, que vai reforçar o sistema de barragens formado hoje por Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna para abastecer a população da Região Metropolitana de Curitiba. O investimento é de R\$ 37 milhões, e a nova barragem, localizada em São José dos Pinhais, garantirá a demanda por mais 15 anos. O Plano Diretor do Saic inclui outras ações. Ele define as fontes de suprimento de água para o atendimento das necessidades da população até o ano de 2040.



RECONHECIMENTOS

A Sanepar foi a campeã de 2015 do setor Água e Saneamento no *ranking* Valor 1000 - publicação anual do jornal *Valor Econômico*. Na classificação geral do setor, a empresa obteve 57,5 pontos, enquanto a média das dez primeiras foi de 40,2 pontos.

A excelência dos serviços da Companhia também foi registrada mais uma vez neste ano pelo Instituto Trata Brasil, que ranqueia as melhores cidades em saneamento do país, com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS - base 2013). Entre as dez primeiras cidades brasileiras em saneamento básico, quatro são atendidas pela Sanepar. Maringá é a segunda colocada e Curitiba é a melhor capital. Londrina saltou da 13ª colocação para a 4ª, de 2014 para 2015, e Ponta Grossa aparece em 8ª. Em seguida, vem Cascavel, a 11ª cidade com melhor saneamento.

MODELO DE NEGÓCIO [G4-4, G4-9]

A Sanepar fez um exercício de mapeamento dos principais capitais envolvidos na geração de valor da companhia, de acordo com os princípios e diretrizes de Relatório Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC), que reúne reguladores, investidores, empresas, profissionais do setor contábil e organizações não governamentais de todo o mundo.

RECURSOS ALOCADOS

COMO AGREGAMOS VALOR



CAPITAL FINANCEIRO

Patrimônio líquido: **R\$ 4,2 bilhões**
Geração de caixa: **R\$ 872,3 milhões**



CAPITAL NATURAL

Disponibilidade hídrica:
quase 1,2 milhão l/s



CAPITAL HUMANO

7.473 empregados próprios
e 3 mil terceirizados



CAPITAL INTELECTUAL

R\$ 428 mil investidos em treinamento



CAPITAL SOCIAL

Satisfação dos clientes:

77% de aprovação entre os clientes residenciais e 81% entre os empresariais

Relacionamento com a comunidade

GOVERNANÇA

Expertise dos sócios privados somada ao compromisso social do Estado do Paraná

ESTRATÉGIA

Planejamento estratégico, diversificação e contratos de longo prazo (média de 18,2 anos)

CAPILARIDADE

345 municípios do Paraná
+ Porto União, em Santa Catarina

INVESTIMENTOS

R\$ 795 milhões em 2015

MEIO AMBIENTE

Gestão de impactos

QUALIDADE

1,3 milhão de parâmetros de qualidade da água e 3 mil de esgoto monitorados por mês

NOSSOS NEGÓCIOS

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Foco estratégico:
manutenção e melhoria

ATIVOS (CAPITAL FÍSICO)

170 ETAS (estações de tratamento de água)
1.027 POÇOS artesianos
4 BARRAGENS
2.979.363 LIGAÇÕES
49,6 MIL KM de rede de distribuição

ENTREGAS PARA A SOCIEDADE

100% ÍNDICE DE COBERTURA (população urbana)

3,7 MILHÕES de economias ativas¹

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Foco estratégico:
universalização

234 ETEs (estações de tratamento de esgoto)
1.859.533 LIGAÇÕES
31 MIL KM de rede coletora

67% ÍNDICE DE COBERTURA

99,5% DE TRATAMENTO DO ESGOTO COLETADO

2,5 MILHÕES de economias ativas¹

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Foco estratégico:
crescimento e diversificação

3 ATERROS SANITÁRIOS

100% DE TRATAMENTO DOS RESÍDUOS COLETADOS

60 MIL TONELADAS de resíduos sólidos tratados



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Transparência nos negócios e respeito aos públicos de relacionamento são a base da governança da Sanepar. A empresa, de economia mista e de capital aberto, é controlada pelo Estado do Paraná, que detém 51,4% do capital total. Outra parte significativa das ações está nas mãos de acionistas minoritários.

Pioneira no setor de saneamento por ter um Acordo de Acionistas, a Companhia preza pela equidade entre esses diversos públicos na tomada de decisões estratégicas. Para isso, garante, por meio do Estatuto Social, que os assentos nas diversas instâncias sejam divididos, de forma justa, entre representantes dos dois segmentos de acionistas - majoritário e minoritários. Itens financeiros e econômicos, incluindo contratos de concessão, são analisados pelo Comitê Técnico, que apoia a alta liderança. Todas as informações são submetidas a auditoria interna e externa. A Sanepar também está atenta aos riscos que possam afetar a Companhia. Por isso, tem como prática constante a identificação e mitigação de eventuais ameaças aos negócios.

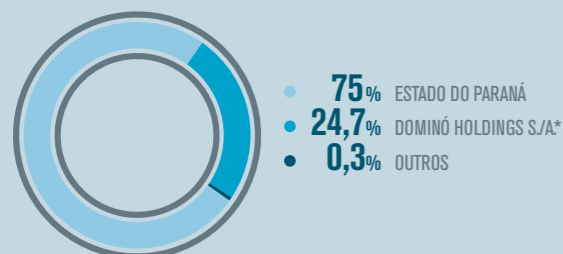
A Sanepar é uma companhia de economia mista e capital aberto controlada pelo Estado do Paraná. Está listada com o nível 1 de governança corporativa na BM&FBovespa. A participação nesse segmento é voluntária e implica a adoção de um conjunto de boas práticas de governança corporativa que vão além do cumprimento da legislação brasileira e que prezam pela transparência e pelo acesso às informações pelos investidores. O *free float* - ações negociadas livremente no mercado de capitais - é de 32%. O grande desafio é superar a baixa liquidez das ações e, para tanto, a empresa vem realizando uma série de iniciativas.

A Companhia foi a primeira do Brasil na área de saneamento a ter um Acordo de Acionistas. O documento alinha os interesses entre os acionistas controladores e tem validade até 2021. O acordo é um importante instrumento de fortalecimento da governança corporativa e define, entre outros procedimentos, a política de dividendos.

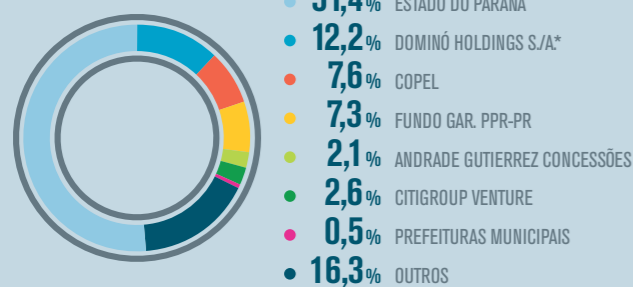
COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

(Em %)

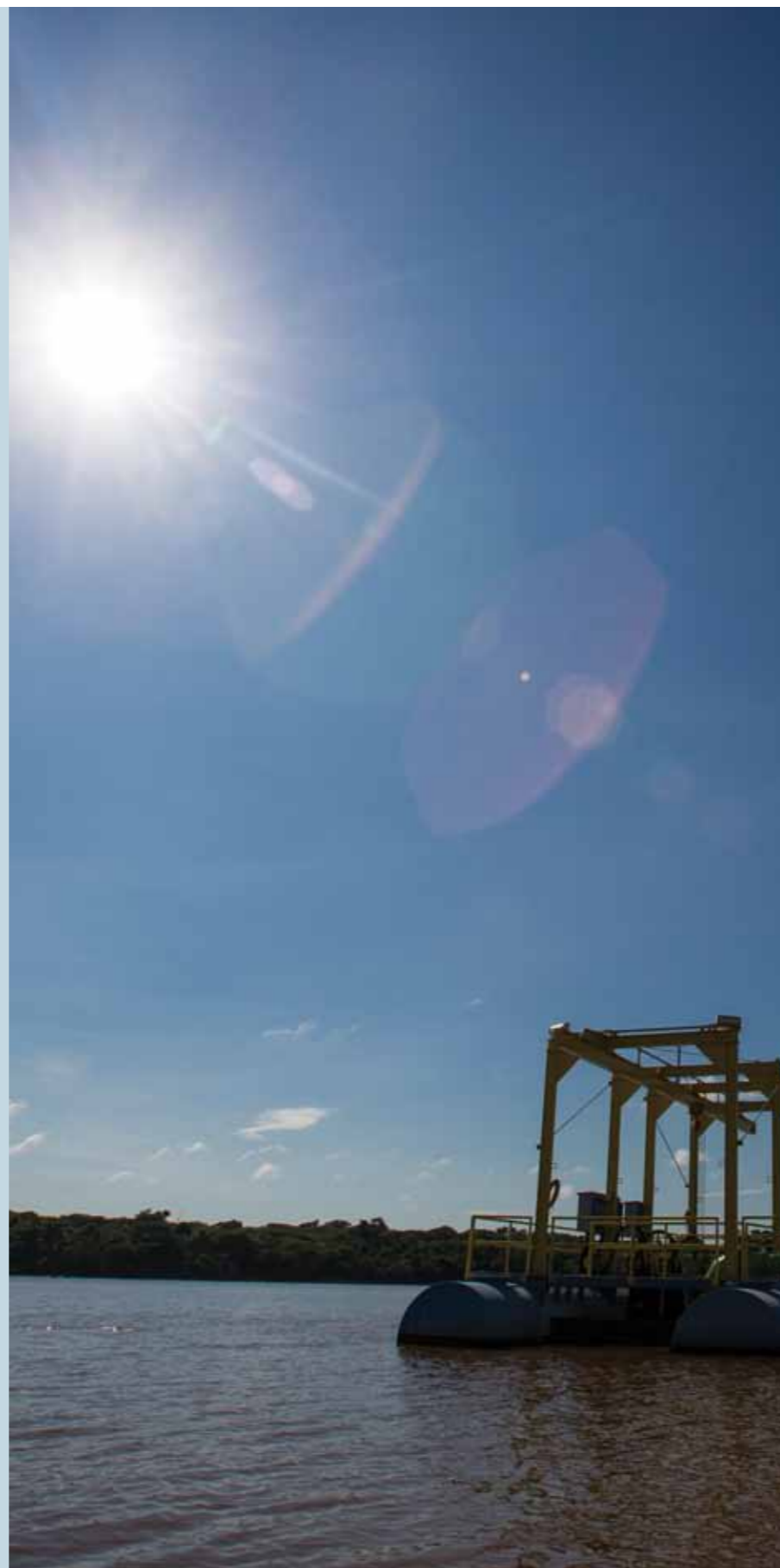
Capital votante



Capital total



*A Dominó Holdings S.A. é formada pela Copel e pela Andrade Gutierrez Concessões.



MISSÃO

Prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

VISÃO

Ser uma empresa de excelência, comprometida com a universalização do saneamento ambiental.

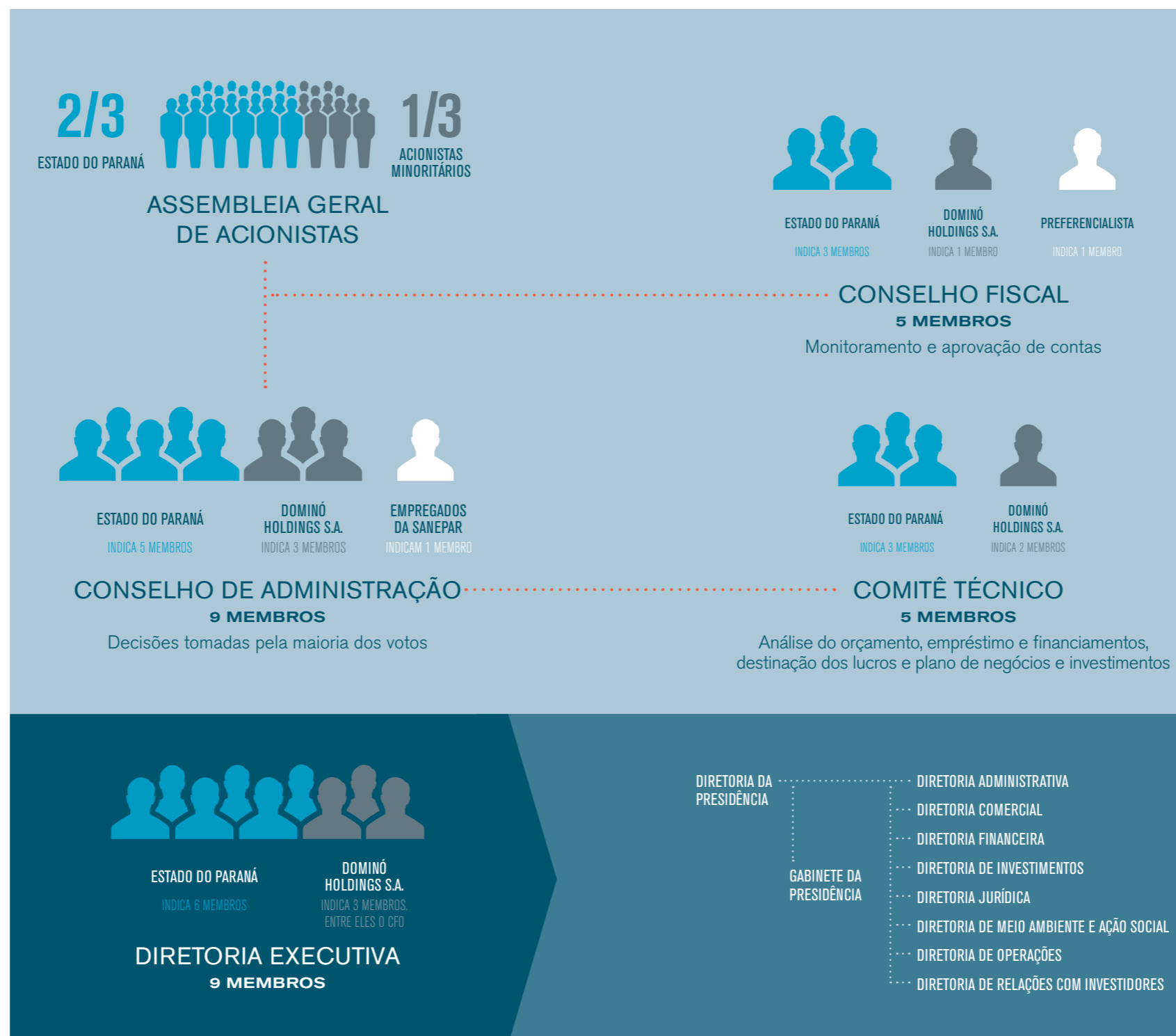
VALORES [G4-56]

Responsabilidade, inovação, competência, respeito, comprometimento, profissionalismo, transparência e ética.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA [G4-34]

A **Assembleia de Acionistas** é a principal instância de tomada de decisões da Companhia. Na estrutura de governança, 2/3 dos assentos estão reservados ao acionista majoritário, que é o Estado do Paraná, e 1/3, aos acionistas minoritários. Essa composição permite que ambos os interesses sejam atendidos e ponderados. O Estado tem foco no desempenho social da empresa, enquanto os acionistas minoritários atuam mais diretamente no monitoramento dos resultados econômicos. A Companhia realiza suas assembleias de acionistas conforme a Lei 6.404/76.

O **Conselho de Administração (CAD)** é composto de nove membros efetivos e nove suplentes. Cinco são indicados pelo acionista controlador (Estado do Paraná) e três são indicados pelo acionista minoritário (Dominó Holdings S.A.), conforme acordo de acionistas vigente. Um membro e seu suplente são eleitos dentre os empregados da Companhia. Todos têm direito a voto. São eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. O CAD reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado. É responsável por fixar as orientações gerais dos negócios, incluindo a elaboração das políticas e estratégias da Companhia e a fiscalização da Diretoria Executiva. Também escolhe os auditores independentes da Sanepar e homologa os processos licitatórios e demais compras públicas acima de determinado valor estipulado pelo Estatuto Social.



A estrutura é complementada pelo **Conselho Fiscal**, que é formado por cinco membros: três representantes do Estado e dois indicados pelo acionista minoritário, sendo um deles detentor de ações preferenciais. Este último membro atua no conselho, mas não participa das outras instâncias de gestão. São eleitos anualmente pela AGO, com direito à reeleição. O Conselho Fiscal é permanente. Seus membros reúnem-se sempre que convocados por qualquer um dos efetivos.

A **Diretoria** é composta de nove membros, que podem ou não ser acionistas: seis diretores indicados pelo acionista majoritário e três pelo acionista minoritário - sendo um deles, obrigatoriamente, o diretor financeiro. O Estado do Paraná indica o presidente. A Diretoria Executiva se reunirá, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo diretor-presidente ou por dois diretores. Entre as principais atribuições da Diretoria estão a gestão da Companhia e a implantação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

O **Comitê Técnico** é consultivo do CAD. É formado por cinco membros - três pessoas do acionista majoritário e duas do minoritário. São submetidos à sua aprovação itens financeiros e econômicos, como planos de negócios e seus contratos. Outras atribuições desse comitê são a identificação, a avaliação e o monitoramento de riscos e o apoio em assuntos da auditoria interna e externa.



RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES

A empresa divulga informações trimestrais, além de demonstrações contábeis anuais, avisos aos acionistas, comunicado ao mercado, fatos relevantes e cotação de ações. Também são disponibilizadas informações sobre a regulação do setor de saneamento e a destinação de lucros da Sanepar. A divulgação é dirigida, principalmente, a acionistas, analistas de mercado e investidores. Os dados ajudam na tomada de decisões sobre o investimento em ações da Sanepar e são publicados no *site* da Companhia.

Acesse

WWW.SANEPAR.COM.BR/INVESTIDORES

GESTÃO DE RISCOS

A Sanepar tem como prática a análise constante de riscos que possam afetar os negócios, a situação financeira e os resultados das operações. A empresa monitora o cenário macroeconômico e setorial, além das regulamentações e leis que regem o setor e que possam influenciar as atividades. O objetivo é garantir a atuação preventiva e criar um planejamento de curto, médio e longo prazo.

Na gestão de riscos, a empresa também segue as diretrizes do Modelo de Excelência de Gestão (MEG), metodologia da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) que orienta a empresa a adotar as melhores práticas. O MEG tem auxiliado a Sanepar a identificar e mitigar os riscos e irá orientar a elaboração de uma Política de Gestão de Riscos (saiba mais sobre o modelo de excelência de gestão no capítulo Sustentabilidade). Um avanço em 2015 foi a instauração da Comissão de Riscos, que atende a uma resolução da Diretoria. Participam dessa comissão representantes da Assessoria de Planejamento Estratégico, do Controle Interno e das demais diretorias.

De forma inovadora no setor de saneamento, a Companhia implementou o Sistema de Gestão de Riscos Ambientais com base na norma NBR 31000, para identificar, classificar e tratar os riscos ambientais potenciais de geração de emergências.

Entre os principais riscos monitorados em 2015 estão:

Risco REGULAÇÃO DO SETOR

Descrição As novas regras e alterações da regulamentação já existente podem ter um efeito adverso sobre os negócios e operações da Companhia. A Lei de Saneamento Básico, de janeiro de 2007, ainda está em processo de implementação e interpretação e há dúvidas sobre seu impacto na indústria. Alterações significativas na metodologia e na estrutura tarifária estão sendo implementadas pelo Instituto das Águas do Paraná, autarquia do Governo do Estado responsável pela regulação e fiscalização do serviço de saneamento básico.

Resposta Em 2016, a Companhia deve apresentar ao Instituto das Águas do Paraná o processo de revisão tarifária periódica. Foram estabelecidas metodologias e procedimentos para apuração dos custos operacionais e da base de ativos regulatórios. Para formatar a base de ativos regulatórios, a empresa deve identificar o valor econômico de cada um dos bens que possui. Em todas as unidades, serão inventariados cerca de 330 mil itens. O levantamento é um dos principais desafios do ano e permitirá chegar a um novo preço de serviço.

Risco **RENOVAÇÃO COM MUNICÍPIOS**

Descrição A manutenção dos contratos de concessão e contratos de programa com a Sanepar está condicionada à manifestação de interesse dos municípios.

Resposta Para mitigar esse risco, a empresa tem trabalhado para renovar as concessões mediante a celebração de contratos de programa. Essa modalidade possui um prazo determinado de vigência e, uma vez expirado, o contrato pode ser renovado. Mais informações sobre no capítulo Clientes/Poder Concedente.

Estação elevatória de água na ETA Rio Verde em Campo Largo



A SANEPAR É DO PARANÁ

Risco **PERDA DE FATURAMENTO**

Descrição A Sanepar possui níveis razoáveis de perdas de água. No entanto, uma eventual insuficiência de investimentos pode dificultar a redução desse índice e afetar o fluxo de caixa, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Resposta A empresa tem investido na aquisição e instalação de novos hidrômetros, no redimensionamento e padronização de ligações e em programas de melhorias operacionais, bem como na manutenção e renovação da rede de distribuição. Para reduzir os níveis de perdas comerciais, a empresa tem feito o cadastramento de clientes e combatido fraudes e irregularidades, como as ligações clandestinas. Mais informações no capítulo Processos.

Risco **PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA**

Descrição A energia elétrica representou, em 2015, 14,71% dos custos e despesas operacionais da empresa. O aumento inesperado nos preços e eventuais interrupções no fornecimento podem ter efeito negativo na situação financeira e nos resultados operacionais. Atualmente, a Copel, acionista minoritária da Sanepar controlada pelo Estado do Paraná, é o principal fornecedor de energia elétrica. A alteração desse fornecedor pode causar um efeito adverso na Companhia.

Resposta Entre as medidas adotadas para reduzir o custo com energia estão o desligamento de bombas em horários alternativos e o controle de perdas de água no sistema. A empresa também tem buscado fontes alternativas de energia. Uma unidade de biodigestão está sendo construída ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Belém, em Curitiba. O empreendimento é fruto de uma parceria entre a Sanepar e a Cattalini Bioenergia, que criaram a CS Bioenergia S.A.

Risco **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Descrição As mudanças climáticas podem levar ao aumento de eventos climáticos extremos, como secas ou chuvas torrenciais, e podem afetar a capacidade da empresa de oferecer serviços de saneamento. Além disso, novas leis e regulamentos relacionados a esse aspecto podem exigir o aumento dos níveis de investimento. Se isso ocorrer, o planejamento de investimentos estratégicos nos setores nos quais atuamos pode ser prejudicado.

Resposta Dentre as ações atualmente adotadas para a redução de emissões de gases de efeito estufa está a instalação de queimadores nos reatores anaeróbios das estações de tratamento de esgoto, responsáveis pela redução de 20% das emissões de gases de efeito estufa emitidos pelo tratamento de esgoto. Também houve a substituição do uso de gasolina por etanol em veículos da frota. A empresa segue ainda um planejamento de longo prazo para reduzir o risco de escassez de água. As boas práticas incluem a restauração das matas ciliares, o fim de ocupações inadequadas e do desmatamento e o estímulo à racionalização do uso da água, com uso de equipamentos de menor demanda hídrica e ações de educação ambiental.

Outras informações sobre gestão de riscos estão disponíveis no Formulário de Referência, em www.sanepar.com.br/investidores

SUSTENTABILIDADE

A Sanepar fechou o ano de 2015 com saldo positivo no que diz respeito ao desempenho econômico-financeiro, social e ambiental. A receita operacional líquida aumentou 13,5% entre 2014 e 2015. O lucro líquido foi de R\$ 438,4 milhões, um aumento de 4% no mesmo período.

Referência no setor de saneamento em equilíbrio financeiro e capacidade de investimento, a Companhia tem elevada geração de caixa e de pagamento de dividendos, o que lhe garante amplo acesso aos agentes de fomento. Com uma base de clientes diversificada em região de grande riqueza hídrica, a Companhia chega a 2016 preparada para continuar atingindo metas ousadas de crescimento e eficiência.

Afetada pela inédita combinação de alto custo da energia com queda no consumo de água, a empresa venceu as condições adversas respaldada pelo conjunto de suas fortalezas. O quadro técnico de alta competência se mobilizou com agilidade para cortar custos, obter uma revisão tarifária extraordinária, reforçar o combate à inadimplência e incrementar receitas.

DESEMPENHO ECONÔMICO

CONJUNTURA ECONÔMICA E DESTAQUES FINANCEIROS

O cenário econômico permaneceu desafiador ao longo de 2015. O Brasil conviveu com uma forte recessão técnica e crescente taxa de inflação. A crise hídrica, enfrentada principalmente pelos estados do Sudeste, não afetou o Paraná, mas a população reduziu o consumo. Com isso, os volumes de água faturados permaneceram estáveis em relação ao ano anterior, mesmo com o crescimento do número de clientes.

Mesmo diante desse cenário desfavorável, a Sanepar conquistou resultados positivos, motivados pelo esforço da administração na contenção dos custos e despesas, na expansão do nível de atendimento com rede de esgoto e na gestão do passivo atuarial pós-emprego. O gasto com energia elétrica, um dos maiores custos da Companhia, impactou negativamente o resultado, em função do reajuste expressivo autorizado pelo órgão regulador.

Em junho de 2015, a Sanepar realizou sua quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante total de R\$ 300 milhões. Os recursos líquidos obtidos foram destinados ao complemento do plano de investimentos e ao capital de giro a ser utilizado pela Companhia.

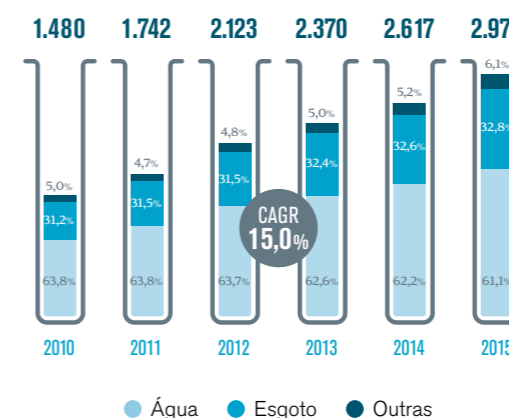
A emissão da oferta pública foi realizada com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução nº 476/09 e obteve demanda pelo papel por parte dos investidores no montante de R\$ 598 milhões. A Moody's América Latina atribuiu Rating Aa2.br na escala nacional brasileira para a referida emissão.

RECEITAS

As receitas da Companhia são decorrentes dos segmentos de negócios de Água e Esgoto. Em 2015, a receita operacional líquida apresentou um aumento de 13,5% em relação a 2014, influenciado, principalmente, pelo reajuste tarifário de 12,5% aplicado em duas parcelas, 6,5% em março e 6% a partir de junho, e pelo reajuste de 8% aplicado a partir de setembro em função da revisão tarifária extraordinária. Outros itens impactaram o aumento da receita, como a ampliação de novos clientes, sendo 70 mil novos acessos ao serviço de fornecimento de água tratada e 100 mil aos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, além do volume faturado de esgoto, que teve crescimento de 1,9%. A receita do negócio Resíduos Sólidos está contemplada em Outras Receitas.

RECEITA LÍQUIDA

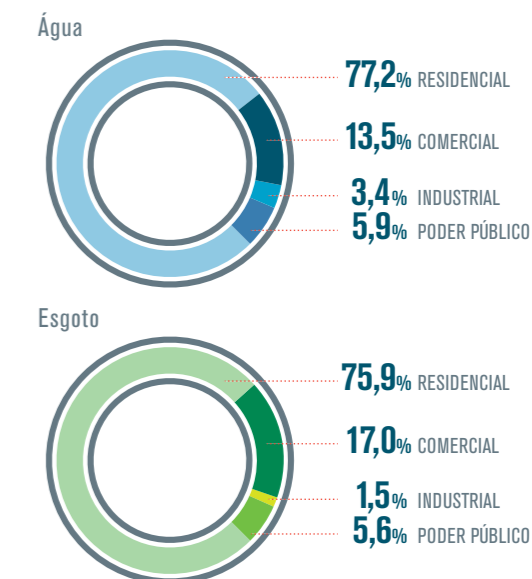
(em R\$ milhões)



CAGR: percentual médio de crescimento da Receita Líquida entre 2010 e 2015.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA

(em %)



Ainda para incrementar a receita, a empresa reforçou o trabalho de recuperação de débitos em meio aos clientes e ao poder concedente, reduzindo as pendências dos municípios, e criou grupos para resgatar clientes que usam fontes alternativas de abastecimento. Mesmo com essas e outras ações, a inadimplência geral cresceu, influenciada pelo cenário nacional. O índice de inadimplência foi de 0,69%, contra 0,46% em 2014.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

2010	0,75%
2011	1,60%
2012	1,67%
2013	1,34%
2014	0,46%
2015	0,69%

PRINCIPAIS INDICADORES

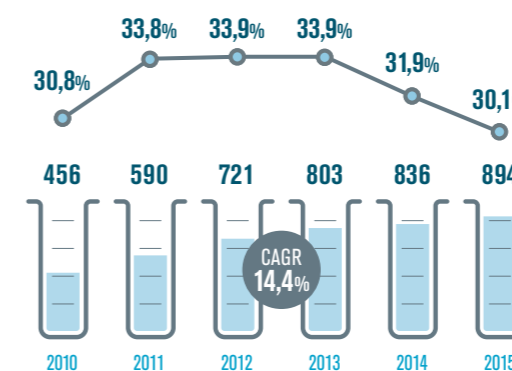
O EBITDA, que representa o resultado operacional da Companhia, considerando as provisões cíveis, trabalhistas e ambientais e provisões para plano de saúde e previdência, foi de R\$ 967,5 milhões em 2015, contra R\$ 942,2 milhões em 2014. A margem EBITDA foi inferior à do ano anterior, passando de 36,0% para 32,6%, motivada principalmente pelo crescimento do custo com energia elétrica.

EBITDA E EBITDA MERCADO

(Em R\$ milhões)

DESCRIÇÃO	2014	2015	VAR. %
Lucro líquido do exercício	421.586	438.444	4,0%
(+) Tributos sobre o lucro	129.608	101.870	-21,4%
(+) Resultado Financeiro	109.568	159.474	45,5%
(+) Depreciações e Amortizações	175.017	194.194	11,0%
(-) EBITDA (Mercado)	835.779	893.982	7,0%
Margem EBITDA (Mercado)	31,9%	30,1%	-5,8%
(+) Provisões cíveis, trabalhistas e ambientais	29.906	(4.349)	-114,5%
(+) Plano de aposentadoria e assistência médica	76.470	77.861	1,8%
(-) EBITDA	942.155	967.494	2,7%
Margem EBITDA	36,0%	32,6%	-9,6%

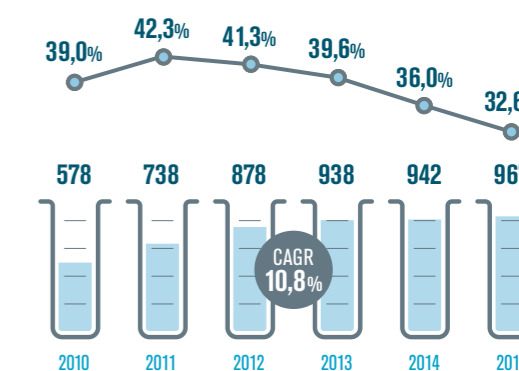
EBITDA E MARGEM EBITDA MERCADO



CAGR: percentual médio de crescimento do Ebitda Mercado entre 2010 e 2015.

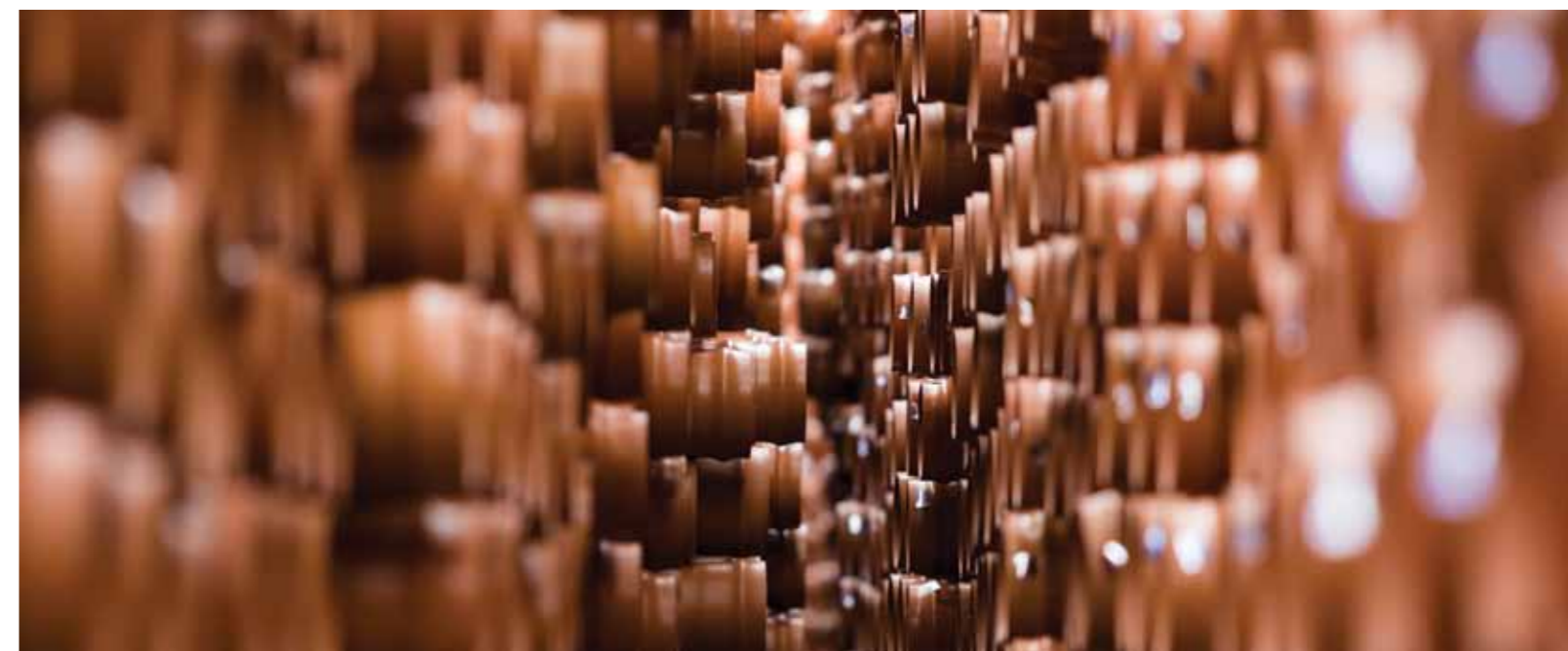
- Evolução percentual da Margem Ebitda Mercado.
- Valor do Ebitda Mercado em milhões de R\$.

EBITDA E MARGEM EBITDA

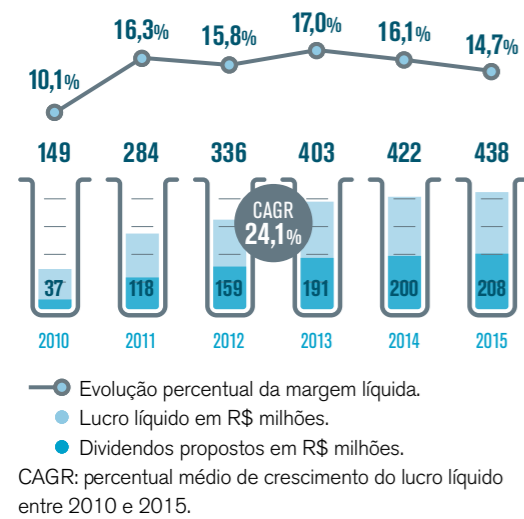


CAGR: percentual médio de crescimento do Ebitda entre 2010 e 2015.

- Evolução percentual da Margem Ebitda.
- Valor do Ebitda em milhões de R\$.



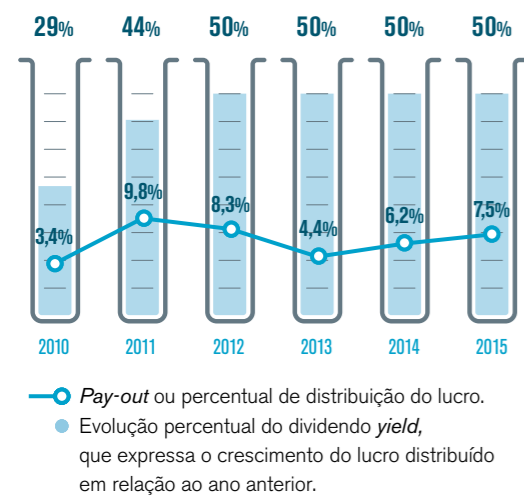
LUCRO LÍQUIDO, MARGEM LÍQUIDA E DIVIDENDOS PROPOSTOS



O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 438,4 milhões, um aumento de 4% em relação a 2014, que foi de R\$ 421,6 milhões. Os impactos positivos vieram da economia tributária, em razão do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, e do ganho de uma ação fiscal referente ao benefício fiscal do Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT).

A margem líquida de 2015 foi de 14,7%, índice abaixo do de 2014, quando a Companhia apresentou uma margem líquida de 16,1%. A margem líquida sofreu impacto pelo aumento de 17,7% no total de custos e despesas, motivado principalmente pelo aumento de 89,6% no custo da energia elétrica e pelo aumento dos custos e despesas financeiras e com pessoal.

PAY-OUT E DIVIDENDO YIELD



Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado líquido ajustado, conforme determina a legislação societária. O Acordo de Acionistas da Companhia prevê a distribuição de 50% do lucro do exercício a título de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.

A administração da Companhia está propondo a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos no valor de R\$ 207,9 milhões, referente ao resultado de 2015. O pagamento será em até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas do exercício de 2015.

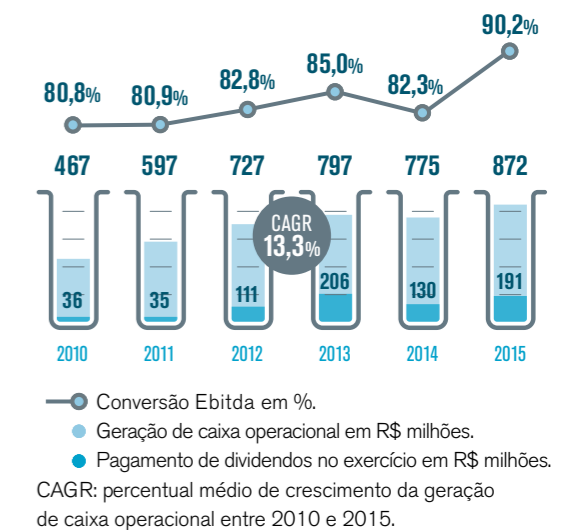
O rendimento da ação aos acionistas foi de 7,5% em 2015, superior ao exercício anterior, quando o dividendo yield foi de 6,2%.



O REAJUSTE TARIFÁRIO DE 12,5% E A REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 8% PERMITIRAM UM REPOSICIONAMENTO NAS TARIFAS DOS SERVIÇOS OFERECIDOS E CONTRIBUÍRAM PARA QUE A SANEPAR ALCANÇASSE BONS RESULTADOS EM 2015.

A operação da empresa gerou um caixa de R\$ 872,3 milhões em 2015, um crescimento de 12,5% em relação ao exercício anterior. No mesmo período, foi pago o montante de R\$ 191 milhões relativos a dividendos, resultado 46,9% maior do que o do exercício anterior.

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL, CONVERSÃO EBITDA E PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

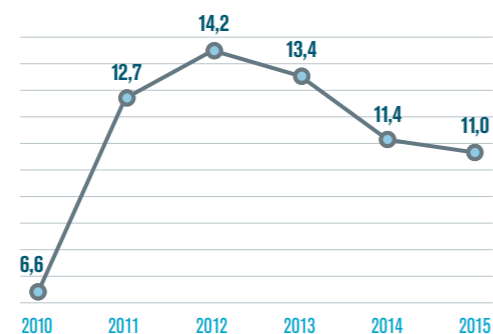


ENDIVIDAMENTO E RENTABILIDADE

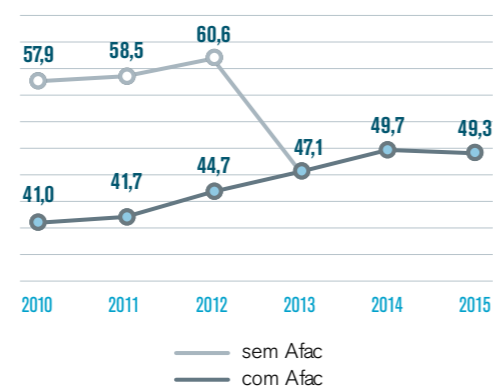
A rentabilidade em relação ao patrimônio líquido médio manteve-se consideravelmente próxima à apresentada no ano anterior, sendo 11% em 2015 e 11,4% em 2014. O índice ficou estável porque a Companhia não apresentou significativo aumento no lucro em 2015. A Companhia encerrou o exercício com ativos de R\$ 8,2 bilhões e dívida total de R\$ 4,1 bilhões. O índice de endividamento sobre o ativo manteve-se estável em relação a 2014, sendo de 49,3%. O patrimônio líquido foi de R\$ 4,2 bilhões.

ENDIVIDAMENTO E RENTABILIDADE

Rentabilidade sobre o patrimônio líquido
(Em %)



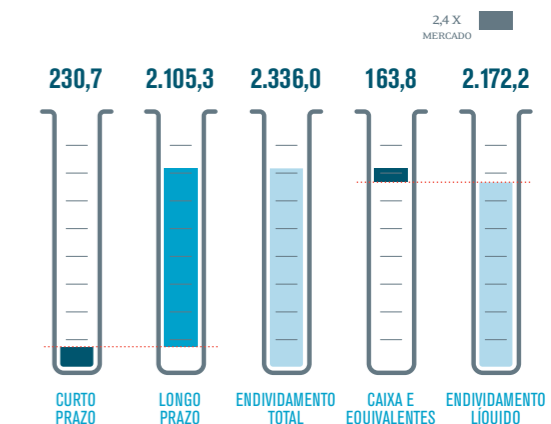
Endividamento sobre o ativo
(Em %)



Afac: adiantamento para futuro aumento de capital.

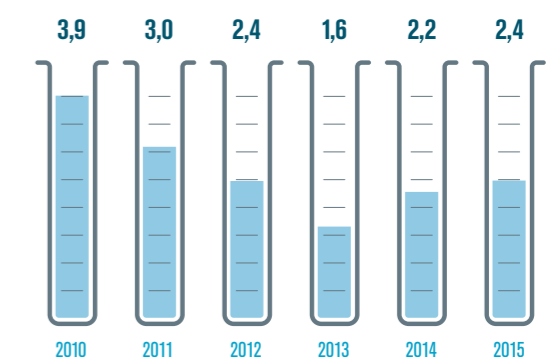
DÍVIDA LÍQUIDA E ALAVANCAGEM

Dívida líquida e alavancagem
(Em R\$ milhões e razão entre a dívida líquida e Ebitda, respectivamente)



Barra em tons de azul em R\$ milhões.
Barra cinza: 2,4 x = razão entre a dívida bancária líquida e o Ebitda Mercado.

Dívida líquida / Ebitda



A Companhia apresentou no fim do exercício de 2015 uma dívida líquida de R\$ 2.172,2 milhões. A dívida bancária líquida x EBITDA ficou em 2,4 vezes. Com isso, a Companhia atendeu às obrigações contratuais (covenants) decorrentes de empréstimos, financiamentos e debêntures, que é de 3,0 vezes.

SERVIÇOS PRESTADOS POR AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia contratou a empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para a execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício de 2015 e emissão dos relatórios de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITRs) do 3º trimestre de 2015 e dos 1º e 2º trimestres de 2016. O presente contrato tem duração de 12 meses, contados a partir de 16 de outubro de 2015.

Não foram executados pelos auditores independentes outros serviços que não os relacionados acima.

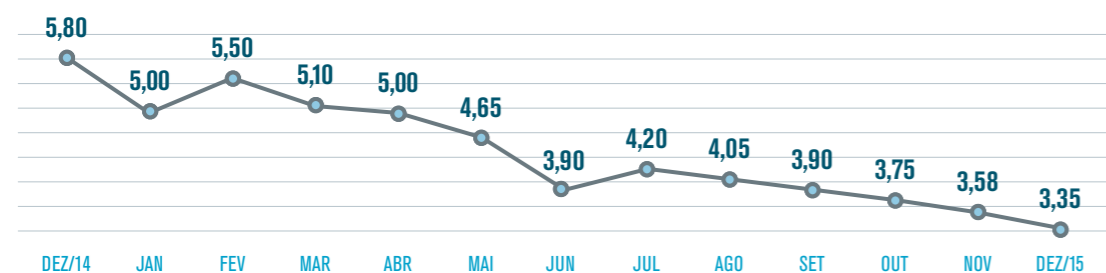
O TOTAL DE RIQUEZAS GERADAS NO ANO FOI DE R\$ 2,0 BILHÕES, UMA EVOLUÇÃO DE 10,8% EM RELAÇÃO A 2014.

MERCADO DE CAPITAIS

A cotação das ações preferenciais da Sanepar (SAPR4) na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa) encerrou o ano com queda acumulada de 42,2%, ante uma queda de 14,5% registrada em 2014.

Em dezembro de 2015, a ação preferencial nominativa (PN) da Sanepar, SAPR4, fechou em R\$ 3,35 (contra R\$ 5,80 em dezembro de 2014). O volume financeiro de negócios com ações da Sanepar, em 2015, foi de R\$ 102 milhões (ante R\$ 64 milhões em 2014).

COTAÇÃO DAS AÇÕES DA SANEPAR EM 2015 (SAPR4)



Captação flutuante em Foz do Iguaçu



A SANEPAR É DO PARANÁ

DESAFIOS DA REGULAÇÃO

Em 2015, a empresa trabalhou fortemente para colocar em prática o que determina a Lei do Saneamento. Ao encerrar o contrato com a consultoria que a apoiou, a Sanepar alcançou todos os resultados previstos: a estruturação da Unidade de Serviço de Regulação, a elaboração da metodologia de reajuste tarifário, a elaboração da proposta de reajuste tarifário de 2014, a metodologia de revisão Tarifária Periódica (RTP), a reformulação da estrutura tarifária, as diretrizes para construção de tarifas para serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, a reformulação do Regulamento Geral dos Serviços e a capacitação técnica dos empregados.

Em julho, o Instituto das Águas do Paraná (Águas Paraná - autarquia do Governo do Estado responsável pela regulação e fiscalização do serviço de saneamento básico) abriu para consulta pública o pedido de revisão tarifária da Sanepar, feito para fazer frente ao aumento de 89,6% na energia elétrica, autorizado pelo governo federal. Foi a primeira vez que a intenção de alterar o valor da tarifa passou pelo crivo do consumidor, conforme prevê a Lei 11.445/2007. Além de garantir participação popular no setor, a Lei do Saneamento permite apresentar pedido de revisão sempre que um fato ameace o equilíbrio econômico e financeiro da instituição.

Vencidas as etapas de reajuste anual e da revisão tarifária extraordinária, a Companhia deu prosseguimento ao processo de Revisão Tarifária Periódica, que deve ser apresentado ao Águas Paraná em 2016. Para tanto, foram estabelecidas metodologias e procedimentos para apuração dos custos operacionais e da base de ativos regulatórios, entre outros.

Para formatar a base de ativos regulatórios, a empresa deve identificar o valor econômico de cada um dos bens que possui e que estão sendo usados para prestação dos serviços. Em todas as unidades, serão inventariados cerca de 330 mil itens. A avaliação dos ativos é um dos principais desafios da empresa em 2016. O levantamento, que está em fase de licitação, permitirá chegar a um novo preço de serviço.

O cliente, os acionistas e o mercado poderão acompanhar de perto a evolução tarifária, que se dará sobre bases reais e não apenas pelo repasse do aumento de custos internos. A Companhia estima que em 2017 será definida a primeira tarifa dentro do marco regulatório, e sua revisão será feita a cada quatro anos. A metodologia de reajuste, aplicada desde 2013, prevê realinhamentos anuais. Neste novo ambiente de transparência, será possível identificar os ganhos de eficiência entre as empresas do setor de saneamento, com vantagens para toda a sociedade.



IMPACTO DO CUSTO DE ENERGIA

O fornecimento de água tratada depende, diretamente, da energia. Hoje, 91,8% do consumo da Sanepar é utilizado nos diferentes processos. O insumo é imprescindível para acionar os equipamentos de grande porte que bombeiam a água dos rios - ou dos poços - até as estações de tratamento e fazer a água circular entre os reservatórios até se tornar própria para o consumo humano. Também é por meio da energia elétrica que a água é bombeada dos reservatórios até a casa do cliente. A Sanepar utiliza cerca de 50 milhões de metros de redes, que só operam se houver energia para pressurizar a tubulação e fazer a água chegar ao destino.

A parcela de 8,99% do gasto energético refere-se aos sistemas de esgotamento sanitário para funcionamento das estações elevatórias, que encaminham o esgoto para as estações de tratamento, onde há equipamentos elétricos que fazem o tratamento do esgoto. Ao todo, a Sanepar possui 3.694 unidades consumidoras. Somente 2,96% da energia consumida é utilizada para fins administrativos.

Entre as medidas adotadas para reduzir o custo energético ao longo do ano, destacam-se: desligamento de bombas em horários alternativos e melhor aproveitamento do horário sazonal; intensificação do controle de perdas de água no sistema; e reforço do programa Use o Bom Senso como cultura corporativa.

A Companhia está divulgando pró-forma a demonstração do resultado no modelo regulatório. Essa demonstração contempla os ajustes dos componentes da parcela A do modelo tarifário, ou seja, as receitas decorrentes de reajuste tarifário extraordinário e os custos e despesas não gerenciáveis (energia elétrica, material de tratamento, taxas e encargos). As eventuais diferenças entre as informações apresentadas nas demonstrações financeiras devem ser observadas no contexto regulado e não representam uma peça contábil obrigatória.

DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em R\$ mil)

	2014	2015
Receita Operacional Líquida	2.614.620	2.888.306
Custos Não Gerenciáveis	241.654	405.964
Energia Elétrica	183.409	296.894
Material de Tratamento	58.006	64.331
Taxas e Encargos	239	44.739
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis	2.372.966	2.482.342
% Sobre Receita Líquida	90,8%	85,9%
Custos Gerenciáveis	1.778.432	1.944.369
Pessoal	864.611	980.317
Materiais	67.919	61.025
Serviços de Terceiros	464.607	473.785
Gerais e Tributárias	64.995	80.969
Depreciações e Amortizações	175.017	194.194
Outras Despesas	32.801	(3.046)
Receitas Financeiras	28.387	51.999
Despesas Financeiras	136.869	209.124
Resultado da Atividade de Concessão	594.534	537.973
% Sobre Receita Líquida	22,7%	18,6%
EBITDA (Mercado)	878.933	889.954
Margem EBITDA (Mercado)	33,6%	30,8%
EBIT	703.916	695.760
Margem EBIT	26,9%	24,1%
Resultado Extra Concessão	186	1.687
Resultado da Equivalência Patrimonial	186	1.687
Lucro (Prejuízo) antes do IR e CSLL	594.348	536.286
% Sobre Receita Líquida	22,7%	18,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	144.291	99.666
Lucro (Prejuízo) do Exercício	450.057	436.620
% Sobre Receita Líquida	17,2%	15,1%

MODELO DE GESTÃO

A Sanepar desenhou seu planejamento estratégico visando a resultados que contemplem os atuais e futuros desafios econômico-financeiros e socioambientais, garantam o melhor desempenho da organização nos processos decisórios e estejam comprometidos com a satisfação dos usuários dos seus serviços de saneamento.

A missão, a visão e as políticas da Companhia se desdobram num mapa estratégico que representa seus princípios e define objetivos, assim como lista as diretrizes e estratégias usadas

para atingi-los. Todo esse processo é assegurado por um conjunto de crenças e questões éticas que formam os valores da Sanepar (saiba mais sobre missão, visão e valores da Companhia no capítulo Governança corporativa).

As diretrizes estratégicas da Sanepar estão distribuídas em quatro grandes perspectivas que atuam como balizadores para que as unidades organizacionais elaborem seu planejamento e definam planos de ação, orçamentos e metas, consolidando o planejamento empresarial. São elas:

SUSTENTABILIDADE

A Companhia busca a sustentabilidade econômico-financeira e socioambiental, adotando entre outras estratégias o planejamento plurianual de cinco anos, em que define os orçamentos de resultado, investimento e caixa. As ações são voltadas para a busca de fontes de recursos que atendam à demanda dos investimentos, para ações eficazes de cobrança contra a inadimplência e para aumentar o recurso financeiro. Também há esforço permanente para ações preventivas que mitiguem a geração de passivos e que reduzam os custos e despesas, sem afetar a qualidade dos serviços prestados.

CLIENTES

Os objetivos são manter e ampliar o mercado de atuação, promover a universalização do saneamento ambiental, elevar a satisfação dos clientes e fortalecer a imagem da empresa. Entre as estratégias se destacam colaborar tecnicamente na elaboração dos planos municipais de saneamento básico; prospectar clientes em áreas de negócio emergentes, como a gestão de resíduos sólidos urbanos e a água de reúso; medir anualmente a satisfação dos consumidores; e ampliar e melhorar os canais de comunicação e atendimento nos municípios em que atua.

ETA Rio Verde em Campo Largo



PROCESSOS

A Sanepar se compromete a investir no desenvolvimento institucional, ao melhorar a eficiência em todas as suas ações, buscar a excelência dos produtos e serviços e assegurar a gestão ambiental. Para tanto, busca recursos para desenvolver e aplicar novas tecnologias e metodologias que aumentem a eficiência da empresa; promove um ambiente favorável à criatividade, experimentação e implementação de novas ideias; usa indicadores para análise de desempenho; gerencia os processos água, esgoto e resíduos sólidos atendendo à política de sustentabilidade e aos compromissos assumidos; e identifica e combate aspectos ambientais negativos nas suas atividades.

PESSOAS

O planejamento traça três objetivos: aprimorar a gestão do conhecimento, promover a satisfação do público interno e externo e atuar com responsabilidade socioambiental. Entre as ações para alcançá-los, destacam-se treinamentos presenciais e a distância; desenvolvimento gerencial e plano de carreira; ações preventivas de segurança e saúde; pesquisa de clima organizacional Fale Francamente; adoção de programas para a melhoria do ambiente de trabalho e a minimização do uso de recursos, como o Use o Bom Senso - programa corporativo que envolve os empregados em práticas dos nove sentidos ligados ao uso racional dos recursos; e implementação do programa Conservação de mananciais e ações de educação socioambiental para internalizar o conceito de sustentabilidade.



MODELO DE EXCELÊNCIA DE GESTÃO (MEG)

A Sanepar adota o Modelo de Excelência de Gestão (MEG), uma metodologia de avaliação, autoavaliação e reconhecimento das boas práticas de gestão, desenvolvida pela Fundação Nacional da Qualidade.

A partir de julho de 2015, 150 líderes da Diretoria de Operações receberam treinamento e partiram para o trabalho de diagnóstico das práticas de gestão que já atendiam o modelo e quais a empresa teria de implantar para atendê-lo. Um conjunto de 32 planos de ação foi elaborado, dos quais estão 15 concluídos, quatro por iniciar e 13 em andamento. Com o MEG, a empresa deixa de ter ilhas de excelência e ganha uma padronização que proporciona atingir a mesma qualidade em todos os processos.

Um dos desafios do MEG em 2016 é identificar e dar tratamento adequado a todos os riscos relacionados ao negócio, incluindo segurança ambiental e do trabalho, trocando ações pontuais por uma Política de Gestão de Riscos (saiba mais no capítulo Governança corporativa). A empresa também vai elaborar o planejamento anual de ações de *benchmarking* e pretende chegar ao nível 2 do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), avançando a passos largos na caminhada para consolidar as melhores práticas diárias de gestão. A cada dois anos, o PNQS reconhece as organizações que são referência em excelência da gestão no Brasil.

A AVALIAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS E DOS PLANOS DE AÇÃO SÃO FEITOS UMA VEZ POR MÊS PELAS EQUIPES, A CADA DOIS MESES PELOS GERENTES E DIRETORES E A CADA TRÊS MESES PELA DIRETORIA EXECUTIVA, QUE REPORTA OS RESULTADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

INVESTIMENTOS

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) norteia os investimentos de curto, médio e longo prazo, tanto os que têm fonte de recursos assegurada, via financiamento ou orçamento da empresa, quanto aqueles para os quais é preciso captar dinheiro. É feito a cada cinco anos e revisado anualmente.

O PPI parte de um diagnóstico que envolve as questões operacionais - como as demandas de cada sistema de água e de esgoto das localidades - e também as demandas pertinentes a compromissos assumidos, quer sejam em contratos

de programas, que têm metas a serem cumpridas, como de eventuais adequações para atender a exigências ambientais suplementares.

A elaboração do plano envolve todas as áreas demandantes da empresa, que participam da elaboração de projetos e cronogramas de obras. Durante esse trabalho também são elencados investimentos futuros, que passam a fazer parte de um banco de empreendimentos para os quais será preciso fazer projetos e providenciar recursos.



CLIENTES

Água não pode faltar e qualidade é condição de fornecimento. Essas são duas das mais importantes diretrizes da Sanepar. A empresa tem dois grupos de clientes: os municípios, que concedem o serviço de saneamento, e o consumidor final, que desfruta as redes de água e de esgoto.

Um objetivo fundamental é promover a universalização do saneamento ambiental. A meta já foi atingida no fornecimento de água, que abrange 100% da população atendida pelas redes de distribuição. No caso do saneamento, o Decreto 8.629, de 30/12/15, alterou o prazo previsto anteriormente para que os municípios elaborem seus Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)¹ para 31 de dezembro de 2017, sob pena de não terem acesso a recursos da União. Os planos vêm sendo feitos em cooperação técnica com a Sanepar. Além disso, a empresa trata 99,5% do esgoto que coleta e seu índice de coleta é de 67%, enquanto a média nacional fica em 48%.

Para aumentar a satisfação dos clientes, a Sanepar busca soluções técnicas e ambientais para cada região, identifica fontes de recursos financeiros para os investimentos e desenvolve uma política tarifária justa para quem paga e adequada para garantir retorno aos investidores.

¹ O PMSB é o planejamento do município na área do saneamento básico e deve ser aprovado pela Câmara Municipal, após audiências públicas.

PODER CONCEDENTE

Os contratos de concessão e os contratos de programa² são a base do negócio da Sanepar. Eles são firmados com os municípios - titulares do serviço público de saneamento. A Companhia está presente em 345 das 399 cidades do Paraná, além de Porto União, em Santa Catarina.

Essa capilaridade e o grande número de contratos firmados com os maiores municípios do estado garantem solidez para o negócio e permitem investir na ampliação do atendimento. Qualidade e eficiência são um compromisso da empresa com todos os municípios.

O grande destaque das cidades paranaenses atendidas pela Sanepar nos *rankings* nacionais que medem o setor de saneamento é resultado direto dessa parceria. É nas cidades, em cada ligação de água, em cada metro de rede de esgoto, que a Sanepar realiza sua missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, promovendo a saúde da população. Também é por meio da parceria com os municípios que a empresa desenvolve seu negócio, mantendo sempre o foco na geração de resultados e no compromisso com o desenvolvimento sustentável.

As cidades paranaenses atendidas pela Companhia consolidam posições privilegiadas no cenário nacional: Maringá é a primeira do Paraná e a segunda colocada entre todas as cidades brasileiras com população acima de 100 mil habitantes no *ranking* Saneamento nas 100 Maiores Cidades, do Instituto Trata Brasil. O levantamento foi feito com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), ano-base 2013.

Curitiba oferece o melhor serviço entre as capitais brasileiras, ficando em quinta posição. O município de Londrina, no norte do Paraná, pulou da 13^a para a 4^a posição no *ranking*. A segunda cidade mais populosa do Paraná está em processo final de renovação de seu contrato com a Sanepar por mais 30 anos. Juntas, essas três cidades (Maringá, Curitiba e Londrina) são responsáveis por 32,9% do volume faturado.

² Nos contratos de programa são fixadas as metas de cobertura com os serviços. Elas devem constar do PMSB. Com os municípios que ainda não elaboraram o PMSB, ainda estão em vigor os contratos de concessão.

ETA Rio Verde em Campo Largo



UM NOVO RELACIONAMENTO

O Marco Regulatório do Saneamento trouxe uma nova forma de relacionamento entre a Sanepar e os municípios. Agora, eles devem firmar contratos de programa que exigem estudos de viabilidade a curto, médio e longo prazos. A empresa intensificou as negociações com os prefeitos e vereadores com o objetivo de renovar todas as concessões dentro das novas regras.

Em 2015, foram assinados 10 novos contratos de programa com a Sanepar. Desde 2011, quando o trabalho teve início, foram assinados 135 contratos de programa. A prioridade da empresa para o futuro é renovar todas as concessões vencidas e iniciar com antecedência as negociações com os municípios cujos contratos vencerão em alguns anos.

Ao assinar o contrato, as cidades têm por 30 anos a garantia do atendimento às necessidades da população urbana, a execução das obras necessárias e o cumprimento da exigente legislação sanitária e ambiental. Os contratos de longo prazo também conferem solidez e previsibilidade ao negócio. Cerca de 90% dos contratos atuais irão terminar somente após 2020.

HABILIDADE

O processo de renovação das concessões é baseado na cooperação técnica. A Sanepar fornece as informações técnicas e assessora na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) - primeiro passo para encaminhar a renovação da concessão.

O PMSB é o planejamento do município na área do saneamento básico e deve ser aprovado pela Câmara Municipal, após audiências públicas. Elas são o fórum de discussão da proposta e de apresentação de sugestões e reivindicações. Sem ele, não é possível candidatar-se a verbas federais para saneamento. Sua revisão deve ser feita a cada quatro anos.

Aprovado, o plano passa a ser a referência de desenvolvimento de cada município. Nele, são estabelecidas as diretrizes para o saneamento básico e fixadas as metas de cobertura e atendimento com os serviços de água, coleta e tratamento do esgoto doméstico, limpeza urbana, coleta e destinação adequada do lixo urbano e drenagem e destinação adequada das águas de chuva.

Já o contrato de programa tem como referência o Plano de Saneamento. No estudo aprofundado de viabilidade econômica e financeira de cada contrato, a Sanepar identifica qual o investimento a ser feito em 30 anos no município para o atendimento das metas do PMSB e como será o retorno para a empresa.

ETA Barigui em Almirante Tamandaré



A SANEPAR É DO PARANÁ

O EXEMPLO DE LONDRINA

Em novembro, o município de Londrina anunciou que pretende celebrar o convênio de cooperação com o Estado do Paraná e o contrato de programa com a Sanepar. A decisão porá fim a uma situação que se arrastava há 12 anos. Para tanto, a prefeitura contratou uma empresa de consultoria que fez o levantamento patrimonial da Sanepar, além de análise técnica, jurídica e econômica do atual contrato, incluindo avaliação da política tarifária estadual. A consultoria também apontou sugestões para a prestação de serviços de saneamento básico em Londrina.

Para negociar um novo contrato, foi formada uma comissão com técnicos da Sanepar e do município. A comissão representou uma novidade nas negociações para assinatura de contratos de programa, dentro do marco regulatório do saneamento. A experiência bem-sucedida poderá ser adotada em outras negociações.

Sistema Tibagi em Londrina



SITUAÇÃO DOS CONTRATOS DA SANEPAR

346 CONCESSÕES MUNICIPAIS	345 no Paraná 1 em Santa Catarina (Porto União)
325 CONTRATOS VIGENTES	211 contratos de concessão 135 contratos de programa
21 CONTRATOS VENCIDOS	

TRATA BRASIL

Cinco municípios paranaenses atendidos pela Sanepar estão entre as 11 cidades com os melhores indicadores de saneamento do país. Curitiba é a primeira das capitais pelo terceiro ano, segundo as variáveis medidas pelo Instituto Trata Brasil, como cobertura total no fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, arrecadação e investimentos.

Maringá mantém o segundo lugar no *ranking* e todas as demais cidades paranaenses atendidas pela Companhia de Saneamento do Paraná subiram posições em relação ao levantamento anterior, com dados de 2012.

AS MELHORES EM SANEAMENTO DO BRASIL

CIDADES DO PARANÁ	2015	2014
Maringá	2ª	2ª
Curitiba	5ª (1ª das capitais)	9ª
Londrina	4ª	13ª
Ponta Grossa	8ª	11ª
Cascavel	11ª	27ª
Foz do Iguaçu	26ª	40ª
São José dos Pinhais	51ª	61ª

Fonte: Instituto Trata Brasil/SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento 2013.

“O RESULTADO DO TRATA BRASIL REFLETE O TRABALHO CONSISTENTE DA NOSSA EQUIPE NA ÁREA DE PLANEJAMENTO, OS INVESTIMENTOS QUE TEMOS FEITO DE MANEIRA PROGRESSIVA A CADA ANO E A OPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA E DE ESGOTO, COM MUITOS AVANÇOS NA QUALIDADE DOS NOSSOS SERVIÇOS.”

MOUNIR CHAOWICHE

Presidente da Sanepar

ETA Barigui em Almirante Tamandaré



CONSUMIDORES

Confiança na Companhia de Saneamento do Paraná é a palavra de ordem entre 95% dos clientes da Sanepar, segundo a Pesquisa Qualitativa, que ouviu sete grupos focais em julho de 2015 sobre temas como a qualidade dos serviços e produtos da empresa, o atendimento de suas demandas e o relacionamento com a comunidade.

Os grupos de discussão reuniram consumidores domésticos, síndicos de condomínios residenciais e grandes clientes do setor industrial.

Além de confiança, as palavras que mais identificam a empresa são idoneidade, eficiência, comprometimento e investimento. A qualidade da água é motivo de orgulho para os clientes de todos os grupos.

O bom atendimento também se destaca. A maior parte dos consumidores se comunica por telefone, considerado rápido e eficiente. Os técnicos são qualificados, fornecem orientação segura e adequada e são dedicados e motivados.

No que diz respeito ao esgoto, destacou-se a opinião dos clientes industriais. Boa parte das empresas utiliza diferentes sistemas de esgotamento sanitário - ETEs próprias e coleta por empresas particulares, por exemplo -, mas veem como mais vantajosa em termos econômicos e ambientais a ligação direta na rede da Sanepar. Com relação a custos, os clientes consideram a tarifa da água barata quando comparada à energia e à telefonia. [G4-PR5]

PESQUISA REVELA QUE AS PALAVRAS QUE MAIS IDENTIFICAM A EMPRESA SÃO CONFIANÇA, IDONEIDADE, EFICIÊNCIA, COMPROMETIMENTO E INVESTIMENTO. A QUALIDADE DA ÁGUA É MOTIVO DE ORGULHO PARA OS CLIENTES.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO 2015 [G4-PR5]



CLIENTES RESIDENCIAIS

77%
DE APROVAÇÃO

3.240 entrevistas



CLIENTES NÃO RESIDENCIAIS

81,4%
DE APROVAÇÃO

662 entrevistas



CLIENTES

83%
PREFEREM QUE A EMPRESA CONTINUE ATUANDO EM SEU MUNICÍPIO

Fonte: Instituto Paraná Pesquisas.

Já a Pesquisa de Satisfação, realizada anualmente, apontou em 2015 que a média de aprovação dos serviços da empresa é de 77% entre os clientes residenciais, dois pontos percentuais acima do resultado de 2014, e de 81,4% entre os não residenciais (empresas de comércio, indústria e serviços). Os consumidores consideram a empresa honesta e competente na prestação dos serviços de saneamento e no atendimento. A tomada foi feita pelo Instituto Paraná Pesquisas com 4.082 entrevistas. [G4-PR5]

No segmento de clientes não residenciais, a amostra foi de 662 empresas de 82 municípios do Paraná. Já no segmento dos clientes residenciais, a pesquisa ouviu 3.420 pessoas em 82 municípios atendidos pela Sanepar no estado do Paraná.

A empresa atinge notas altas na maior parte de seus atributos. Quanto aos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento do esgoto, 81,4% dos entrevistados não residenciais disseram estar satisfeitos ou muito satisfeitos. Entre os residenciais, o percentual é de 77%.

O atendimento é outro ponto forte: entre os 84,7% de clientes não residenciais que entraram em contato com a Sanepar, 79,1% dos respondentes afirmaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos. Dos clientes residenciais, entre os 86,4% que entraram em contato com a Sanepar, 80,3% aprovaram os procedimentos.

O resultado da pesquisa mostra também alguns desafios. Uma das informações que a empresa colhe nessa tomada de opinião dos consumidores diz respeito à importância da regularidade no fornecimento de água. Esse é um dos principais indicadores para os clientes, que esperam ser informados com antecedência e transparência sobre eventuais cortes.

Entre os clientes não residenciais, 43,4% declararam saber com antecedência pela empresa sobre cortes de água, e 35,8% disseram ser surpreendidos. Já entre os clientes residenciais, a falta de água é conhecida por 45,3% por meio da empresa. E 36,7% dizem não saber com antecedência, a fim de programarem o consumo. [G4-PR5]

A empresa faz ampla divulgação pelos meios de comunicação dos cortes programados para obras e melhorias, e também das paradas de emergência. Ainda assim, como 50% dos consumidores não têm caixas-d'água, ela busca formas mais eficientes de informar.

Uma das estratégias estreou em julho, num teste piloto que em cinco meses enviou 105 mil mensagens para telefones celulares sobre paradas no abastecimento em nove municípios. A iniciativa amplia os canais de comunicação e relacionamento, potencializa a satisfação dos clientes e reduz o número de chamadas telefônicas e reclamações, além de atender à legislação.

A partir dessa experiência, a empresa trabalha também na atualização do cadastro de clientes para aumentar a base de 1 milhão de telefones celulares registrados no sistema, e na integração do projeto a novos recursos *mobile* por meio de um aplicativo específico em fase de desenvolvimento.

Outro ponto da pesquisa que já está recebendo atenção especial se refere ao grau de envolvimento e aproximação da Sanepar com as comunidades, principalmente no que diz respeito a ações ambientais, ao conhecimento das atividades e a informações sobre investimentos.

Entre os clientes não residenciais, 52,1% acham que a Sanepar não está envolvida e participando de projetos com a comunidade na sua cidade, enquanto 24,8% entendem que sim. Entre os residenciais, as respostas são de 40,9% e 34,6%, respectivamente.

A Companhia intensificou o programa Sanepar na Comunidade, que periodicamente leva diretores da empresa a reuniões com líderes comunitários, em escolas e igrejas. Além de ouvir as solicitações dos moradores, os dirigentes falam dos projetos para a região. Em 2016, a empresa retomará com intensidade o programa de visitas escolares às ETAs e ETEs, para que as crianças entendam o funcionamento dos processos de saneamento e os projetos ambientais. [G4-PR5]

0800 E OUTROS CANAIS

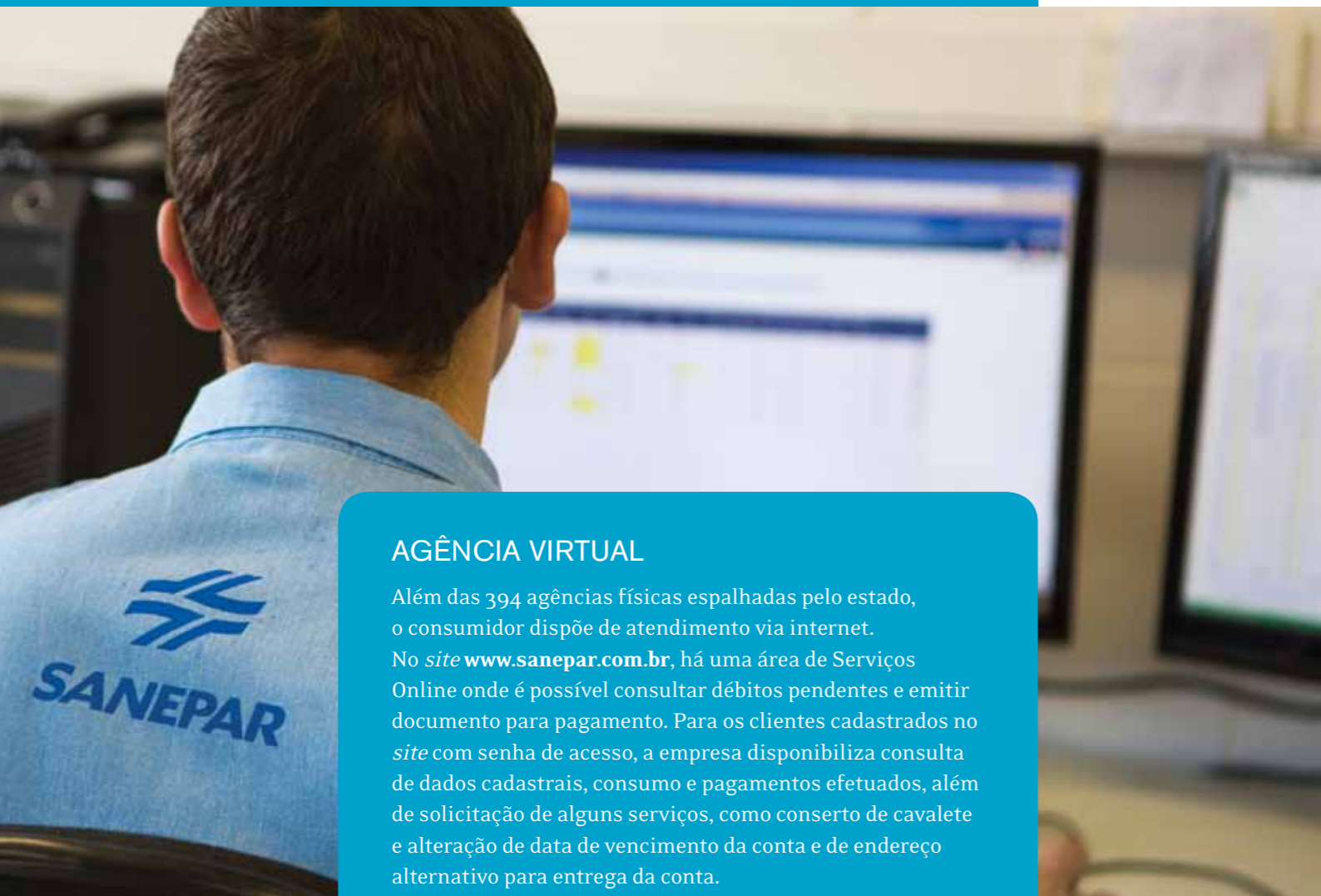
O fortalecimento da relação com o cliente passou também pela consolidação do 0800 200 0115 para ligações gratuitas. O investimento de R\$ 13 milhões feito em 2014 resultou em cerca de 300 mil telefonemas por mês em 2015. Cerca de 100 mil questionamentos foram atendidos rapidamente com resposta automática. A empresa faz a divulgação massiva do atendimento gratuito, mas ainda mantém o teleatendimento pelo tradicional 115. As ligações podem ser feitas por telefone fixo ou celular de qualquer lugar do país e são transferidas para o 0800, que funciona 24 horas por dia, sete dias por semana.

O atendimento presencial é feito nas 394 centrais de relacionamento espalhadas pelo Paraná, que oferecem atenção personalizada. Os endereços das unidades estão disponíveis no *site* www.sanepar.com.br e também podem ser fornecidos pela equipe de atendimento do telefone.

Em 2015, a empresa implantou em mais 59 centrais o painel de senhas eletrônico que organiza o atendimento por tipo de consulta do cliente. Isso resultou em

menos filas e em velocidade nos 932.560 atendimentos, cujo tempo médio de espera foi de 9 minutos e 15 segundos. Na maioria das vezes, o cliente buscava emissão de segunda via da conta de consumo. A Sanepar também expandiu a oferta do “vídeo espera”, que orienta e tira dúvidas do consumidor enquanto ele espera atendimento presencial em uma das centrais.

No primeiro semestre de 2016, a empresa vai instalar 100 totens de autoatendimento em 100 centrais com maior demanda de público. O cliente poderá consultar débitos, emitir segunda via da conta e pagá-la ali mesmo com cartão de débito. Em outra ação para agilizar atendimento, a empresa faz um teste piloto na regional Curitiba Norte, mobilizando uma equipe de técnicos para dar retorno aos clientes sobre serviços cancelados ou atrasados. No contato, também é feito o reagendamento do serviço e a atualização do cadastro do cliente. A experiência vai avaliar a demanda e o dimensionamento do serviço para aumentar a satisfação e reduzir o retrabalho.



AGÊNCIA VIRTUAL

Além das 394 agências físicas espalhadas pelo estado, o consumidor dispõe de atendimento via internet. No *site* www.sanepar.com.br, há uma área de Serviços Online onde é possível consultar débitos pendentes e emitir documento para pagamento. Para os clientes cadastrados no *site* com senha de acesso, a empresa disponibiliza consulta de dados cadastrais, consumo e pagamentos efetuados, além de solicitação de alguns serviços, como conserto de cavalete e alteração de data de vencimento da conta e de endereço alternativo para entrega da conta.

Pelo *site*, também, o cliente entra em contato com a empresa utilizando o *link* Fale Conosco. Ali podem ser enviadas as dúvidas, reclamações, sugestões, elogios, denúncias e o cliente tem a opção de solicitar informações. Ainda no *site*, há uma área específica para o atendimento feito pela Ouvidoria da Sanepar. Basta digitar ouvidoria.sanepar.com.br.

Quatro técnicos monitoram as demandas dos clientes nos canais Fale Conosco e Serviços Online, e também no Facebook. Em 2015, a agência virtual ganhou Selo Ouro no *site* Reclamação por responder a todos os questionamentos e a nota Satisfeito no *site* Reclame Aqui por responder em tempo hábil e solucionar problemas.

TARIFA SOCIAL

O Programa Tarifa Social garante a todos os clientes que vivem nos municípios atendidos pela Companhia o acesso à água tratada e aos serviços de coleta e tratamento do esgoto doméstico com custo reduzido. Trata-se de um investimento na saúde da população paranaense e que promove a universalização do saneamento ambiental. Em 2015, foram beneficiadas 197,6 mil famílias (6,6% do total de ligações), o que representou um subsídio da ordem de R\$ 80,5 milhões. [G4-EC8]

O programa tem grande impacto econômico nos municípios. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a cada dólar investido em saneamento básico, economizam-se 4 dólares em gastos com saúde pública. Também por meio da tarifa social, estabelecida pelo decreto estadual 2.460/2004, a Sanepar contribui para o desenvolvimento local, condição essencial para a atuação com foco no

compromisso com a sustentabilidade e os resultados de longo prazo. Ao atender bem os consumidores, a Sanepar ganha credibilidade e reconhecimento da sociedade, o que gera impacto em projetos de expansão e no bom relacionamento com as diversas esferas de governo.

Para ter direito aos serviços de saneamento com tarifa reduzida, as famílias precisam atender aos critérios do programa: morar em imóveis com até 70 m² de área construída, ter rendimento de no máximo dois salários mínimos por mês e consumir o equivalente a 2.500 litros de água por pessoa, por mês.

Além das famílias, também têm direito a tarifas reduzidas as micros e pequenas empresas e os microempreendedores individuais enquadrados no Programa de Isenção de ICMS do Governo do Estado e as entidades filantrópicas registradas nos órgãos públicos. [G4-EC8]

TARIFAS SUBSIDIADA [G4-EC8]

	CADASTRADOS	VALOR (R\$ MILHÃO)
Famílias	197.600	80,5
Pequenos negócios	5.900	2,6
Entidades filantrópicas	725	4,2



PROCESSOS

Modelo para o país, o saneamento do Paraná é conduzido pela Sanepar com base em pilares sólidos: qualidade no atendimento aos clientes com água tratada, coleta e tratamento de esgoto, planejamento inteligente das ações e dos investimentos, redução de impactos ambientais e compromisso com a geração sustentável de receita para garantir o adequado retorno aos acionistas.

Para atender a esses princípios, a empresa persegue no dia a dia metas ambiciosas de eficiência operacional, que se traduzem - entre outras medidas - em verificação de milhares de parâmetros de qualidade da água e do esgoto, proteção dos recursos hídricos, redução de perdas, aumento da eficiência energética e aperfeiçoamento das medições de consumo. A Sanepar também atua com rigor na fiscalização de suas estruturas - como as barragens -, a fim de garantir a segurança dos trabalhadores e das comunidades.

MELHORIA DA EFICIÊNCIA

A constante busca pela melhoria da eficiência operacional é uma das condições determinantes para a sustentabilidade nas dimensões ambiental, social e econômica da Sanepar. A adoção de novas tecnologias, a otimização dos processos operacionais e o investimento em treinamento de pessoal são fatores essenciais para aprimorar a qualidade dos produtos e serviços e aumentar a satisfação dos clientes, fornecedores, acionistas e empregados.

As metas da empresa visam a manter em 100% o fornecimento de água tratada à população paranaense e elevar o atendimento com coleta e tratamento de esgoto, com obras de implantação, ampliação, melhorias e manutenção dos sistemas de abastecimento e de esgotamento sanitário.

ETA Barigui em Almirante Tamandaré

Em 2015, a empresa investiu na ampliação e renovação de suas redes de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto e em obras de médio e grande porte. Os investimentos são definidos a partir da elaboração e execução de um acervo de projetos de infraestrutura e aplicação das mais avançadas tecnologias no setor, potencializando a geração de renda e criando milhares de empregos diretos e indiretos em todo o estado.

A empresa também desenvolve de forma permanente pesquisas para otimizar processos industriais, comerciais e de gestão. Em 2015, a Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento liderou 86 atividades, entre projetos, cooperações técnicas com organismos nacionais e internacionais e publicações científicas.



A SANEPAR É DO PARANÁ



PROCESSO ÁGUA

O planejamento de longo prazo permitiu que os problemas relativos à escassez de água, ocorridos em 11 estados brasileiros em 2015, não fossem sentidos no Paraná. A disponibilidade hídrica superficial nas 16 bacias do estado é de 1.153 m³/s (excluindo os rios Paraná e Paranapanema), conforme o Plano Estadual de Recursos Hídricos, cuja elaboração foi coordenada pelo Instituto das Águas do Paraná. O volume dos aquíferos subterrâneos, considerados como reserva estratégica, soma 300 m³/s.

Já a demanda total por água representa apenas 4,5% da disponibilidade superficial total. Se as bacias forem consideradas isoladamente, a demanda varia de 2% na Bacia Litorânea a 23% no Alto Iguaçu.

A situação é confortável, mas a empresa investe de forma consistente para vencer os desafios representados pelo acentuado processo de urbanização, que aumenta o escoamento superficial da água ao remover a vegetação e impermeabilizar o solo, diminuindo o escoamento subterrâneo.



ETA Rio Verde em Campo Largo

A SANEPAR FORNECE ÁGUA TRATADA A 100% DA POPULAÇÃO URBANA DO PARANÁ. ESSE ÍNDICE FOI ATINGIDO EM 2008 E SE MANTÉM DESDE ENTÃO.

Esses efeitos agravam as enchentes nas cidades que não fazem o reaproveitamento da drenagem pluvial para uso não potável. Outro impacto significativo vem dos esgotos domésticos e industriais, que poluem rios, degradam a qualidade dos cursos de água e impossibilitam sua utilização.

A Sanepar trabalha em conjunto com o governo estadual e os municípios concedentes para que promovam a gestão das bacias dos mananciais, de forma constante, regular e preventiva. Diversas ações são realizadas. Além da restauração das matas ciliares e do combate às ocupações inadequadas e ao desmatamento, a empresa procura reduzir o consumo de água com a instalação de equipamentos de menor demanda hídrica e ações de educação ambiental.

De forma direta, a empresa proporciona o atendimento adequado ao crescimento da demanda e a possíveis eventos de estiagem, por meio de um programa de investimentos baseado em diagnósticos, plano diretor, estudos técnicos preliminares, projetos básicos e executivos, estruturas de obras e operação eficiente.

CONSUMO DE ÁGUA [G4-EN8]

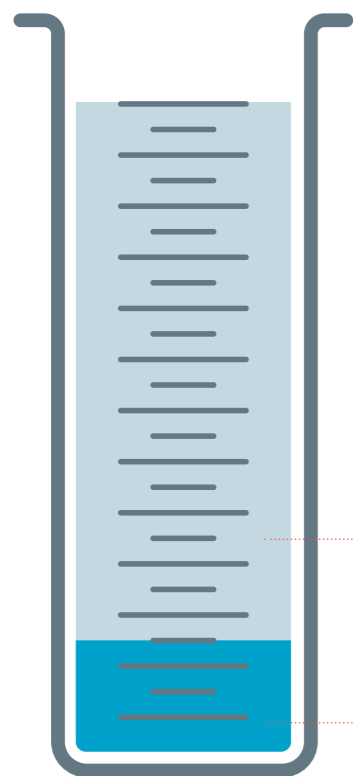
82,4%

FONTES SUPERFICIAIS

17,6%

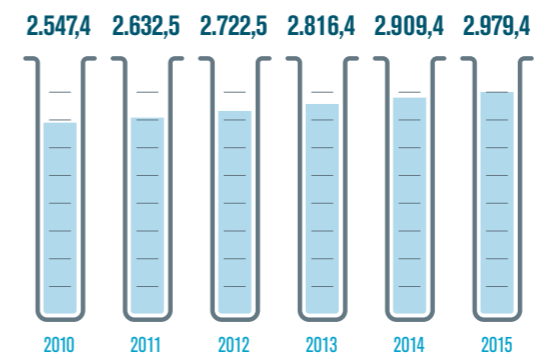
FONTES SUBTERRÂNEAS

TOTAL
892,45
milhões de m³



NÚMERO DE LIGAÇÕES | ÁGUA

(Em milhares)



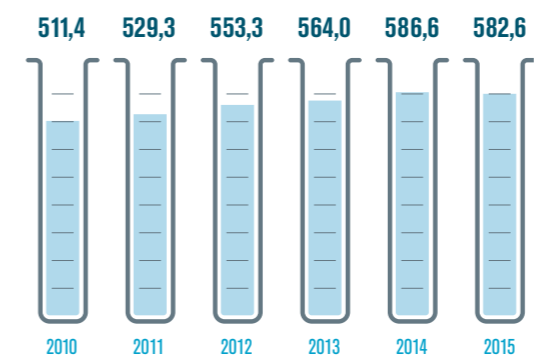
Em setembro, a empresa inaugurou em Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba, a Estação de Tratamento de Água Barigui, que aumentou em 60% a disponibilidade de água e garante o abastecimento na cidade até 2023. Foram investidos R\$ 9,8 milhões em construção de barragem, captação, estação de tratamento e reservatório, além da execução de 1,2 km de adutora.

Em Foz do Iguaçu, os valores aplicados para ampliar o sistema de distribuição ultrapassaram R\$ 8 milhões.

O complexo de reservação da região sul da cidade inclui a construção da estação elevatória e mais dois reservatórios, na Vila Yolanda. A capacidade total de armazenamento será de 6 milhões de litros de água. Mais de 57 mil pessoas serão beneficiadas. Na região norte, os reservatórios do Portal e Três Lagoas estão com mais de 50% das obras concluídas. Eles terão condições de armazenar 4 milhões de litros de água tratada.

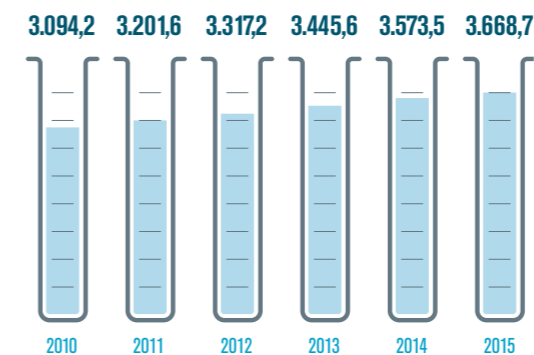
VOLUME FATURADO | ÁGUA

(Em milhões de m³)



ECONOMIAS ATIVAS¹ | ÁGUA

(Em milhares)



¹O termo economia ativa é usado para denominar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar.



A SANEPAR TEM 100% DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE ÁGUA TRATADA HIDROMETRADO, O QUE GARANTE EXATIDÃO E CONFIABILIDADE AO NÚMERO APURADO.

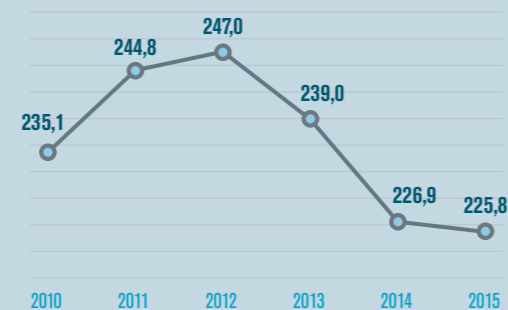
ÍNDICE DE PERDAS

Um dos principais indicadores para a avaliação da eficiência operacional adotado pelo setor de saneamento é o índice de perdas. A Sanepar atingiu em 2015 o melhor resultado histórico, em decorrência da continuidade dos esforços e investimentos voltados para a melhoria dos processos operacionais.

Em 2015, o Índice de Perdas por Ligação foi de 225,8 litros por ligação por dia.

ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO

(Em litroΔ/ligação/dia)



De acordo com o SNIS 2013 (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), a média do volume de perda de água no Brasil é de 37% (os dados mais recentes são de 2013). Na Sanepar, o índice medido é de 34%. Esse índice é denominado perda aparente e diz respeito a todo o volume de água que não é faturado - vazamentos, submedição, fraudes e uso pelo Corpo de Bombeiros. Se considerarmos a perda real - que mede apenas vazamentos -, o dado cai para cerca de 20%, segundo estimativas da Sanepar. Apesar de a empresa realizar um trabalho de excelência no monitoramento de vazamentos, não é possível medir com precisão o volume de água perdido em decorrência desses problemas.

Também é importante destacar que a Sanepar é uma das mais eficientes do setor na medição de perdas. Portanto, a comparação com empresas que não atuam com a mesma qualidade não resulta em uma informação precisa - o mesmo ocorre em relação ao dado nacional.

A Sanepar mantém o compromisso de aprimorar de forma permanente seus processos a fim de reduzir suas perdas e, como resultado das ações desenvolvidas, tem tido uma importante evolução desse indicador nos últimos dez anos. A empresa está ciente de que, por causa das perdas, parte da população é privada de um serviço essencial e há desestímulo para os investimentos no setor. Elas criam um círculo vicioso, formado por altos custos operacionais e baixo retorno financeiro. Por isso, sua redução está diretamente relacionada a corte de custos e à preservação do faturamento.

Ações para a redução de perdas

- Investimento constante na medição e em novas tecnologias, com avanços na gestão da pressão na rede de distribuição;
- Monitoramento dos pontos com aumento de vazão mínima noturna, para maior rapidez na intervenção das equipes de manutenção e agilidade das equipes de pesquisa de vazamento;
- Instalação de macromedidores de vazão;
- Melhorias na setorização da rede de distribuição para facilitar a realização de manobras, o conserto de redes e ramais e a consequente redução de perdas;
- Capacitação em treinamentos voltados para a redução de perdas.



PROCESSO ESGOTO

A Sanepar trata 99,5% do esgoto coletado nos 174 municípios em que atua com sistema de esgotamento sanitário. Essa marca, única no país, é resultado de seu compromisso com a qualidade do serviço que presta à população, faz da empresa referência nacional e a torna uma das mais competitivas do mercado.

O esgotamento sanitário é um dos maiores desafios para melhorar a condição de vida e saúde dos brasileiros, por meio do combate às doenças de veiculação hídrica. É também um dos principais fatores de proteção ambiental, ao reduzir o despejo de dejetos em córregos e rios.

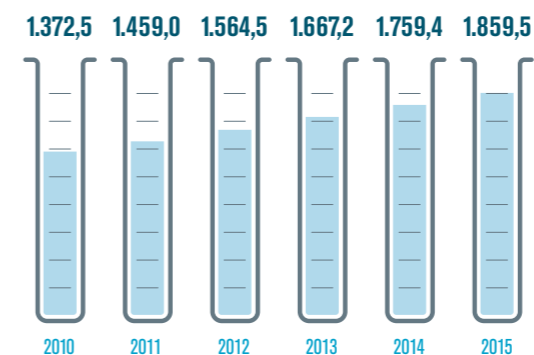
HOJE, SEGUNDO O INSTITUTO TRATA BRASIL, APENAS 38,7% DO ESGOTO COLETADO NO PAÍS É TRATADO. NA SANEPAR, ESSE ÍNDICE É DE 99,5%.

ETE Atuba em Curitiba



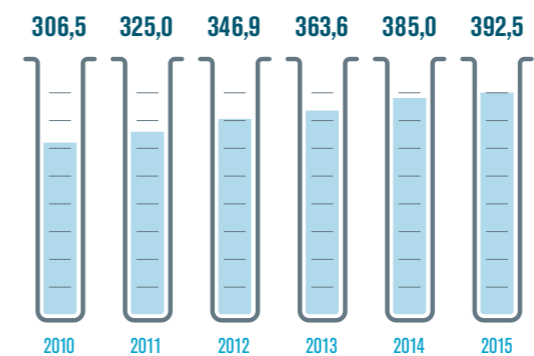
NÚMERO DE LIGAÇÕES | ESGOTO

(Em milhares)



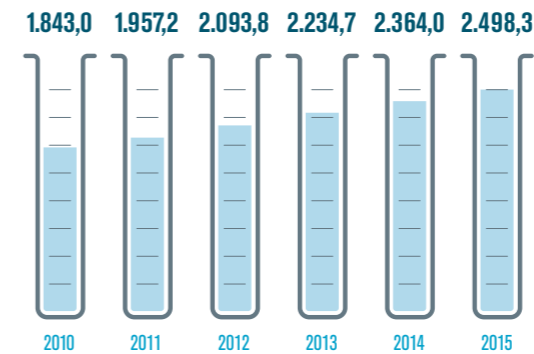
VOLUME FATURADO | ESGOTO

(Em milhões de m³)



ECONOMIAS ATIVAS¹ | ESGOTO

(Em milhares)



Em 2015, a Sanepar investiu com recursos próprios R\$ 31,3 milhões para manter a excelência da infraestrutura operacional do processo de esgotamento sanitário e, em consequência, otimizar resultados e atender a requisitos legais. Entre as principais ações, destacam-se melhorias no processo de tratamento dos efluentes e investimento em capacitação de pessoal e em melhorias operacionais. O plano de investimentos melhorou o índice de coleta e tratamento de esgoto e a destinação correta de resíduos gerados nos sistemas.

A Companhia deu ênfase ao cadastro técnico de redes. Uma versão digital do mapa técnico da empresa foi implantada em 185 unidades no interior do estado, com significativa melhora na qualidade de dados registrados ao longo de mais de 31 mil km de redes coletoras georreferenciadas.

Os investimentos também contemplaram diversas ações de capacitação dos empregados. A ampliação e implantação dos sistemas de esgotamento sanitário, a aquisição de novas tecnologias, a padronização de procedimentos operacionais e a melhoria nos processos demandaram 26.594 horas de treinamento. Cursos específicos envolveram 2.411 participantes.

¹O termo economia ativa é usado para denominar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar.

AS ELETRÔNICO (ASE)

A empresa avançou na implantação do Atendimento de Serviço Eletrônico (ASE), que abrangerá todas as unidades regionais, promovendo agilidade no atendimento ao cliente, redução de custos, ganho de produtividade e mais precisão das informações. Os agentes de manutenção trocaram o papel por *tablets* e passaram a fazer a gestão eletrônica dos serviços de manutenção de ativos lineares. A ferramenta elimina o preenchimento do papel e facilita o reconhecimento das redes em que é preciso fazer um trabalho.

GEORREFERENCIAMENTO

A Sanepar alcançou em 2015 a marca de 98,6% das ligações de água e esgoto georreferenciadas em toda a sua área de concessão. Utilizando os equipamentos de leitura do consumo, que são munidos do sistema de navegação por satélite GPS, os agentes comerciais anotaram as coordenadas geográficas de localização de todos os imóveis atendidos pelas redes de água e esgoto da empresa. Os dados foram incorporados ao Sanegis, o sistema de informações geográficas da Companhia. Com isso, a Sanepar otimizou a identificação de todas as economias localizadas na área urbana dos municípios, garantindo alta rastreabilidade ao sistema.

Com o georreferenciamento das ligações, ainda pouco usado por outras empresas do setor de saneamento, outros projetos poderão ser realizados. Entre eles, mapear fontes alternativas de água (poços) e reclamações de falta de água e recomposição de pavimento; identificar

fraudadores; verificar as maiores incidências de rompimento de redes; localizar refluxo de esgoto; e monitorar o relacionamento com os maiores consumidores.

Além disso, com o georreferenciamento, a Sanepar obtém um nível de informação vital para a estratégia de um negócio que é baseado no número de ligações. A empresa possui hoje um dado mais realista sobre a população do Paraná do que aquele fornecido pelos recenseamentos feitos a cada dez anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que não separam as zonas urbana e rural. Esse conhecimento é estratégico para o planejamento de ações, em um cenário em que as famílias vêm ficando menores, com média de 3,1 moradores por casa, e mudando hábitos.

As informações atendem também a uma demanda dos municípios que concedem o serviço à Companhia e que desejam mais precisão nos dados sobre o atendimento da população.



PROCESSO RESÍDUOS SÓLIDOS

A Sanepar também atua na gestão dos resíduos sólidos urbanos, que é de significativa e crescente importância na área do saneamento ambiental. A empresa opera os aterros sanitários das cidades de Apucarana, Cornélio Procópio e Cianorte. Este último atende também os municípios de São Tomé, Terra Boa, Guaporema e Indianópolis, e foi pioneiro na certificação pela ISO 14001, de gestão ambiental, e pela ISO 31000, norma internacional para gestão de riscos.

Em Apucarana, a Sanepar gerencia as etapas de recebimento, tratamento e disposição final de resíduos no aterro. Em Cornélio Procópio, a empresa faz a gestão de coleta, transporte, transbordo, recebimento e tratamento e a destinação correta dos resíduos sólidos.

A empresa trata 100% dos resíduos coletados, cujo volume é de cerca de 60 mil toneladas por ano. Ao todo, 265 mil pessoas são beneficiadas.

Para reduzir o volume de resíduos lançados em mananciais, córregos e rios, e para ampliar a vida útil dos aterros sanitários e promover renda aos catadores, a Sanepar mantém o programa Ecocidadão Paraná, em parceria com o Provopar Estadual Ação Social. São 40 municípios beneficiados com o apoio à organização de associações e cooperativas de catadores de material reciclável.

ATERROS SANITÁRIOS - VOLUME DE RESÍDUOS RECEBIDOS

(Em toneladas)

Apucarana	28,5 mil
Cornélio Procópio	11 mil
Cianorte	19 mil
Total	58,5 mil

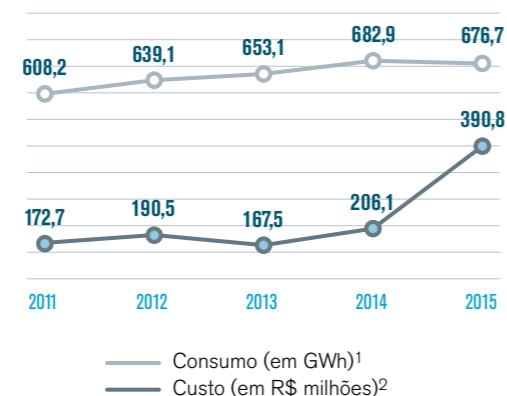
ENERGIA ELÉTRICA

A energia elétrica responde pelo principal custo da Sanepar, e o consumo nos processos operacionais é um importante indicador para avaliação de eficiência. O realinhamento de preços feito ao longo de 2015 pelo governo federal afetou toda a sociedade, pressionou a inflação e elevou em 89,6% a despesa da Companhia com o insumo.

A fim de minimizar os efeitos da crise energética, várias ações estão em execução e em estudo, com resultados significativos. A Unidade Regional da Sanepar em Foz do Iguaçu reduziu 80,67% do consumo em cinco meses de implantação do programa de melhoria no sistema de iluminação das unidades operacionais.

Para identificar falhas e fugas, a empresa analisa diariamente suas 3,6 mil contas de energia. Também trabalha na substituição de equipamentos por outros com melhor rendimento e em estudos sobre fontes alternativas (solar, eólica, aproveitamento do gás metano etc.). Outra iniciativa é a redução de atividades operacionais em horários de ponta, quando a tarifa é mais cara. A Unidade Regional de Cascavel diminuiu em 20% a fatura de energia em uma instalação piloto, ao iniciar o procedimento.

CUSTO E CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA



ENERGIA CONSUMIDA [G4-EN3]

	2014	2015	Δ %
Gasolina	83.790	76.064	-9,2%
GNV	47	0	-
Óleo diesel	33.578	37.384	11,3%
Etanol	7.570	10.962	44,8%
Eletricidade	2.456.349	2.436.120	-0,8%
Total	2.581.336	2.560.530	-0,8%

ENERGIA ELÉTRICA - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA [G4-EN5]

	2013	2014	2015
Processo água (kWh/m ³ produzido)	0,849	0,847	0,849
Processo esgoto (kWh/m ³ tratado)	0,165	0,163	0,171

¹O consumo teve variação de 2,03% entre 2014 e 2015 em razão dos aumentos do volume de água produzido e volume de esgoto tratado.

²Os custos aumentaram 89,6% no mesmo período em decorrência do reajuste tarifário extraordinário em março, do reajuste tarifário anual em junho, da bandeira vermelha em janeiro e da subvenção de ICMS em 2015.

INVESTIMENTOS

O volume de recursos aplicados em obras de expansão, melhorias e atualização tecnológica foi de R\$ 795 milhões. Os investimentos permanentes em infraestrutura também permitiram ampliar o número de clientes. Apenas em 2015, foram adicionados 70 mil acessos ao serviço de fornecimento de água tratada e 100 mil aos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Veja o mapa de investimentos por região no capítulo A Sanepar.

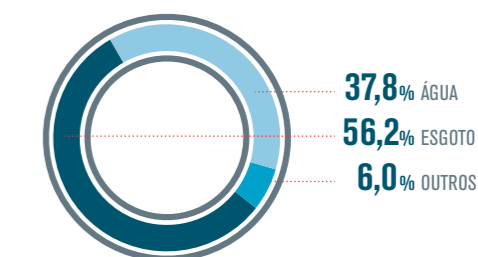
INVESTIMENTOS POR REGIÃO (PARANÁ)

(Em R\$ milhões)

	LOCAL	ÁGUA	ESGOTO	TOTAL
Noroeste		44,1	74,5	118,6
Nordeste		58,7	64,2	122,9
Sudoeste		61,6	92,2	153,8
Sudeste		44,4	51,1	95,5
Região Metropolitana de Curitiba		91,6	164,8	256,4

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

(Por serviço)



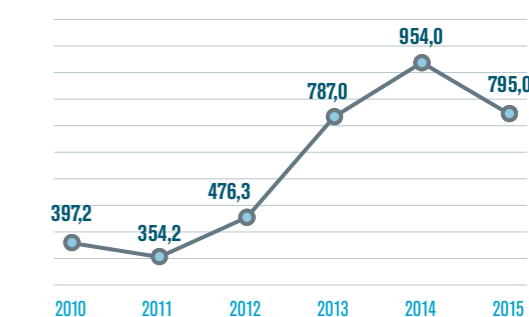
TOTAL DE INVESTIMENTOS

(Em R\$ milhões)

Água	300,4
Esgoto	446,8
Outros	47,8
Total	795,0

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

(Em R\$ milhões)



GRANDES OBRAS

A Sanepar está investindo R\$ 102 milhões na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Belém, a maior de Curitiba, com obras que ganharam ritmo forte em 2015. Numa primeira etapa, vão melhorar as condições operacionais da estação e, numa segunda etapa, vão triplicar a capacidade de tratamento, passando de 840 l/s a 2.520 l/s.

Ao lado da ETE Belém, a empresa está construindo a primeira unidade de biodigestão para a geração de energia elétrica. Para isso, a Companhia firmou com a Cattalini Bioenergia uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), a CS

Bioenergia, com o objetivo de gerar 2,8 MW (megawatts) de energia por meio de um processo de biodigestão anaeróbia. O investimento inicial foi de R\$ 55 milhões.

A matéria-prima para essa geração de energia é o lodo, um subproduto do processo de tratamento do esgoto e que deve ser retirado dos reatores biológicos de modo a garantir a eficiência do tratamento dos efluentes. Além das 110 toneladas de lodo produzidas diariamente pela ETE Belém, serão agregados outros resíduos sólidos orgânicos de grandes geradores, como *shoppings* e supermercados.

Obra da primeira unidade de biodigestão para a geração de energia



A SANEPAR É DO PARANÁ



Obras na ETE Belém melhoram as condições operacionais da estação

A meta é gerar 2,8 MW (megawatts) de energia elétrica em 2016, suficiente para atender à demanda de 28 mil casas populares. Outra ação desenvolvida para garantir a destinação correta do lodo foi a implantação, em 2015, do Programa Lodoinfra, com investimento aproximado de R\$ 6 milhões, proporcionando um aumento da retirada do lodo das ETES em torno de 36 mil m³. Além de gerar resultados positivos para o processo de tratamento de esgoto, o investimento feito com recursos do BNDES/Debêntures permite atender aos requisitos legais e ambientais.

Em todas as regiões do estado, a Sanepar trabalha para alcançar a universalização do saneamento. Em Faxinal, por exemplo, está sendo construída a primeira estação de tratamento de esgoto da cidade e implantados 55 km de tubulação, para atender 70% da população. O valor da obra é de R\$ 9,2 milhões.

Abastecimento rural Paiol de Telha em Guarapuava



NA ZONA RURAL, A SANEPAR AVANÇOU EM 2015 COM 26 NOVOS SISTEMAS DE TRATAMENTO, QUE BENEFICIARAM CERCA DE 5,7 MIL PESSOAS. O INVESTIMENTO REALIZADO ALCANÇOU R\$ 3,4 MILHÕES, DIVIDIDOS ENTRE A SANEPAR (56,6%) E OS MUNICÍPIOS ATENDIDOS (43,4%). [G4-EC7]

Obras da CS Bioenergia



PRINCIPAIS INVESTIMENTOS EM OBRAS 2015

LOCAL	RECURSOS	BENEFÍCIOS E MELHORIAS
Estação de Tratamento Água Barigui, em Almirante Tamandaré	R\$ 9,8 milhões	A inauguração da ETA aumentou em 60% a disponibilidade de água e garante o abastecimento na cidade até 2023
Foz do Iguaçu	R\$ 8 milhões	Construção de reservatórios amplia sistema de distribuição de água das regiões sul e norte da cidade
Região Metropolitana de Curitiba (RMC)	R\$ 37 milhões	Obras na ETE Belém vão melhorar as condições operacionais da estação e, numa segunda etapa, triplicar a capacidade de tratamento de esgoto
Campo Largo	R\$ 47 milhões	Novo sistema de abastecimento de água vai garantir abastecimento até 2027

SANEAMENTO NO LITORAL DO PARANÁ

O Sistema de Esgotamento Sanitário de Matinhos e Pontal do Paraná, no litoral do Paraná, receberá R\$ 252 milhões para ampliação de sua capacidade. Será o maior investimento em saneamento da história na região e beneficiará cerca de 57 mil moradores das duas cidades, além dos veranistas.

Os recursos são oriundos da Caixa Econômica Federal e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), dentro do programa Saneamento para Todos, do Governo Federal, que utiliza recursos do FGTS. Do total anunciado, R\$ 176,4 milhões serão financiados pela Caixa e R\$ 58,8 milhões, pelo BRDE. As obras vão de janeiro de 2016 a 2019.

Os investimentos em saneamento no litoral se refletem nos índices de balneabilidade, garantindo que as praias paranaenses estejam próprias para banho. O índice de atendimento com coleta e tratamento de esgoto em Matinhos passará dos atuais 52% para 85% da população urbana. Em Pontal do Paraná, o índice será elevado dos atuais 25,9% para 75%.

Serão construídas 29 estações elevatórias de esgoto, sendo 14 no município de

Matinhos, entre os balneários de Caiobá e Monções. No município de Pontal do Paraná serão 15 unidades, entre os balneários de Beltrami e Pontal do Sul.

Em Matinhos, serão implantados 274 quilômetros de redes coletoras (14,5 quilômetros de remanejamento), 13.584 ligações de esgoto (979 remanejadas) e 14 elevatórias de esgoto. Em Pontal do Paraná, serão 255 quilômetros de redes coletoras, 12.395 ligações e 15 elevatórias de esgoto.

A Sanepar inaugura, nesse projeto, um novo modelo de contrato, chamado locação de ativos. Uma sociedade de propósito específico criada para administrar e executar as obras contrata o financiamento na Caixa e é responsável pelo aporte de recursos financeiros e materiais necessários para as obras.

Após a conclusão, a Sanepar paga à empresa um valor mensal de locação por 20 anos. Ao término do contrato, as obras serão incorporadas ao patrimônio da Sanepar. O modelo garante que o empreendedor possa iniciar os trabalhos imediatamente.

Esta é também a primeira operação privada do BRDE com recursos do FGTS via programa Saneamento para Todos.



Obra de saneamento no bairro Coroados, em Guaratuba

GESTÃO AMBIENTAL

A Sanepar envolve toda a sua força de trabalho em ações para consolidar a cultura da excelência e disseminar ferramentas e métodos de gestão e redução de impactos ambientais, no cumprimento da sua missão e visão estratégica. Uma das principais ferramentas utilizadas é o Sistema de Gestão Ambiental, metodologia criada em 2012 para realizar o diagnóstico das diversas unidades da empresa, verificando o atendimento aos requisitos legais.

Os diagnósticos realizados nas estações de tratamento de água (etas), nas estações de tratamento de esgoto (etes) e nos Aterros Sanitários fornecem informações que subsidiam decisões de investimentos, de melhorias operacionais e de gestão das estações.

Os projetos desenvolvidos têm sido atrelados aos conceitos contidos no Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS); nas certificações externas e internas; e nos programas internos de melhoria Use o Bom Senso, Capacitação e Aperfeiçoamento Gerencial - Cage e Escola Sanepar da Qualidade.

A empresa adota a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão ambiental. O processo de gestão engloba identificação e análise de riscos e ações preventivas, de contingência e de controle no que se refere a situações de emergência e acidentes ambientais. Entre as ações permanentes estão também a identificação e a mitigação de impactos ambientais negativos, além das atividades de conservação ambiental com prioridade para os mananciais.



ETE CIC Xisto em Curitiba



Moradores que participam do programa têm contato direto com os técnicos da Sanepar

REVITALIZAÇÃO DE RIOS URBANOS

Baixo custo e agilidade para identificar problemas na rede coletora de esgoto resumem como funciona o Programa de Revitalização de Rios Urbanos, por meio do qual a Sanepar avalia a qualidade dos rios, córregos e galerias. A metodologia consiste em medir o teor de oxigênio dissolvido em diversos trechos de rios. Os pontos de lançamento irregular de esgoto são referenciados, reduzindo o tempo de reparo e o custo do manejo, e minimizando o impacto ambiental.

O trabalho tem contribuído significativamente para melhorar a qualidade dos rios urbanos, e é complementado por ações socioambientais em meio às comunidades ribeirinhas.

Saiba mais sobre revitalização de rios no capítulo Pessoas/Responsabilidade socioambiental.

INVENTÁRIO DE EMISSÕES

[G4-EN15, G4-EN16, G4-EN18, G4-EN19]

A Sanepar adota uma prática única entre as empresas do setor: a divulgação das emissões de gases de efeito estufa decorrentes de suas atividades.

Os dados são publicados no *site* e podem ser consultados por qualquer pessoa. A Companhia participa do Programa Brasileiro GHG Protocol (EPB).

Segundo o último inventário, de 2014, as emissões totalizaram 936.600,76 t de CO₂e, sendo:

- 842,91 mil t de CO₂e de emissões diretas (consumo de combustível por veículos e equipamentos, emissões fugitivas de equipamentos de refrigeração e ar condicionado e o processo de tratamento de esgoto e disposição de resíduos em aterros sanitários);
- 92,2 mil t de CO₂e de emissões indiretas relacionadas à compra de energia elétrica.

A principal fonte individual é o tratamento de esgoto, que contribui com 94,3% do total de emissões diretas e 84,8% do total do inventário.

Quando se analisam os indicadores de intensidade de emissões, o serviço que gera maior impacto relativo é o tratamento de resíduos sólidos. Cada tonelada de resíduo sólido destinado produz 696,7 kg de CO₂e. Água e esgoto apresentam intensidades bem menores: 1,46 kg de CO₂e para cada metro cúbico de água consumido e 2,49 kg de CO₂e para o mesmo volume de esgoto tratado. [G4-EN15, G4-EN18]

De 2013 para 2014, o total de emissões cresceu 7,5%. As emissões diretas evoluíram 5%, acompanhando o aumento da população atendida, enquanto as emissões indiretas, ligadas à compra de energia, cresceram 47%, mais de dez vezes o aumento do consumo. Isso se deve à mudança no fator de emissão do Sistema Interligado Nacional (SIN), que em 2014 utilizou uma proporção menor de energia de fontes hidrelétricas. [G4-EN19]

Entre as ações atualmente adotadas para a redução de emissões de gases causadores de efeito na Sanepar está a instalação de queimadores nos reatores anaeróbios das estações de tratamento de esgoto, responsáveis pela redução de 20% das emissões de gases de efeito estufa emitidos pelo tratamento de esgoto. Também houve a substituição do uso de gasolina por etanol em veículos da frota da Diretoria do Meio Ambiente. Além disso, estão em desenvolvimento projetos de pesquisa voltados ao aproveitamento energético do biogás e à eficiência energética.

SEGURANÇA

As quatro barragens de acumulação de água da Sanepar têm um plano de segurança que segue a exigência legal para todas as barragens em território brasileiro, o que inclui monitoramento permanente. Em 2015, a Sanepar anunciou ações complementares para atender à nova regulamentação (lei 12.334/10 e resoluções de 2011 e 2012 da Agência Nacional de Águas).

O dramático acidente na barragem de rejeitos minerais de Mariana (MG), ocorrido em 2015, disparou um sinal de alerta sobre o assunto em todo o país.

Historicamente, porém, a Sanepar adota medidas de segurança na fase de construção e durante a vida útil das barragens, que tranquilizam a população paranaense. Numa situação extrema, como um conserto na estrutura, as barragens podem ser esvaziadas. Todas têm um mecanismo de descarga de fundo. Como a água é liberada aos poucos, não há risco de inundação.

Isso não ocorre com barragens para outros fins, como produção de energia ou acumulação de rejeitos, que não têm essa possibilidade de esvaziamento. No caso da barragem mineira, não há como esvaziá-la por causa do material que acumula. Não há outro local onde depositar o material.

Para cuidar de suas barragens, garantindo a segurança da população, do meio ambiente e de seus empregados, a Sanepar tem uma equipe multidisciplinar, formada por especialistas. A cada seis meses, o grupo de trabalho emite um relatório com todos os detalhes das condições de segurança das barragens, que é enviado para o Instituto das Águas.

BARRAGENS

As quatro barragens da Sanepar fazem parte do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (Saic) e estão localizadas na Região Metropolitana de Curitiba. O Plano Diretor de Água do Município de Curitiba prevê a construção de mais duas barragens, a do Miringuava e a de Faxinal, que devem suprir a demanda futura de água até o ano de 2040.



SISTEMA INTEGRADO DE CURITIBA (SAIC)

BARRAGEM	CAPACIDADE	CONCLUSÃO
Piraquara 1	23 milhões de metros cúbicos	1979
Passaúna	48 milhões de metros cúbicos	1989
Iraí	58 milhões de metros cúbicos	1997
Piraquara 2	20,8 milhões de metros cúbicos	2008

REFERÊNCIA EM LABORATÓRIO

Investimentos da ordem de R\$ 30 milhões financiados pelo BNDES permitiram à Sanepar implantar em Curitiba o mais moderno e completo laboratório de saneamento da América Latina. O Laboratório Central iniciou suas atividades em janeiro de 2015.

Com instalações físicas de última geração e equipamentos de ponta, a estrutura passou a fazer as análises complexas, como metais pesados e agrotóxicos, de todos os sistemas da Sanepar no estado.

Três aspectos principais fazem do Laboratório Central referência na área: qualidade e funcionalidade dos materiais, condição ambiental para a segurança do trabalho e uso contínuo de tecnologia. Com a nova unidade, a Companhia internalizará a realização de todas as análises exigidas pela legislação vigente, bem como as análises para controle da qualidade do lodo de esgoto.

Laboratório Central de Curitiba



O investimento amplia o espectro de análises para verificação da conformidade, resultando em maior agilidade, confiabilidade e rastreabilidade no processo, garantindo a qualidade dos produtos oferecidos pela empresa.

Autossuficiente na análise da água, a Sanepar tem mais três laboratórios centrais, em Londrina, Maringá e Cascavel. A rede de análise inclui outros 182 laboratórios operacionais instalados em meio às estações de tratamento e 84 descentralizados.

Em conjunto, os técnicos analisam mensalmente em todo o estado cerca de 1,414 milhão de parâmetros para garantir o controle de qualidade da água, de acordo com as exigências da Portaria 2.914/11 do Ministério da Saúde. Os resultados têm atendido ao padrão de potabilidade, com índice de conformidade próximo a 100%. Já o controle de qualidade do esgoto tratado totaliza aproximadamente 3.632 por mês.



A POPULAÇÃO PODE ACOMPANHAR A QUALIDADE DA ÁGUA DA SUA CIDADE ACESSANDO O SITE WWW.SANEPAR.COM.BR. AS INFORMAÇÕES TAMBÉM SÃO PUBLICADAS NA CONTA QUE O CLIENTE RECEBE MENSALMENTE.

Novo laboratório da Sanepar é o mais moderno da América Latina

ABASTECIMENTO DE ÁGUA 2015 [G4-PR1]

	ANÁLISES REALIZADAS	NÃO CONFORMIDADES (%)
Captação	76.577	11,32
Tratamento	692.216	0,32
Distribuição	1.063.801	0,09



A Sanepar tem no relacionamento com as pessoas uma das mais importantes estratégias para cumprir sua missão de prestar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Os empregados são o primeiro público a ser atendido pela empresa, com um local de trabalho seguro, remuneração justa e ambiente instigante para o aprendizado contínuo, capaz de garantir a excelência técnica do serviço que prestam.

Eles são também o elo com as pessoas das comunidades atendidas pela empresa. É por meio desse relacionamento que a Companhia promove ações de educação socioambiental e forma multiplicadores de práticas que protejam os mananciais de água, cuja saúde é essencial para a sociedade.

PESSOAS

PÚBLICO INTERNO

A estratégia de gestão de pessoas da Sanepar tem, entre as prioridades, o desenvolvimento de uma cultura organizacional que promova um ambiente de aprendizado permanente dos empregados. Por meio de programas de treinamento e do aprimoramento do clima, a empresa procura ampliar a participação e o comprometimento de todos nos resultados, além de favorecer a apresentação de novas ideias, que possam melhorar os processos, as estratégias e os serviços entregues à sociedade.

Atualmente, o principal desafio é a atualização técnica do capital humano em conhecimentos específicos que estejam focados na estratégia de negócios e na nova realidade. O forte impacto do aumento no preço da energia e as mudanças no comportamento do cliente - que reduziu o consumo de água em 2015 - provocaram um grande esforço pela redução dos custos da empresa e a adoção de medidas para gerar receitas e garantir as metas de faturamento.

Como forma de lidar com a necessidade de treinamento do público interno, a Sanepar possui diversas estruturas que têm como objetivo capacitar de forma constante os empregados e promover um ambiente favorável para o desenvolvimento de pesquisas que contribuam para que a empresa se torne um centro de excelência em saneamento ambiental.

NÚMERO DE EMPREGADOS

ANO	TOTAL	ADMITIDOS	DESLIGADOS
2010	6.820	370	312
2011	6.637	623	312
2012	6.962	864	539
2013	7.273	443	348
2014	7.431	525	432
2015	7.473	175	133

Em 2015, a Sanepar realizou muitos avanços, especialmente no desenvolvimento de lideranças. O Cage (Capacitação e Aperfeiçoamento Gerencial e de Novos Talentos) é um programa com carga horária de 440 horas desenvolvido em parceria com a PUCPR. Durante o ano, participaram 152 gerentes e coordenadores. Os conhecimentos e ferramentas apresentados durante o programa resultaram em 29 projetos que visam à intervenção prática dos participantes nas atividades em que atuam.

Em 2016, a empresa ampliará o alcance do Cage a fim de capacitar as futuras lideranças dentro da empresa. Serão treinadas 390 pessoas, entre gestores e novos líderes, em cursos de 180 horas, totalmente pagos pela empresa. Os participantes passarão por um processo de seleção interna com prova objetiva.

ETA Rio Verde em Campo Largo



PERFIL DOS EMPREGADOS [G4-10]

	2015
Por sexo	
Homens	5.919
Mulheres	1.554
Por nível hierárquico	
Gerencial	607
Profissional	800
Administrativo/técnico	958
Operacional	5.108
Por unidade da Companhia	
Região Metropolitana e Litoral	3.183
Nordeste	1.316
Noroeste	1.056
Sudeste	879
Sudoeste	1.039
Total de empregados	7.473
Estagiários	31
Terceiros	321
Total da equipe	7.825

EM 2015, A EMPRESA INVESTIU R\$ 2,3 MILHÕES NO TREINAMENTO DE SEUS COLABORADORES. NO TOTAL, FORAM OFERECIDAS 428,7 MIL HORAS DE ESTUDOS, RESULTANDO NA MÉDIA DE 57,7 HORAS POR EMPREGADO. [G4-LA9]

COMPARTILHANDO O CONHECIMENTO

A Sanepar também procura, por meio da gestão do conhecimento, valorizar e preservar o capital intelectual da empresa. Boa parte desse conhecimento está nas mãos de empregados com larga experiência que agora se integram ao projeto Compartilhando o Conhecimento, criado em 2015. A ideia é multiplicar o conhecimento e a experiência adquirida ao longo dos anos e gerar um acervo e transformá-lo em material que possa ser transmitido aos demais, no formato de manuais, vídeos ou qualquer outro documento. O conteúdo pode ser transformado também em treinamentos específicos.

O trabalho é parte da criação da Universidade do Saneamento. Por meio dela, será possível a propagação das melhores técnicas e procedimentos aplicados entre gerações de empregados, e assegurar a continuidade do padrão de qualidade do corpo funcional e dos serviços da Sanepar. A futura universidade ampliará o trabalho feito no atual centro de treinamento, instalado na sede administrativa, em Curitiba, onde são oferecidos cursos presenciais e a distância.

O treinamento também é feito no Laboratório de Água/Esgoto e no Laboratório de Manutenção de Redes e Ramais, com 40 lugares, instalados no

Complexo Tarumã, localizado na capital paranaense. A Sanepar tem cinco ETAs-escolas: em Curitiba, Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Elas são equipadas com sala de aula e laboratório, que simulam o processo de tratamento de água e esgoto, onde os empregados são treinados. Também nas regionais, a empresa mantém quatro simuladores para treinamento operacional, que permitem vivenciar situações reais.

Ainda dentro da perspectiva de conhecimento aplicado, a Escola da Qualidade capacita facilitadores para desenvolver, implantar, coordenar e manter projetos de gestão da qualidade de forma eficaz, em suas áreas de atuação. O curso é oferecido em parceria com a PUCPR há 11 anos e já formou cerca de 500 multiplicadores.

O compartilhamento de conhecimentos pretende também evitar a dispersão dos profissionais que se integrarem em 2016 ao Programa de Aposentadoria Incentivada, o PAI. Técnicos aposentados com habilidades acadêmicas poderão dar aulas aos colegas da ativa e à comunidade.

Discutido ao longo de 2015 com os sindicatos dos empregados, o programa de aposentadoria apresentou um pacote de benefícios atraentes para os empregados. A meta é obter a partir de

TREINAMENTO [G4-LA9]

	Média (h)	
	HOMENS	MULHERES
Gerencial	97	107
Profissional	64	77
Administrativo/técnico	45	51
Operacional	79	79
Aprendiz	0	0
Estagiário	15	19
Total	55	64

Treinamento sobre o uso de produtos perigosos



2017 uma redução de 20% do valor da folha e favorecer a promoção dos novos talentos da empresa. Com as políticas de valorização do empregado, como remuneração adequada, investimento em capacitação e treinamentos de segurança, saúde e qualidade de vida, entre outros, o índice de *turnover* atingiu seu melhor resultado em 2015, afetando apenas 1,6% do quadro de empregados. A rotatividade está em queda acentuada. Em 2013, o índice foi de 5,7% e em 2014, de 3,6%.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social (Fusan), entidade jurídica sem fins lucrativos que administra o plano de aposentadoria dos empregados da Companhia, o FusanPrev. O plano segue o modelo de contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados e pensionistas, além de incluir cobertura nos casos de aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente. Em 2015, o plano contava com 7,3 mil participantes ativos, 1,7 mil aposentados e 623 pensionistas. A contribuição financeira repassada pela Sanepar à Fusan no ano totalizou R\$ 26,9 milhões. A fundação também administra o SaneSaúde, plano de saúde dos empregados que atende cerca de 25 mil pessoas, entre beneficiários e dependentes. [G4-EC3]

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A empresa investe em políticas internas que reconhecem méritos, potencialidades e competências. Entre as iniciativas estão a avaliação de desempenho e a remuneração atrelada aos resultados da Sanepar. Participam da avaliação todos os colaboradores que tenham no mínimo um ano de empresa e pelo menos 120 dias de efetivo exercício no período avaliado.

Em 2015, 6.965 empregados foram avaliados, o que corresponde a 94% do quadro. G4-LA11

O processo considera três grandes aspectos: os indicadores institucionais, com peso de 50%; a contribuição das unidades para os resultados da empresa, com peso de 30%; e as competências técnicas e comportamentais de cada pessoa, que pesam 20%. Após uma autoavaliação, o empregado discute com seu superior o conjunto das notas atribuídas e ambos chegam a um consenso. O resultado é um dos elementos para dar base para a progressão no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), uma das ferramentas utilizadas pela empresa para atrair e reter talentos.

REMUNERAÇÃO¹ [G4-EC5]

Proporção entre o menor salário na Companhia e o mínimo nacional	1,77
Proporção entre o maior e o menor salário pagos pela Companhia	15,52

¹Valores referentes a 31 de dezembro de 2015.

MÉDIA SALARIAL: MULHERES/HOMENS

[G4-LA13]

Gerencial	0,987
Administrativo/técnico	1,146
Operacional	1,008
Universitário	1,130
Total	0,889

SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

[G4-LA6]

	HOMENS	MULHERES
Casos de doenças ocupacionais	0	0
Dias perdidos	2.105	478
Taxa de frequência de acidentes	21,19	12,60
Taxa de gravidade de acidentes	148,18	128,16
Óbitos relacionados ao trabalho	0	0



Outubro Rosa 2015

CLIMA ORGANIZACIONAL

A pesquisa de clima organizacional Fale Francamente teve a participação de 75,7% dos empregados e resultou em uma nota 7,36. O resultado se refere a 2014, o mais recente até a publicação deste relatório. Ela cria bases comparativas de informações que subsidiam as ações estratégicas da empresa. Também consolida o processo de diálogo, permitindo à Sanepar explicitar sua filosofia e suas políticas, e avaliar os resultados. Desde 2001 mede o grau de satisfação dos empregados a partir de aspectos como remuneração, benefícios, ética, liderança, qualidade do ambiente e motivação. A consulta é realizada anualmente em meio eletrônico e disponibilizada a 100% do quadro.

Esse é um importante indicador de gestão de pessoas e orienta processos de melhoria contínua, além de subsidiar projetos que estimulem a participação dos empregados.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Sanepar entende que responsabilidade socioambiental não pode ser apenas um conceito. Deve ser uma postura adotada diariamente, dentro e fora da empresa, para que a sociedade se desenvolva de forma sustentável, reduzindo os impactos ambientais e promovendo a igualdade social.

Perseguindo essa visão, a Companhia trabalha em várias frentes: com seus empregados, com a comunidade e em meio aos órgãos de governo, como as prefeituras. A Sanepar desenvolve planos de ação aplicados diretamente na estrutura e instalações físicas da Companhia, nos mananciais e em outros ambientes em que seja necessária alguma intervenção.

O compromisso com a sustentabilidade está integrado às mais diversas atividades e assimilada nos processos e projetos corporativos, a começar pela disseminação de informações sobre o consumo responsável de água tratada.



Alunos de colégio agrícola de Foz do Iguaçu em atividade do projeto Sustentabilidade: da Escola ao Rio

AÇÕES NA COMUNIDADE

O programa Se Ligue na Rede foi criado para evitar a poluição dos rios por meio de ações sociais e ambientais. Trata-se, também, de uma forma de investir na perspectiva da sustentabilidade econômica das obras executadas pela Sanepar.

Em muitos casos, mesmo com a entrega das obras do sistema de coleta e tratamento de esgoto, os rios continuam recebendo uma parcela considerável de poluição. Isso acontece porque nem sempre a população beneficiada com a rede coletora realiza a interligação do imóvel ao sistema de esgoto e, algumas vezes, o faz de maneira inadequada. Essa etapa é realizada com recursos próprios dos moradores.

Por meio desse programa, a Sanepar consegue atuar de forma bem próxima da comunidade. A empresa forma uma rede de gestores socioambientais, responsáveis pela intermediação com a população. Essas equipes chegam ao local antes das obras iniciarem e permanecem durante mais um tempo depois que o trabalho é concluído. Nesse período, elas estabelecem um canal de comunicação permanente e uma relação de confiança com os moradores.

Os resultados são bem percebidos na área operacional da empresa. A meta da Sanepar - que é estipulada pelos órgãos financiadores - é que pelo menos 80% da rede de uma nova obra seja, de fato, utilizada. O programa contribuiu para o aumento do índice de interligações, além de reduzir os serviços de manutenção e melhorar a qualidade do esgoto que chega às estações de tratamento. O trabalho

é realizado nas bacias hidrográficas onde a Sanepar implanta o sistema de esgotamento sanitário e atende ao Manual de Fomento da Caixa Econômica Federal e à Política Nacional de Saneamento Básico.

O programa prevê a realização de reuniões comunitárias nas áreas de intervenção e abordagens domiciliares para sensibilizar e orientar as famílias sobre a importância e a correta utilização do serviço. Além disso, também são feitas vistorias técnicas nos imóveis atendidos com a rede coletora de esgoto. Os moradores recebem informações sobre a obra na sua região, cronograma dos prazos, impactos gerados e orientações sobre as responsabilidades da população e da Sanepar.

Em 2015, as iniciativas mobilizaram investimentos da ordem de R\$ 1,8 milhão, em 230 comunidades. As obras atendidas pelo programa proporcionaram 6,6 mil novas ligações de água, para uma população estimada em 20,8 mil habitantes, e quase 22,3 mil ligações de esgoto, beneficiando 70,4 mil pessoas. [G4-EC7]

Participando de eventos socioeducativos, moradores se tornam disseminadores dos conceitos de sustentabilidade necessários ao saneamento ambiental e ao interesse coletivo. Em paralelo, a Sanepar também capacita encanadores, para que façam a correta interligação das residências à rede de coleta de esgoto. Em 2015, o programa atendeu 157 contratos de esgotamento sanitário, que beneficiam aproximadamente 120 mil pessoas.



A REVITALIZAÇÃO DO RIO IGUAÇU

O Rio Iguaçu é patrimônio natural do Paraná e um símbolo de integração. Atravessa o estado, desde a Região Metropolitana de Curitiba, e desemboca na cidade de Foz do Iguaçu, no extremo oeste. Dos 399 municípios paranaenses, 109 têm área urbana na Bacia do Iguaçu, dividida em Alto, Médio e Baixo Iguaçu. Nessas áreas estão 33% do território do Paraná, 42% da população (4.389.809 habitantes) e alguns dos 10 municípios mais populosos, como Curitiba, Guarapuava, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Lançado em 2015 pelo Governo do Estado, o Programa de Revitalização do Rio Iguaçu centraliza, sob a gestão da Sanepar, cerca de 84 iniciativas espalhadas por diferentes órgãos da administração estadual e em diversas fases de desenvolvimento.

O esforço da primeira etapa, concentrada nos 26 municípios da Bacia do Alto Iguaçu, visa a melhorar a qualidade da água nas nascentes, localizadas em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. A Sanepar já executa ações regulares para evitar o lançamento do esgoto na bacia, entre elas a manutenção permanente das redes coletoras, a ampliação da cobertura com coleta e melhorias no sistema de tratamento.

A proposta integrada de revitalização do rio deve estabelecer cronograma, orçamento, etapas e metas para os próximos 10 anos. O próximo passo é buscar recursos financeiros e projetar o trabalho para alcançar as três bacias do Iguaçu ao longo de 40 anos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A empresa desenvolve projetos corporativos que estimulam os empregados a mudar comportamentos, adotar hábitos diferentes e multiplicar na comunidade em que vivem essas novas atitudes. Entre as iniciativas está a destinação adequada do óleo de cozinha descartado.

Em um ano, o projeto Se Ligue nesta Ideia, Sem Óleo na Rede coletou 2 mil litros do produto, que entope as redes coletoras. Os empregados foram o primeiro público envolvido, mas em algumas regiões já há pontos de coleta para a comunidade.

A iniciativa está ligada ao programa Use o Bom Senso, um dos pilares da educação socioambiental da empresa. Ele se baseia em nove “senso” que orientam a prática dos saneparianos: utilização, ordenação, limpeza, saúde, responsabilidade social, redução, reutilização, reciclagem e autodisciplina/comprometimento.

Em todo o estado, 69 comitês formados por empregados zelam pela manutenção dos planos de ação para praticar os senso.

A empresa também tem investido em capacitações. Até dezembro de 2016, todos os empregados terão feito o curso *online* Sustentabilidade na Prática das



Crianças visitam EcoExpresso Sanepar e veem maquetes que ajudam a entender os serviços de saneamento

Empresas, desenvolvido especialmente para os saneparianos pela PUCPR. O curso trata de conceitos da sustentabilidade, sua implantação no ambiente empresarial e métodos de acompanhamento, por meio de indicadores de desempenho ambiental.

Os três módulos abordam o que é sustentabilidade e sua justificativa econômica para as empresas; como implantar o conceito de sustentabilidade na prática; e assuntos complementares, como gestão de resíduos sólidos e indicadores de desempenho ambiental.

PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

O Centro de Educação Ambiental Mananciais da Serra (Ceam) existe desde 1997 e é mantido pela Sanepar com o objetivo de promover atividades de educação ambiental. A água dos Mananciais da Serra abasteceu Curitiba até a década de 1940.

O sistema de captação do Carvalho é parte da área de preservação, mas também é uma unidade operacional da Sanepar, pois muitos rios que nascem nos Mananciais da Serra formam a barragem Piraquara I.

Hoje, as águas das represas do Carvalho servem para o uso da aldeia indígena Araçaí e alguns moradores da Área de Proteção Ambiental (APA) no município de Piraquara. Elas são usadas para trabalhos de educação ambiental do Ceam. O local é aberto para visitação e pesquisa, mediante autorização e acompanhamento.

O Centro de Educação Ambiental Mananciais da Serra recebe estudantes em visitas orientadas, durante as quais são realizadas diversas atividades envolvendo a conscientização ambiental, como dinâmicas e caminhadas por trilhas.

O objetivo do programa é sensibilizar os visitantes sobre a importância da conservação ambiental, com enfoque especial nos recursos hídricos, demonstrar experiências de sustentabilidade vividas no cotidiano e refletir sobre elas. A ideia é formar uma rede de multiplicadores, fortalecendo a prática socioambiental na escola e na comunidade.



Reservatório do Carvalho em Piraquara

Já o programa Sustentabilidade: da Escola ao Rio mobiliza alunos e professores para ações socioambientais em rios urbanos. Os alunos fazem o reconhecimento da bacia hidrográfica, coletas e análises da água para monitoramento da qualidade, plantio de árvores nativas, coleta e destinação adequada de resíduos, mobilização da comunidade ribeirinha e divulgação dos resultados do projeto. Tudo com a orientação de gestores socioambientais da Sanepar e com apoio técnico e materiais oferecidos pela Companhia.

INCENTIVOS FISCAIS [G4-EC4]

Por meio das leis federais de incentivo fiscal do imposto de renda da pessoa jurídica, a Sanepar apoia projetos culturais e artísticos (Lei Rouanet - 8.313/91), desportivos e paradesportivos (Lei 11.438/06), Fundo da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), Fundo do Idoso (Lei 12.213/10) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - Pronon (Lei 12.715/12).

RECURSOS POR RENÚNCIA FISCAL

(Em R\$ mil)

Cultural e artístico	2.105,0
Audiovisual	211,0
Esportes	570,0
Fundo da Criança e do Adolescente	560,0
Fundo do Idoso	550,0
Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica)	250,0
Pronas (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência)	570,0
PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador)	3.874,6
Incentivo Empresa Cidadã	393,0
Lei do Bem	1.446,1
Total	10.529,7



BALANÇO SOCIAL ANUAL

A SANEPAR É DO PARANÁ

1) BASE DE CÁLCULO						
	2015			2014		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	2.971.185			2.617.040		
Lucro Operacional (LO)	540.314			551.194		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	817.316			711.089		
2) INDICADORES SOCIAIS INTERNOS						
	VALOR (MIL R\$)	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	VALOR (MIL R\$)	% SOBRE FPB	% SOBRE RL
Alimentação	81.323	9,95	2,74	72.046	10,13	2,75
Encargos sociais compulsórios	184.339	22,55	6,20	167.243	23,52	6,39
Previdência privada	26.949	3,30	0,91	24.531	3,45	0,94
Saúde	48.527	5,94	1,63	43.847	6,17	1,68
Vale-transporte	1.668	0,20	0,06	1.708	0,24	0,07
Segurança e saúde no trabalho	10.651	1,30	0,36	10.658	1,50	0,41
Educação	51	0,01	-	34	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.252	0,28	0,08	3.500	0,49	0,13
Creches ou auxílio-creche	1.982	0,24	0,07	1.779	0,25	0,07
Participação nos lucros ou resultados	40.947	5,01	1,38	41.258	5,80	1,58
Outros	100.493	12,30	3,38	59.006	8,30	2,25
Total - Indicadores Sociais Internos	499.182	61,08	16,81	425.610	59,85	16,27
3) INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS						
	VALOR (MIL R\$)	% SOBRE LO	% SOBRE RL	VALOR (MIL R\$)	% SOBRE LO	% SOBRE RL
Cultural, Artístico, Audiovisual e Desportivo	2.886	0,53	0,10	3.658	0,66	0,14
Fundos da Criança e do Idoso	1.110	0,21	0,04	1.450	0,26	0,06
Programas de Assistência à Saúde e Oncológico	820	0,15	0,03	725	0,13	0,03
Lazer e diversão	400	0,07	0,01	1.345	0,24	0,05
Outros	6.106	1,13	0,20	11.800	2,15	0,44
Total das Contribuições para a Sociedade	11.322	2,09	0,38	18.978	3,44	0,72
Tributos (excluídos encargos sociais)	314.747	58,25	10,59	331.998	60,23	12,69
Total - Indicadores Sociais Externos	326.069	60,34	10,97	350.976	63,67	13,41
4) INDICADORES AMBIENTAIS						
	VALOR (MIL R\$)	% SOBRE LO	% SOBRE RL	VALOR (MIL R\$)	% SOBRE LO	% SOBRE RL
Relacionados com a operação da empresa	802.548	148,53	27,01	786.807	142,75	30,06
Em Programas e/ou projetos externos	23.417	4,33	0,79	21.378	3,88	0,82
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	825.965	152,86	27,80	808.185	146,62	30,88
5) INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
	2015		2014			
Nº de empregados(as) ao fim do período	7.473		7.431			
Nº de admissões durante o período	175		370			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	31		32			
Nº de estagiários(as)	321		327			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	3.162		2.986			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.554		1.549			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,00%		25,00%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	312		306			
Nº de pessoas com deficiências ou necessidades especiais	76		75			
6) INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15,52		15,21			
Número total de acidentes de trabalho	370		426			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cípa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as) + Cípa	(x) todos(as) empregados(as) + Cípa
A previdência privada contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2015: 1.990.101		Em 2014: 1.795.889			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	23,4% governo	42,0% colaboradores(as)	26,2% governo	40,8% colaboradores(as)	10,5% acionistas	12,3% retido

SOBRE O RELATÓRIO

O Relatório Anual da Sanepar tem a finalidade de prestar contas de forma transparente aos acionistas, analistas de mercado, clientes, empregados, fornecedores e outros públicos com os quais a empresa se relaciona, além de apoiar o monitoramento e a de gestão dos negócios. O conteúdo se refere ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015 e segue os pronunciamentos de orientação do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (Codim) com relação às melhores práticas para a elaboração de relatórios anuais e divulgação de informações de sustentabilidade e os princípios de Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC).

Alinhado ao esforço da empresa de integrar as dimensões econômica, social e ambiental do negócio e oferecer ao leitor um retrato mais amplo da trajetória recente, o documento apresenta conteúdos padrão das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) para relato de sustentabilidade. [G4-28]

As diretrizes GRI constituem a principal referência mundial para a gestão e comunicação da sustentabilidade. Desde 2013, vinham sendo utilizadas internamente pela Sanepar em um exercício de monitoramento de desempenho, e pela primeira vez são aplicadas ao Relatório Anual.

Para selecionar os temas de maior relevância, que deveriam ser cobertos pela publicação, o elemento-chave foi o planejamento estratégico da empresa. Para cada perspectiva do planejamento foram identificados os aspectos GRI correspondentes e as informações monitoradas de forma periódica pela empresa, e buscou-se ajustar a forma de compilação e apresentação dos indicadores à metodologia. Dessa forma, foi possível selecionar os indicadores mais fortemente relacionados aos negócios da Sanepar. [G4-18]

Para 2016, a Companhia planeja aperfeiçoar essa etapa com a realização de consultas a públicos de relacionamento e um processo estruturado de materialidade.

Mais informações sobre os indicadores GRI respondidos pela Sanepar poderão ser acessadas em breve no *site* www.sanepar.com.br.

ASPECTO GRI	LIMITES	INDICADORES GRI	PRINCIPAIS PÚBLICOS IMPACTADOS
Desempenho econômico	Empresa	EC1	Acionistas Empregados Fornecedores Governo Sociedade
	Empresa	EC3	Empregados Acionistas
	Empresa	EC4	Acionistas Empregados
Presença no mercado	Empresa	EC5	Empregados Sociedade
Impactos econômicos indiretos	Empresa Municípios onde atua	EC7	Clientes Sociedade
	Empresa Municípios onde atua	EC8	Clientes Sociedade
Energia	Empresa	EN3	Acionistas Clientes Sociedade
	Empresa	EN5	Acionistas Clientes Sociedade
Água	Empresa	EN8	Acionistas Clientes Sociedade
Emissões	Empresa	EN15	Sociedade
	Empresa	EN16	Sociedade
	Empresa	EN18	Sociedade
	Empresa	EN19	Sociedade
Emprego	Empresa	LA3	Empregados
Relações trabalhistas	Empresa	LA5	Empregados
Saúde e segurança no trabalho	Empresa	LA6	Empregados
Treinamento e educação	Empresa	LA9	Empregados
	Empresa	LA11	Empregados
Diversidade e igualdade de oportunidades	Empresa	LA13	Empregados
Políticas públicas	Empresa	SO6	Acionistas
	Sociedade		
Saúde e segurança do cliente	Toda a organização Municípios onde opera	PR1	Clientes Sociedade
Rotulagem de produtos ou serviços	Toda a organização Municípios onde opera	PR5	Clientes Sociedade

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS

ASPECTO	DESCRIÇÃO	PÁGINA/RESPOSTA
Estratégia e análise	G4-1 Mensagem do presidente	8
Perfil organizacional	G4-3 Nome da organização	12
	G4-4 Principais marcas, produtos e/ou serviços	12, 16 e 17
	G4-5 Localização da sede da organização	12
	G4-6 Países onde estão as principais unidades de operação ou as mais relevantes para os aspectos da sustentabilidade do relatório	12
	G4-7 Tipo e natureza jurídica da propriedade	12
	G4-8 Mercados em que a organização atua	12 e 13
	G4-9 Porte da organização	12, 13, 16 e 17
	G4-10 Perfil dos empregados	87
	G4-11 Percentual de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	100% dos empregados são cobertos por acordos de negociação coletiva. Em 2015 foram firmados 44 acordos com sindicatos a respeito das convenções coletivas de trabalho e dos planos de remuneração variável.
	G4-12 Descrição da cadeia de fornecedores da organização	Informação não disponível
	G4-13 Mudanças significativas em relação a porte, estrutura, participação acionária e cadeia de fornecedores	Não houve
	G4-14 Descrição sobre como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução	A empresa não adota o princípio da precaução.
	Aspectos materiais identificados e limites	G4-15 Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente
G4-16 Participação em associações e organizações		ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental), ALOAS (Asociación Latinoamericana de Operadores de Agua e Saneamiento) e AESBE (Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento).
G4-17 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e entidades não cobertas pelo relatório		O escopo do conteúdo GRI coberto é o mesmo do considerado nas Demonstrações Financeiras da organização.
G4-18 Processo de definição do conteúdo do relatório		98
	G4-19 Lista dos temas materiais	98
	G4-20 Limite, dentro da organização, de cada aspecto material	99
	G4-22 Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	Não houve
	G4-23 Alterações significativas de escopo e limites de aspectos materiais em relação a relatórios anteriores	Não houve
Perfil do relatório	G4-28 Período coberto pelo relatório	98
	G4-29 Data do relatório anterior mais recente	2014
	G4-30 Ciclo de emissão de relatórios	Anual
	G4-31 Contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	104
	G4-32 Opção da aplicação das diretrizes e localização da tabela GRI	Essencial, 100
Governança	G4-34 Estrutura de governança da organização	22
Ética e integridade	G4-56 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	21

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS

ASPECTO	DESCRIÇÃO	PÁGINA/RESPOSTA
CATEGORIA ECONÔMICA		
Desempenho econômico	G4-DMA Forma de gestão	30
	G4-EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído	113
	G4-EC3 Cobertura das obrigações no plano de pensão de benefício	89
	G4-EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo	97
Presença no mercado	G4-DMA Forma de gestão	90
	G4-EC5 Proporção entre o salário mais baixo da organização e o salário mínimo local, por gênero	90
Impactos econômicos indiretos	G4-DMA Forma de gestão	93
	G4-EC7 Impacto de investimentos em infraestrutura oferecidos para benefício público	93
	G4-EC8 Descrição de impactos econômicos indiretos significativos	59
CATEGORIA AMBIENTAL		
Energia	G4-DMA Forma de gestão	72
	G4-EN3 Consumo de energia dentro da organização	72
	G4-EN5 Intensidade energética	72
Água	G4-DMA Forma de gestão	63 a 67
	G4-EN8 Total de água retirada por fonte	64
Emissões	G4-DMA Forma de gestão	80
	G4-EN15 Emissões diretas de gases de efeito estufa	80
	G4-EN16 Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia	80
	G4-EN18 Intensidade de emissões de gases de efeito estufa	80
	G4-EN19 Redução de emissões de gases de efeito estufa	80
CATEGORIA SOCIAL - PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE		
Emprego	G4-DMA Forma de gestão	86
	G4-LA3 Taxas de retorno ao trabalho e retenção após uma licença-maternidade/paternidade	Em 2015, 186 empregados se beneficiaram da licença-paternidade e 55 empregadas utilizaram a licença-maternidade. A totalidade dos beneficiados regressou ao trabalho após o período de licença e a taxa de retenção (permanência após 12 meses de retorno) foi de 100%.
Saúde e segurança no trabalho	G4-DMA Forma de gestão	90
	G4-LA5 Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde	Há 70 Comitês de segurança na empresa, que representam 100% dos empregados.
	G4-LA6 Taxas de lesões, doenças ocupacionais e dias perdidos	90
Treinamento e educação	G4-DMA Forma de gestão	88, 89 e 90
	G4-LA9 Média de horas de treinamento por ano	89
	G4-LA11 Percentual de empregados que recebem análises de desempenho	90
Igualdade de remuneração entre mulheres e homens	G4-LA13 Proporção de salário-base entre homens e mulheres, por categoria funcional e por unidades operacionais relevantes	90
CATEGORIA SOCIAL - SOCIEDADE		
Políticas públicas	G4-DMA Forma de gestão	-
	G4-S06 Políticas de contribuições financeiras para partidos políticos, políticos ou instituições	A Sanepar não realiza qualquer tipo de contribuição financeira para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas.
CATEGORIA SOCIAL - RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO		
Saúde e segurança do cliente	G4-DMA Forma de gestão	82
	G4-PR1 Avaliação de impactos na saúde e segurança durante o ciclo de vida de produtos e serviços	83
Rotulagem de produtos e serviços	G4-DMA Forma de gestão	54 a 56
	G4-PR5 Resultados de pesquisas medindo a satisfação do cliente	54 a 56

EXPEDIENTE

Coordenação do Relatório Anual

Roberta Storelli

Fabiana Fernandes

Cristiane Schwanka

Rubens Alves de Oliveira

Ozires Kloster

Consultoria e coordenação editorial

Judith Mota (consultoria GRI)

Luciana Zenti (edição)

Marisa Valério (reportagem)

Projeto gráfico

Mayra Pedroso

Fotografias

Brunno Covello

Acervo Sanepar

Dúvidas e sugestões sobre o relatório [G4-31]

Unidade de Serviços de Comunicação Social (USCS) - (41) 3330-3077

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

106	BALANÇOS PATRIMONIAIS
108	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
109	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
110	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
112	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
113	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
114	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
152	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
153	PARECER DO CONSELHO FISCAL
154	DIRETORIA, CONSELHOS E CONTADOR

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

ATIVO

	NOTA	2015	2014	01/01/2014
Circulante			Reclassificado	Reclassificado
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	163.797	69.061	146.782
Contas a Receber de Clientes, líquido	5	477.281	393.536	368.622
Estoques		35.662	35.166	29.824
Impostos e Contribuições a Recuperar	6	28.829	22.791	18.587
Depósitos Vinculados		9.166	13.725	15.152
Outras Contas a Receber	7	23.648	24.301	22.155
Total do Circulante		738.383	558.580	601.122
Não Circulante				
Contas a Receber de Clientes, líquido	5	9.736	8.009	8.100
Impostos e Contribuições a Recuperar	6	684	786	1.086
Depósitos Vinculados	26	34.559	30.705	30.278
Ativos Financeiros Contratuais	10	77.420	54.586	22.540
Depósitos Judiciais	17.d	132.894	166.747	143.797
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.c	334.775	379.075	340.994
Outros Créditos	7	16.357	16.923	5.733
Investimentos	8	8.224	8.204	2.937
Imobilizado, líquido	9.a	130.043	102.340	110.640
Intangível, líquido	9.b	6.761.600	6.225.784	5.480.800
Total do Não Circulante		7.506.292	6.993.159	6.146.905
TOTAL DO ATIVO		8.244.675	7.551.739	6.748.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	NOTA	2015	2014	01/01/2014
Circulante				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	11	230.660	244.334	112.310
Empreiteiros e Fornecedores		125.404	141.079	132.427
Contratos de Concessão	12	7.052	6.372	5.988
Impostos e Contribuições	13	50.124	44.680	45.568
Salários e Encargos Sociais		140.286	128.837	113.663
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	19/20	95.101	92.218	34.844
Títulos a Pagar	14	3.087	7.200	6.681
Receitas a Apropriar	15	3.250	3.250	3.250
Cauções e Retenções Contratuais		2.684	2.864	3.837
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	27	46.896	56.324	52.063
Outras Contas a Pagar	16	36.957	37.323	33.471
Total do Circulante		741.501	764.481	544.102
Não Circulante				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	11	2.105.348	1.628.159	1.353.510
Contratos de Concessão	12	91.115	88.706	89.353
Impostos e Contribuições	13	1.468	1.262	-
Títulos a Pagar	14	-	2.429	8.414
Receitas a Apropriar	15	542	3.792	7.042
Provisões	17	463.423	467.772	437.866
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	27	656.541	788.529	728.889
Outras Contas a Pagar	16	4.430	5.524	12.009
Total do Não Circulante		3.322.867	2.986.173	2.637.083
Patrimônio Líquido	20			
Capital Social		2.597.360	2.597.360	2.597.360
Reserva de Reavaliação		92.825	98.750	105.068
Ajustes de Avaliação Patrimonial		12.147	14.073	16.899
Reservas de Lucros		1.398.472	1.156.122	921.030
Outros Resultados Abrangentes		79.503	(65.220)	(73.515)
Total do Patrimônio Líquido		4.180.307	3.801.085	3.566.842
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.244.675	7.551.739	6.748.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	NOTA	2015	2014
Receita Operacional Líquida	21	2.971.185	2.617.040
Custos dos Produtos e Serviços	22	(1.345.162)	(1.115.124)
Lucro Bruto		1.626.023	1.501.916
Despesas Operacionais			
Comerciais	23	(202.780)	(199.832)
Administrativas	23	(591.952)	(485.515)
Outras Despesas Operacionais	23	(15.356)	(7.987)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	(1.688)	(186)
Programa de Participação nos Resultados	24	(40.947)	(41.258)
		(852.723)	(734.778)
Receitas (Despesas) Financeiras			
Receitas Financeiras	25	51.999	28.387
Despesas Financeiras	25	(211.473)	(137.955)
		(159.474)	(109.568)
Provisões			
Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	17.a	4.349	(29.906)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	27	(77.861)	(76.470)
		(73.512)	(106.376)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		540.314	551.194
Imposto de Renda e Contribuição Social	18.a	(101.870)	(129.608)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		438.444	421.586
Lucro Líquido Atribuível às Ações Ordinárias		202.969	208.043
Lucro Líquido Atribuível às Ações Preferenciais		235.475	213.543
Lucro Básico e Diluído por Ação	20.e		
Ordinária		0,874989	0,843802
Preferencial		0,962488	0,928183
Quantidade de Ações no Final do Exercício			
Ordinárias		231.967.956	231.967.956
Preferenciais		244.652.250	244.652.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	438.444	421.586
Outros Resultados Abrangentes Líquidos a serem Reclassificados para o Resultado do Exercício em Períodos Subsequentes	144.723	8.295
Ganhos e Perdas Atuariais	219.277	12.569
Efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social	(74.554)	(4.274)
Resultado Abrangente do Exercício	583.167	429.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVA DE LUCROS					OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
				PLANO DE INVESTIMENTOS	LEGAL	INCENTIVOS FISCAIS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS ACUMULADOS		
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	2.597.360	105.068	16.899	687.956	129.680	7.749	95.645	-	(73.515)	3.566.842
Realização de Reserva de Reavaliação	-	(9.574)	-	-	-	-	-	9.574	-	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	3.256	-	-	-	-	-	(3.256)	-	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	(4.281)	-	-	-	-	4.281	-	-
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	1.455	-	-	-	-	(1.455)	-	-
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	12.569	12.569
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.274)	(4.274)
Dividendos Adicionais de 2013	-	-	-	-	-	-	(95.645)	-	-	(95.645)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	421.586	-	421.586
Destinação proposta à A.G.O.:										
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	21.079	-	-	(21.079)	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	534	-	(534)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(167.545)	-	(167.545)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	-	99.993	(32.441)	-	67.552
Retenção de Lucros	-	-	-	209.131	-	-	-	(209.131)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	2.597.360	98.750	14.073	897.087	150.759	8.283	99.993	-	(65.220)	3.801.085
Realização de Reserva de Reavaliação	-	(8.977)	-	-	-	-	-	8.977	-	-
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	3.052	-	-	-	-	-	(3.052)	-	-
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	(2.919)	-	-	-	-	2.919	-	-
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	993	-	-	-	-	(993)	-	-
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	219.277	219.277
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.554)	(74.554)
Dividendos Adicionais de 2014	-	-	-	-	-	-	(99.993)	-	-	(99.993)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	438.444	-	438.444
Destinação proposta à A.G.O.:										
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	21.922	-	-	(21.922)	-	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	715	-	(715)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(204.396)	-	(204.396)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-	-	103.951	(3.507)	-	100.444
Retenção de Lucros	-	-	-	215.755	-	-	-	(215.755)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	2.597.360	92.825	12.147	1.112.842	172.681	8.998	103.951	-	79.503	4.180.307

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	438.444	421.586
Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		
Depreciações e Amortizações	194.194	175.017
Custo das Baixas do Imobilizado e Intangível	11.965	10.301
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	7.145	-
Custo das Baixas de Investimentos	(65)	65
Ajuste a Valor Presente - Ativos Financeiros	(4.568)	-
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(4.799)	9.524
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquidos	(30.254)	(42.355)
Provisões	(4.349)	29.906
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	77.861	76.470
Juros sobre Financiamentos	203.015	141.648
Variações Monetárias sobre Financiamentos	50.423	29.066
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.688	186
Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	270	64
Redução (Aumento) dos Ativos Operacionais		
Contas a Receber de Clientes	(80.673)	(34.347)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(5.936)	(3.904)
Depósitos Judiciais	33.853	(22.950)
Estoques	(496)	(5.342)
Outras Contas a Receber	1.219	(13.336)
Aumento (Redução) dos Passivos Operacionais		
Empreiteiros e Fornecedores	(15.675)	8.652
Contratos de Concessão	3.089	(263)
Impostos e Contribuições	(4.118)	(7.911)
Salários e Encargos a Pagar	11.449	15.174
Cauções e Retenções Contratuais	(180)	(973)
Receitas a Apropriar	(3.250)	(3.250)
Títulos a Pagar	(6.542)	(5.466)
Outras Contas a Pagar	(1.460)	(2.633)
Caixa e Equivalentes Gerados pelas Atividades Operacionais	872.250	774.929
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicação no Imobilizado e no Intangível	(795.089)	(954.048)
Aplicação em Investimentos	(1.643)	(5.518)
Caixa e Equivalentes Aplicados nas Atividades de Investimentos	(796.732)	(959.566)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Financiamentos Obtidos	652.815	484.512
Amortizações de Financiamentos	(243.208)	(111.810)
Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	(199.565)	(135.929)
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(235)	(878)
Depósitos Vinculados	705	1.000
Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(191.294)	(129.979)
Caixa e Equivalentes Gerados nas Atividades de Financiamentos	19.218	106.916
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	94.736	(77.721)
No Início do Exercício	69.061	146.782
No Final do Exercício	163.797	69.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO G4-EC1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	2015	%	2014	%
Receitas				
Vendas de Produtos e Serviços	3.183.352		2.814.685	
Outros Resultados	(8.211)		(7.987)	
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	(2.346)		(9.524)	
	3.172.795		2.797.174	
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Produtos Químicos Consumidos	(68.117)		(61.457)	
Materiais Consumidos	(61.024)		(67.918)	
Energia Elétrica	(390.862)		(206.115)	
Outros Custos de Produtos e Serviços	(314.391)		(296.272)	
Serviços de Terceiros Contratados	(150.748)		(166.345)	
Outras Despesas Operacionais	(53.669)		(56.362)	
	(1.038.811)		(854.469)	
Valor Adicionado Bruto	2.133.984		1.942.705	
Depreciações e Amortizações	(194.194)		(175.017)	
Valor Adicionado Líquido	1.939.790		1.767.688	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.688)		(186)	
Receitas Financeiras	51.999		28.387	
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.990.101		1.795.889	
Distribuição do Valor Adicionado				
Empregados e Administradores				
Salários e Encargos	710.739	35,7	615.193	34,3
Honorários da Diretoria e Conselhos	8.346	0,4	6.858	0,4
Programa de Participação nos Resultados	40.947	2,1	41.258	2,3
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	75.477	3,8	68.379	3,8
	835.509	42,0	731.688	40,8
Governos				
Tributos Federais	463.487	23,3	467.799	26,1
Tributos Estaduais	498	0,0	784	0,0
Tributos Municipais	1.852	0,1	1.875	0,1
	465.837	23,4	470.458	26,2
Financiadores				
Aluguéis	38.838	1,9	34.202	1,9
Juros e Variações Monetárias	211.473	10,6	137.955	7,7
	250.311	12,5	172.157	9,6
Acionistas				
Juros sobre o Capital Próprio	204.396	10,3	167.545	9,3
Dividendos	3.507	0,2	32.441	1,8
Lucro Líquido do Exercício não Distribuído	230.541	11,6	221.600	12,3
Total	1.990.101	100,0	1.795.889	100,0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba - Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 346 sedes municipais operadas, aproximadamente 6,0% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 3,5% vencem de 2016 a 2020 e 90,5% foram renovados tendo seus vencimentos após 2020. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores contábeis residuais dos ativos relacionados à concessão. Os bens patrimoniais decorrentes dos Contratos de Programas, elaborados de acordo com a Lei 11.445/2007 - Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são registrados no ativo intangível. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 12.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social à exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota 8.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&Fbovespa).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2016.

2.2. MUDANÇA DE PRÁTICA CONTÁBIL

a) Bens vinculados aos contratos de concessão

Até o exercício de 2014 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos bens vinculados aos contratos regidos pela Lei de Concessões - Lei 8.987/95 (Contratos de Concessão) no Ativo Imobilizado, e os bens vinculados aos contratos firmados com base no novo marco regulatório de saneamento - Lei 11.445/07 (Contratos de Programa) de acordo com o modelo bifurcado (intangível e financeiro) definido pelo ICPC 01 e OCPC 05. A partir deste exercício, a Companhia alterou a forma de registro dos contratos regidos pela Lei 8.987/95 (Contratos de Concessão), passando a também registrá-los no Ativo Intangível.

b) Ativos Financeiros Contratuais

A partir do exercício de 2015, a Companhia passou a ajustar os ativos financeiros contratuais a valor presente. Este valor é referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas em decorrência dos bens vinculados a concessão, cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato.

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os bens do ativo imobilizado dos Balanços Patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014 para o ativo intangível bem como, o ativo financeiro contratual considerando o cálculo do AVP, conforme demonstrado a seguir:

Ativo	01/01/2014	AJUSTE	01/01/2014
	DIVULGADO		RECLASSIFICADO
Não Circulante			
Ativo Financeiro Contratual	107.599	(85.059)	22.540
Imobilizado, líquido	5.094.158	(4.983.518)	110.640
Intangível, líquido	412.223	5.068.577	5.480.800

Ativo	2014	AJUSTE	2014
	DIVULGADO		RECLASSIFICADO
Não Circulante			
Ativo Financeiro Contratual	194.078	(139.492)	54.586
Imobilizado, líquido	5.527.281	(5.424.941)	102.340
Intangível, líquido	661.351	5.564.433	6.225.784

2.3. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pelas mudanças mencionadas na Nota Explicativa 2.2.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Nota Explicativa 4
- b) Contas a Receber de Clientes - Nota Explicativa 5
- c) Provisão para Perdas na Realização de Créditos - Nota Explicativa 5
- d) Investimentos - Nota Explicativa 8
- e) Imobilizado - Nota Explicativa 9
- f) Intangível - Nota Explicativa 9
- g) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros - Nota Explicativa 9
- h) Ativos Financeiros Contratuais - Nota Explicativa 10
- i) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Nota Explicativa 11
- j) Provisões e Passivos Contingentes - Nota Explicativa 17
- k) Imposto de Renda e Contribuição Social - Nota Explicativa 18
- l) Partes Relacionadas - Nota Explicativa 19
- m) Crédito de Juros sobre o Capital Próprio - Nota Explicativa 20.d

n) **Receitas** - Nota Explicativa 21

o) **Instrumentos Financeiros** - Nota Explicativa 26

p) **Benefício Pós-emprego Concedido aos Empregados** - Nota 27

q) **Estoques:** Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

r) **Passivo Circulante e Não Circulante:** Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.

s) **Concessões:** A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

Contratos de Concessão: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões - Lei 8.987/95), os quais são amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Programas”, em observância as regras da Lei 11.445/07 - Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, na data da assinatura do Contrato de Programa, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor para um ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

t) **Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As Demonstrações do Valor Adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado.

u) **Uso de Estimativas e Julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

v) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas, que poderão surtir efeitos significativos aplicáveis para a Companhia, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, são as abaixo apresentadas:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de *hedge*, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de *hedge*, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

Alterações na IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos - Contribuições por parte do Empregado: A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços como um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. Essa alteração entrará em vigor para períodos anuais que se iniciam em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação deste pronunciamento e não espera que os mesmos sejam significativos.

IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes: A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contatos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são

reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações contábeis e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos em seus relatórios financeiros atuais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor.

Apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Caixa	1	1
Depósitos Bancários Livres	4.568	2.541
Depósitos Bancários Vinculados	11.823	16.324
	16.392	18.866
Aplicações Financeiras (1)		
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa (2)	74.071	28.366
Itaú Corp Plus Referenciado (3)	1	1.852
CDB Flex Empresarial (4)	73.333	19.977
	147.405	50.195
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	163.797	69.061

(1) As aplicações financeiras possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundos de Investimentos, com remuneração média de 99,43% do CDI (100,29% em 2014) e Certificado de Depósito de Bancário da CAIXA;

(2) O Fundo CAIXA FI SANEPAR I RENDA FIXA é exclusivo para as aplicações da Companhia sendo que em 31/12/2015, alocava 75,29% dos recursos em Operações Compromissadas NTN-B, os quais possuem opção de recompra imediata das quotas pelo banco, 1,98% em Títulos Públicos Federais (LFT e LTN) e 22,73% em CDB de Instituição Financeira de primeira linha (83,48%, 3,18% e 13,34% respectivamente em 2014);

(3) O Fundo ITAÚ CORP PLUS REF DI FICFI tem como objetivo acompanhar a variação do CDI através de aplicações que alocam, no mínimo 95% de seus recursos em títulos ou operações atreladas a esse indicador. A carteira é composta por títulos públicos e até 50% em títulos privados de baixo risco de crédito sendo que em 31/12/2015, alocava 50,54% dos recursos em renda fixa, 49,11% em Operações Compromissadas e 0,35% em outras aplicações (50,54%, 49,36% e 0,10% respectivamente em 2014);

(4) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é de emissão da própria Caixa Econômica Federal, contratado a uma taxa prefixada de 100,9% do CDI, com alta liquidez.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDO

Prática Contábil:

Contas a Receber de Clientes: Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente.

Provisão para Perdas na Realização de Créditos: Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos.

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Contas a Receber Vincendas	182.698	150.729
Contas a Receber de Parcelamentos	33.057	22.034
Ajuste a Valor Presente	(2.840)	(1.661)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	134.104	112.908
	347.019	284.010
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	89.053	70.903
De 31 a 60 dias	26.106	22.382
De 61 a 90 dias	8.727	10.511
De 91 a 180 dias	12.347	12.558
Mais de 180 dias	129.160	133.686
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(125.395)	(132.505)
	139.998	117.535
Totais de Contas a Receber, líquidas	487.017	401.545
Circulante	477.281	393.536
Não Circulante	9.736	8.009

Do total de contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos, o montante de R\$3.922 (R\$6.008 em 2014) refere-se a pendências de Prefeituras Municipais; R\$118.403 (R\$89.603 em 2014) de Particulares; e R\$17.673 (R\$21.924 em 2014) dos setores Estadual e Federal.

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Saldo no Início do Exercício	(132.505)	(123.926)
Valores Registrados como Despesa	4.799	(9.524)
Baixas, Líquidas das Recuperações	2.311	945
Saldo no Final do Exercício	(125.395)	(132.505)

A reversão de Provisão para Perdas no exercício ocorreu em função de parcelamento de contas em atraso com Prefeituras e Clientes Particulares.

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Clientes Particulares	64.355	60.424
Órgãos do Governo Federal	11	12
Prefeituras Municipais	61.029	72.069
Totais	125.395	132.505

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Imposto de Renda a compensar	20.998	17.250
Contribuição Social a compensar	7.207	4.838
Impostos e Contribuições retidos - órgãos públicos	1.026	1.207
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	29.513	23.577
Circulante	28.829	22.791
Não Circulante	684	786

7. OUTROS CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Adiantamentos a Empregados	3.529	3.428
Pagamentos Reembolsáveis	5.646	4.724
Depósitos Dados em Garantia	2.235	2.416
Despesas Antecipadas	27.938	29.567
Títulos e Outros Créditos	657	1.089
Totais	40.005	41.224
Circulante	23.648	24.301
Não Circulante	16.357	16.923

8. OUTROS INVESTIMENTOS

Prática Contábil:

Joint Venture: O investimento da Companhia na joint venture é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessa investida é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

Outros Investimentos: São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

DESCRIÇÃO	2015	2014
Investimento Controlado em Conjunto - CS Bioenergia S.A.	206	1.894
AFAC - CS Bioenergia S.A.	5.081	3.438
Outros Investimentos reconhecidos pelo Método de Custo	2.937	2.872
Totais	8.224	8.204

Investimentos em joint venture

Em 2014, a Companhia aportou recursos no montante de R\$5,518 na CS Bioenergia S.A, sendo R\$2,080 como aporte de capital, o que equivale a 40% do Capital Social da investida e R\$3,438 como crédito para Futuro Aumento de Capital.

Em 2015, a Companhia efetuou um novo aporte como crédito para Futuro Aumento de Capital no montante de R\$1.643. Abaixo seguem as principais informações do balanço patrimonial e resultado da investida:

BALANÇO PATRIMONIAL - CS BIOENERGIA S.A.	2015	2014
Ativo Circulante	719	171
Ativo Não Circulante	42.830	13.207
· Direitos a Receber - Adiantamento para Obra R\$42.774		
· Outros R\$56		
Passivo Circulante	(30.294)	(40)
Passivo Não Circulante	(37)	(9)
Patrimônio Líquido	(13.218)	(13.329)
Patrimônio Líquido - sem AFAC	(515)	(4.734)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - CS BIOENERGIA S.A.	2015	2014
Receita	-	-
(-) Despesas Operacionais	(4.652)	(477)
Resultado Financeiro	636	11
Resultado Antes dos Impostos	(4.016)	(466)
IRPJ e CSLL	(203)	-
Prejuízo do Exercício	(4.219)	(466)

A movimentação do investimento no exercício é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Saldo no início do período	1.894	2.080
Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação 40%)	(1.688)	(186)
Saldo no final do exercício	206	1.894

Instrumento de Fiança

Em 16 de junho de 2015, conforme deliberado pela 7ª/2015 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a Diretoria da Companhia foi autorizada a avaliar as obrigações assumidas pela CS Bioenergia S.A., no âmbito da 1ª emissão, pela Emissora, de até seis Notas Promissórias Comerciais, com garantia real e adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo o montante total de até R\$30.000, na proporção de 40% do volume da Emissão ("Oferta Restrita" e "Notas Promissórias", respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, alterada e da Instrução CVM nº 155, de 7 de agosto de 1991, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, cuja Emissão foi aprovada pela Emissora em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2015.

Outros Investimentos

A Companhia mantém investimentos diversos sobre os quais não exerce influência significativa, de modo que os mesmos são avaliados pelo método de custo e cujo montante é de R\$2.937 (R\$2.872 em 2014).

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática Contábil:

Imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade ou quando existe algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

Intangível: O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Concessão. O ativo intangível vinculado aos Contratos de

Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(s). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

POR CONTAS			2015	2014
	DESCRICAÇÃO	CUSTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	(Reclassificado Nota 2.2) VALOR LÍQUIDO
Administração	223.916	(94.331)	129.585	102.340
Outras Imobilizações	3.063	(2.605)	458	-
Totais	226.979	(96.936)	130.043	102.340

POR NATUREZA			2015	2014	
	DESCRICAÇÃO	TAXA DE DEPRECIACÃO ANUAL	CUSTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	(Reclassificado Nota 2.2) VALOR LÍQUIDO
Terrenos	-	2.323	-	2.323	2.318
Construções Civas	*1,84%	64.609	(12.316)	52.293	27.117
Benfeitorias	2%	1.721	(587)	1.134	1.130
Instalações	*5,83%	3.676	(1.825)	1.851	1.304
Equipamentos	*6,23%	40.962	(16.535)	24.427	16.554
Móveis e Utensílios	7,14%	34.113	(15.402)	18.711	16.532
Equipamentos de Informática	*19,82%	27.822	(19.166)	8.656	10.512
Veículos	*13,05%	32.804	(21.622)	11.182	13.284
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	18.487	(9.185)	9.302	13.462
Ferramentas	6,67%	462	(298)	164	127
Totais		226.979	(96.936)	130.043	102.340

* Taxa Média Ponderada

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

POR CONTAS			2015	2014
	DESCRICAÇÃO	CUSTO	AMORTIZACÃO ACUMULADA	(Reclassificado Nota 2.2) VALOR LÍQUIDO
Sistemas de Água	3.655.140	(1.207.768)	2.447.372	2.167.551
Sistemas de Esgoto	3.687.281	(769.567)	2.917.714	2.573.870
Resíduos Sólidos	2.533	(2.533)	-	3.615
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.081	(58.761)	66.320	70.532
Outros Ativos Intangíveis	82.797	(48.486)	34.311	30.627
Projetos e Obras em Andamento	1.243.864	-	1.243.864	1.337.041
Estoque para Obras	52.019	-	52.019	42.548
Totais	8.848.715	(2.087.115)	6.761.600	6.225.784

POR NATUREZA			2015	2014	
	DESCRICAÇÃO	TAXA DE AMORTIZACÃO ANUAL	CUSTO	AMORTIZACÃO ACUMULADA	(Reclassificado Nota 2.2) VALOR LÍQUIDO
Terrenos	-	82.684	-	82.684	79.635
Poços	*3,10%	118.080	(33.399)	84.681	80.798
Barragens	*2,67%	141.590	(47.001)	94.589	95.985
Construções Civas	*2,59%	1.561.972	(374.764)	1.187.208	1.064.958
Benfeitorias	*2,67%	13.348	(1.596)	11.752	9.872
Tubulações	*2,64%	4.087.871	(932.019)	3.155.852	2.752.668
Ligações Prediais	3,33%	545.054	(175.049)	370.005	325.139
Instalações	*5,83%	96.518	(30.623)	65.895	41.228
Hidrômetros	10%	152.398	(63.081)	89.317	84.027
Macromedidores	10%	4.573	(2.805)	1.768	1.650
Equipamentos	*6,23%	432.888	(211.825)	221.063	198.896
Móveis e Utensílios	7,14%	4.761	(3.011)	1.750	1.722
Equipamento de Informática	*19,82%	85.804	(79.030)	6.774	7.419
Programas de Informática	20%	39.228	(29.216)	10.012	13.733
Veículos	*13,05%	22.973	(18.249)	4.724	5.320
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	19.735	(15.491)	4.244	5.012
Ferramentas	6,67%	274	(160)	114	118
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	156	(119)	37	41
Proteção e Preservação Ambiental	20%	17.844	(10.916)	6.928	7.442
Concessão do Município de Curitiba (1)	3,33%	125.000	(58.680)	66.320	70.486
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	81	(81)	-	46
Projetos e Obras em Andamento	-	1.243.864	-	1.243.864	1.337.041
Estoque para Obras	-	52.019	-	52.019	42.548
Totais		8.848.715	(2.087.115)	6.761.600	6.225.784

* Taxa Média Ponderada

(1) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 12.

(2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2015, refere-se a 175 (253 em 2014) obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 123 (158 em 2014) localidades, no montante de R\$449.158 (R\$538.651 em 2014); 236 (278 em 2014) obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 123 (123 em 2014) localidades, no montante de R\$669.484 (R\$664.062 em 2014), e ainda R\$125.222 (R\$134.328 em 2014) de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2015 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$46.064 (R\$25.888 em 2014). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 18,8%.

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2015:

DESCRIÇÃO	2014	ADICÕES	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	BAIXAS E PERDAS	TRANSFERÊNCIAS	2015
	(Reclassificado Nota 2.2)					
Imobilizado						
Terrenos	2.318	-	-	-	5	2.323
Construções Cíveis	27.117	-	(939)	(5)	26.120	52.293
Benfeitorias	1.130	-	(34)	-	38	1.134
Instalações	1.304	-	(152)	(7)	706	1.851
Equipamentos	16.554	3.267	(1.746)	(1.073)	7.425	24.427
Móveis e Utensílios	16.532	2.170	(1.605)	(125)	1.739	18.711
Equipamentos de Informática	10.512	644	(2.442)	(120)	62	8.656
Veículos	13.284	61	(1.962)	(15)	(186)	11.182
Máquinas, Tratores e Similares	13.462	186	(3.438)	(139)	(769)	9.302
Ferramentas	127	54	(15)	-	(2)	164
Totais Imobilizado	102.340	6.382	(12.333)	(1.484)	35.138	130.043
Intangível						
Terrenos	79.635	1.637	-	(101)	1.513	82.684
Poços	80.798	93	(1.661)	(1.074)	6.525	84.681
Barragens	95.985	-	(2.473)	-	1.077	94.589
Construções Cíveis	1.064.958	3.501	(29.202)	(7.672)	155.623	1.187.208
Benfeitorias	9.872	4	(267)	(250)	2.393	11.752
Tubulações	2.752.668	46.499	(82.879)	(489)	440.053	3.155.852
Ligações Prediais	325.139	239	(15.286)	(316)	60.229	370.005
Instalações	41.228	575	(4.244)	(1.512)	29.848	65.895
Hidrômetros	84.027	4	(13.640)	(2.578)	21.504	89.317
Macromedidores	1.650	-	(285)	-	403	1.768
Equipamentos	198.896	10.484	(18.141)	(2.869)	32.693	221.063
Móveis e Utensílios	1.722	205	(152)	(115)	90	1.750
Equipamentos de Informática	7.419	11	(635)	(37)	16	6.774
Programas de Informática	13.733	1.241	(4.962)	-	-	10.012
Veículos	5.320	17	(724)	(75)	186	4.724
Máquinas, Tratores e Similares	5.012	14	(1.177)	(374)	769	4.244
Ferramentas	118	7	(11)	-	-	114
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	41	-	(4)	-	-	37
Proteção e Preservação Ambiental	7.442	1.485	(1.946)	(124)	71	6.928
Concessão do Município de Curitiba	70.486	-	(4.166)	-	-	66.320
Concessão do Município de Cianorte	46	-	(6)	(40)	-	-
Subtotais Intangível	4.846.195	66.016	(181.861)	(17.626)	752.993	5.465.717
Projetos e Obras em Andamento	1.337.041	713.220	-	-	(806.397)	1.243.864
Estoques para Obras	42.548	9.471	-	-	-	52.019
Totais Intangível	6.225.784	788.707	(181.861)	(17.626)	(53.404)	6.761.600
Total Geral	6.328.124	795.089	(194.194)	(19.110)	(a) (18.266)	6.891.643

(a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do exercício.

d) Análise do Valor Recuperável dos Ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 639/10, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de negócio de água e esgoto, utilizando as seguintes premissas nos cálculos:

d.1) Unidade Geradora de Caixa - Segmentos Água e Esgoto

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, também foram considerados como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão e contratos de programa, haja vista que os mesmos prevêem ressarcimento pelos Municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;
- As projeções das despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análises e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi de 13,6% (taxa real). O referido percentual foi baseado no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) da Companhia, antes dos impostos, como sugere o CPC 01 (R1) nos itens 55 e 56.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

d.2) Unidade Geradora de Caixa - Resíduos Sólidos

Dentro do segmento Esgoto é possível evidenciar a unidade geradora de caixa para a operação de Resíduos Sólidos, com as seguintes características:

- Os Contratos do segmento de Resíduos Sólidos foram tratados isoladamente;
- Os resultados econômicos de todas as unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;
- Não existe nenhum fato relevante que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos destes contratos.

O estudo técnico concluiu que os Ativos que estão em operação não são recuperáveis, portanto todo o valor alocado na operação de Resíduos Sólidos foi registrado no resultado da Companhia como Ajuste ao Valor Recuperável (provisão para "impairment"), no montante de R\$7.145.

e) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

No exercício de 2015 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico, a qual concluiu que neste intervalo de tempo, desde a revisão do exercício anterior, não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado. Desta forma, a comissão recomendou a manutenção da vida útil e das taxas de depreciação/amortização atualmente utilizadas para o exercício de 2016. A vida útil será novamente revisada ao longo do exercício de 2016.

f) Inventário Patrimonial

Durante o exercício de 2015 a Companhia iniciou o inventário dos ativos para fins regulatórios. A previsão de conclusão é no decorrer do exercício de 2016.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Prática Contábil:

Os Ativos Financeiros Contratuais são reconhecidos inicialmente pelo valor esperado a título de indenização referente aos ativos não amortizados no período de concessão trazidos a valor presente pelo IPCA projetado para o exercício (índice publicado pelo Banco Central do Brasil - BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital - WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa ao spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrer.

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

	2014	ADIÇÕES	RECEITA DE AVP	DESPESA DE AVP	2015
Investimento Não Amortizado	194.078	61.960	-	-	256.038
Ajuste a Valor Presente	(139.492)	(43.694)	5.007	(439)	(178.618)
Ativo Financeiro	54.586	18.266	5.007	(439)	77.420

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

a) A composição de empréstimos, financiamentos e debêntures é a seguinte:

DESCRIÇÃO	TAXA DE JUROS ANUAL EFETIVA	INDEXADOR	2015				2014	
			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Notas Promissórias - 3ª Emissão	1,06%	DI	-	-	-	102.175	-	102.175
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série	1,37%	DI	662	111.142	111.804	-	-	-
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série	1,48%	DI	1.159	188.770	189.929	-	-	-
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série	1,53%	DI	70.307	133.113	203.420	2.953	199.670	202.623
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	1.028	119.371	120.399	900	107.771	108.671
BNDES	1,82% e 2,50%	TJLP	33.375	122.831	156.206	33.294	155.097	188.391
Banco do Brasil - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.411	22.498	25.909	2.847	26.201	29.048
Debêntures 2ª Emissão - 1ª série	1,92%	TJLP	12.150	91.443	103.593	12.098	102.871	114.969
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série	9,19%	IPCA	19.709	127.613	147.322	18.274	129.614	147.888
Debêntures 2ª Emissão - 3ª série	1,92%	TJLP	10.570	79.556	90.126	1.762	48.250	50.012
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.602	25.753	29.355	2.300	21.061	23.361
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série	1,67%	TJLP	2.499	158.975	161.474	1.059	79.249	80.308
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série	7,44%	IPCA	990	65.626	66.616	-	-	-
BNDES - PAC2	1,76% e 2,05%	TJLP	9.063	116.130	125.193	4.405	50.455	54.860
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,68%	TR	62.135	742.527	804.662	62.267	707.920	770.187
Saldos no Final do Exercício			230.660	2.105.348	2.336.008	244.334	1.628.159	1.872.493

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

DESCRIÇÃO	PERÍODO DE EMISSÃO	VENCIMENTO FINAL	VALOR CONTRATADO	QUANTIDADE DEBÊNTURES	PAGAMENTOS	
					AMORTIZAÇÕES	JUROS
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série (1)	2015	2017	111.160	11.116	2017	Semestral
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série (1)	2015	2018	188.840	18.884	2018	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série (2)	2013	2018	199.670	19.967	2016/2017 /2018	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série (2)	2013	2020	100.330	10.033	2019/2020	Semestral
BNDES - 3 Contratos (3)	2007	2023	295.967	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Banco do Brasil - PSI - 11 Contratos (4)	2013 a 2014	2024	38.848	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª série	2011	2024	276.609	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 11 Contratos (5)	2013 a 2014	2025	37.799	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série	2014	2027	230.012	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série	2014	2027	98.576	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES - PAC2 - 4 Contratos (6)	2011 a 2012	2028	395.902	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 229 Contratos (7)	1991 a 2014	2038	1.514.634	-	Mensal	Mensal

(1) Debêntures 5ª Emissão – emitidas em 15/06/2015 e com colocação em 25/06/2015 de 30.000 debêntures no montante total de R\$300.000. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública, destinadas ao complemento do plano de investimentos e Capital de Giro.

(2) Debêntures 3ª Emissão – emitidas em 15/11/2013 e com colocação em 27/11/2013 de 30.000 debêntures no montante total de R\$300.000. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública, destinadas ao pagamento de dívidas e Capital de Giro.

(3) Empréstimos BNDES, utilizados na perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. São garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pelas contas reservas, mantidas junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante.

(4) Empréstimos Banco do Brasil – PSI, com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos através do penhor de duplicatas de prestação de serviços, vencíveis a prazo de 180 dias e desde que não exceda o vencimento final do contrato, cobrindo, 100% do saldo devedor da dívida.

(5) Empréstimos Banco Itaú – PSI, com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia.

(6) Empréstimos BNDES – PAC 2, com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador, destinados à ampliação do sistema de abastecimento de água, e implantação e expansão do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas.

(7) Empréstimos Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do FGTS, destinados a aumentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como, desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas. Estes

empréstimos, possuem taxas de administração de 1,00% até 2,00% ao ano e taxas de risco de 0,30% a 1,70% ao ano e são garantidos em parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, na forma de penhor industrial e pelas receitas próprias da Companhia. Mantém junto a Caixa, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta reserva, equivalente a um encargo mensal.

c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

DESCRIÇÃO	2015		2014	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Saldos no início do exercício	244.334	1.628.159	112.310	1.353.510
Liberações	-	652.815	100.000	384.512
Juros e Taxas	203.015	-	141.648	-
Variações Monetárias	-	50.423	-	29.066
Transferências	226.012	(226.012)	138.332	(138.332)
Amortizações	(442.773)	-	(247.739)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	72	(37)	(217)	(597)
Saldos no final do exercício	230.660	2.105.348	244.334	1.628.159

d) O cronograma de amortização é o seguinte:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 A 2038	TOTAL
Debêntures 2ª Emissão	42.428	38.016	38.016	38.016	38.016	38.016	108.533	341.041
Debêntures 3ª Emissão	71.335	66.557	66.557	59.685	59.685	-	-	323.819
Debêntures 4ª Emissão	3.489	9.331	22.464	22.464	22.464	22.464	125.414	228.090
Debêntures 5ª Emissão	1.822	111.092	188.819	-	-	-	-	301.733
Subtotais Debêntures	119.074	224.996	315.856	120.165	120.165	60.480	233.947	1.194.683
BNDES	33.375	32.825	32.825	32.372	8.046	8.046	8.717	156.206
BNDES - PAC2	9.063	11.709	11.709	11.709	11.709	11.709	57.585	125.193
Banco do Brasil - PSI	3.412	3.369	3.369	3.369	3.369	3.369	5.652	25.909
Banco Itaú - PSI	3.602	3.542	3.542	3.542	3.542	3.542	8.043	29.355
Caixa Econômica Federal	62.134	56.233	60.910	65.042	66.125	56.435	437.783	804.662
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	111.586	107.678	112.355	116.034	92.791	83.101	517.780	1.141.325
Total	230.660	332.674	428.211	236.199	212.956	143.581	751.727	2.336.008

e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes:

Debêntures 2ª Emissão - Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, em 09/02/2015, ocorreu a colocação de 1.305 debêntures da 3ª série, correspondendo a R\$49.437.

Debêntures 4ª Emissão - Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES em 17/06/2015, ocorreu a colocação de 904 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$29.704 e a colocação pelo BNDESPAR de 770 debêntures da 2ª série, correspondendo a R\$25.301.

Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES em 18/12/2015, ocorreu a colocação de 1.500 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$49.288 e a colocação de 1.000 debêntures pelo BNDESPAR da 2ª série, correspondendo a R\$32.858.

Caixa Econômica Federal - Entre os meses de Janeiro a Dezembro de 2015, houve a liberação de R\$82.784.

Em 15/10/2015 houve a liquidação da 3ª Emissão de Notas Promissórias, emitidas em 20/10/2014, sendo seu valor nominal de R\$100.000, destinadas ao reforço do capital de giro da Companhia.

Debêntures 5ª Emissão - Mediante colocação de 30.000 debêntures, emitidas em 15/06/2015 e com colocação em 25/06/2015 em 2 séries com valor nominal unitário de R\$10, sendo a 1ª série com 11.116 debêntures e a 2ª série com 18.840 debêntures no montante total de R\$300.000.

f) Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures

ÍNDICE	LIMITE	FAIXA
EBITDA ajustado / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) Covenants de contratos da 3ª e 5ª Emissão de Debêntures

ÍNDICE	LIMITE
Dívida Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5

Para os contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 3ª e 5ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamentos do BNDES.

12. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$98.167 (R\$95.078 em 2014), sendo R\$7.052 (R\$6.372 em 2014) registrados no passivo circulante e R\$91.115 (R\$88.706 em 2014) no passivo não circulante.

Os vencimentos da dívida estão assim distribuídos:

ANOS DE VENCIMENTO	SALDO A PAGAR
2016	7.052
2017	7.052
2018	7.052
2019	7.052
2020	7.052
2021 a 2031	62.907
Total	98.167

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2015	2014
COFINS a Pagar	14.884	12.657
PASEP a Pagar	3.220	2.748
COFINS - Parcelamento (1)	4.361	4.361
IPTU - Parcelamento (2)	1.751	1.463
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	27.376	24.687
Outros Tributos a Pagar	-	26
Totais de Impostos e Contribuições	51.592	45.942
Circulante	50.124	44.680
Não Circulante	1.468	1.262

(1) Refere-se ao parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro/1994 a setembro/1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estando quitado em 31 de outubro de 2014. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. Em 27 de agosto de 2014 o Ministério Público Federal se manifestou pelo desprovimento do recurso especial da União. Em 13 de outubro de 2014, o recurso especial foi à conclusão da Ministra Marga Tesler da 1a. Turma do STJ, que em face do término da convocação, o processo foi devolvido sem despacho para nova distribuição ao Ministro sucessor. Em 08/06/2015 o processo foi redistribuído ao Ministro convocado Olindo Herculano de Menezes estando concluso para decisão desde então.

(2) Este valor refere-se a débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto a Prefeitura de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/12/2015 foram quitadas 16 parcelas no montante de R\$330.

14. TÍTULOS A PAGAR

A Companhia mantém operações financeiras junto à Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, as quais estão suportadas por contratos assinados entre as partes para pagamento de dívida referente à dotação especial, determinada atuarialmente e indicada no plano de custeio da FUSANPREV. Essa dívida foi parcelada em 180 prestações mensais a partir de maio de 2001, calculadas anualmente pela "Tabela Price" na taxa real de juros equivalente a 6% ao ano, com atualização do saldo devedor pelo INPC, sendo que até 31/12/2015 foram pagas 175 parcelas. A composição total do saldo em 31 de dezembro de 2015, registrado como "títulos a pagar" no passivo circulante, é de R\$3.087 (R\$9.629 em 2014, sendo R\$7.200 no passivo circulante e R\$2.429 no passivo não circulante).

15. RECEITAS A APROPRIAR

Em 08 de março de 2012, a Companhia firmou contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, no montante de R\$16.250. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$3.792 (R\$7.042 em 2014), sendo R\$3.250 (R\$3.250 em 2014) registrados no passivo circulante e R\$542 (R\$3.792 em 2014) no passivo não circulante.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	6.646	7.707
Contratos e Convênios com Terceiros	12.442	15.585
Convênios com Prefeituras Municipais	9.011	8.172
Cauções e Valores a Reembolsar	8.238	11.383
Acordo Ministério Público do Paraná (1)	5.050	-
Totais	41.387	42.847
Circulante	36.957	37.323
Não Circulante	4.430	5.524

(1) Refere-se ao parcelamento do acordo efetuado junto ao Ministério Público do Paraná, referente ao procedimento administrativo nº MPPR-0046.13.006304-6, relativo à diferença da multa por atraso no pagamento de faturas, que foi cobrada no período de agosto de 1996 a abril de 1998 no percentual de 10%, enquanto que o judiciário fixou o percentual de 2%. Acordo firmado no montante de R\$11.363 parcelado em 18 vezes de R\$631 atualizados mensalmente pela média do INPC/IGPDI do mês anterior, sendo que foram pagas 10 parcelas no exercício de 2015 no montante de R\$6.313.

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Prática Contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas no resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

a) Provisões

A Companhia acredita que os montantes de provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis, apresentando a seguinte movimentação em 2015:

NATUREZA	2014	ADIÇÕES	REVERSÕES	2015
Ações Trabalhistas	188.461	80.929	(95.666)	173.724
Ações Cíveis	202.375	44.843	(34.379)	212.839
Ações Ambientais	76.032	664	(581)	76.115
Ações Tributárias	904	1.591	(1.750)	745
Total	467.772	128.027	(132.376)	463.423

O desembolso líquido de caixa dos processos concluídos e baixados no exercício de 2015 foi de R\$ 62.169.

b) Passivos Contingentes

A Companhia suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

NATUREZA	PASSIVOS CONTINGENTES	
	2015	2014
Ações Cíveis	365.153	252.921
Ações Ambientais	213.577	115.868
Ações Tributárias	30.133	29.017
Totais	608.863	397.806

c) Natureza das principais ações judiciais

c.1) Ações Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia encontra-se envolvida são referentes à: i) incidência do adicional de insalubridade no cálculo de horas extras; ii) pagamento aos aposentados da multa de 40% sobre todos os depósitos efetuados a título de FGTS e; iii) adicional de periculosidade no patamar de 30%.

c.2) Ações Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) indenização referente ao contrato de obra em virtude de desequilíbrio econômico-financeiro e; ii) indenização referente à suspensão do contrato.

c.3) Ações Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais decorrentes principalmente por danos ao meio ambiente e vazamento/extravazamento de redes coletoras de esgoto, além de efluentes de estações de tratamento de esgoto em desacordo com o padrão. As principais ações estão relacionadas à: i) danos ambientais, morais e materiais; ii) instalação e funcionamento de estações de tratamento de esgoto e; iii) instalação e funcionamento de estações de tratamento de água, sem licença operacional.

c.4) Ações Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a questionamentos ligados à cobrança de tributos, em virtude de divergências de interpretação da legislação. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se: i) execução fiscal para cobrança de ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza) e; ii) execução fiscal para cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

d) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

NATUREZA	DEPÓSITOS JUDICIAIS	
	2015	2014
Ações Trabalhistas	84.137	108.174
Ações Cíveis	42.799	52.899
Ações Ambientais	1.238	923
Ações Tributárias	4.720	4.751
Totais	132.894	166.747

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

DESCRIÇÃO	2015		2014	
	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	540.314	540.314	551.194	551.194
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(135.079)	(48.628)	(137.799)	(49.608)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	51.099	18.396	41.886	15.079
Subvenções e Doações Recebidas de Órgãos Públicos (1)	179	64	133	48
Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber (1)	(295)	(106)	(45)	(16)
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (2)	3.875	-	603	-
Incentivo Empresa Cidadã (3)	295	-	217	-
Equivalência Patrimonial	(422)	(152)	-	-
Outros	6.596	2.308	(49)	(57)
Totais das Despesas	(73.752)	(28.118)	(95.054)	(34.554)
Totais do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(101.870)		(129.608)
Alíquota Efetiva		18,9%		23,5%

(1) De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009;

(2) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(3) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

A Companhia afastou judicialmente a aplicação dos limites ao cálculo do benefício fiscal do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) impostos pelo Decreto 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 267/2002, passando a observar apenas o disposto na Lei nº 6.321/76. O benefício fiscal referente aos últimos 5 anos montou R\$26.405, utilizados integralmente no exercício de 2015.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Imposto de Renda	(96.410)	(126.620)
Contribuição Social	(35.714)	(45.344)
Realização do Imposto de Renda Diferido	22.658	31.566
Realização da Contribuição Social Diferida	7.596	10.790
Totais	(101.870)	(129.608)

Eventuais impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	PRAZO ESTIMADO DE REALIZAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2015	2014
					TOTAL	TOTAL
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	178.618	44.655	16.076	60.731	-
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	703.437	175.859	63.309	239.168	287.250
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	11.112	2.777	1.000	3.777	1.415
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	463.423	115.856	41.708	157.564	159.043
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	41.411	10.353	3.727	14.080	18.057
Provisão para PPR	1 ano	25.988	6.497	2.339	8.836	8.499
Totais		355.997	128.159	484.156	484.156	474.264
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	175.868	43.967	15.828	59.795	-
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	28 anos	142.040	35.510	-	35.510	37.068
Reserva de Reavaliação	16 anos	140.643	35.161	12.658	47.819	50.871
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	5 anos	18.404	4.601	1.656	6.257	7.250
Totais		119.239	30.142	149.381	149.381	95.189
Total líquido		236.758	98.017	334.775	334.775	379.075

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2015, é a seguinte:

PERÍODOS DE REALIZAÇÃO	ATIVO FISCAL DIFERIDO			PASSIVO FISCAL DIFERIDO		
	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	TOTAIS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	TOTAIS
2016	20.975	7.530	28.505	6.326	1.804	8.130
2017	23.790	8.544	32.334	6.326	1.804	8.130
2018 a 2020	156.168	56.158	212.326	17.826	4.997	22.823
2021 a 2023	40.312	14.450	54.762	15.526	4.169	19.695
2024 a 2026	40.139	14.617	54.756	15.526	4.169	19.695
2027 a 2029	51.515	18.545	70.060	15.526	4.169	19.695
2030 a 2032	4.620	1.663	6.283	10.838	2.481	13.319
2033 a 2035	4.620	1.663	6.283	8.494	1.638	10.132
2036 a 2038	4.620	1.663	6.283	8.494	1.637	10.131
2039 a 2041	4.619	1.663	6.282	8.494	1.637	10.131
2042 a 2044	4.619	1.663	6.282	5.863	1.637	7.500
Totais	355.997	128.159	484.156	119.239	30.142	149.381

19. PARTES RELACIONADAS**Prática Contábil:**

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia destinou ao Estado do Paraná Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2015, no montante de R\$102.796 (R\$90.694 em 2014) e dividendos adicionais propostos de R\$1.764 (R\$16.316 em 2014) totalizando R\$104.560

(R\$107.010 em 2014). Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Adicionalmente, as transações com partes relacionadas são relativas ao fornecimento de água e serviços de esgoto, providos ao Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$130.357 e R\$119.462 para os exercícios de 2015 e 2014, respectivamente.

A Companhia também possui transações com a Dominó Holdings S.A. referente a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2015 no montante de R\$21.869 (R\$16.495 em 2014) e dividendos adicionais propostos de R\$406 (R\$3.758 em 2014) totalizando R\$22.275 (R\$20.253 em 2014), sendo que este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

A Companhia Paranaense de Energia - COPEL (acionista direta da Companhia, uma das acionistas da Dominó Holdings S.A. e controlada pelo Estado do Paraná) possui em 31 de dezembro de 2015 créditos referentes a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2015, no montante de R\$15.063 (R\$11.362 em 2014) e dividendos adicionais proposto de R\$280 (R\$2.588 em 2014) totalizando R\$15.343 (R\$13.950 em 2014), sendo que este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Adicionalmente, a COPEL forneceu energia elétrica à Companhia no montante de R\$378.576 durante o exercício de 2015 (R\$199.092 em 2014).

A Companhia também transaciona com diversas prefeituras municipais do Estado do Paraná o fornecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto sanitário, com as quais mantém contratos de concessões e contratos de programas municipais para prestação de serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2015, foi de R\$76.043 (R\$67.425 em 2014).

Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi aprovada pela 51ª/2015 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 25 de abril de 2015, no montante global de R\$11.695. Para o exercício de 2014 a aprovação se deu pela 50ª/2014 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2014, no montante de R\$10.861, sendo pago a título de remuneração o montante de R\$6.858 e R\$2.106 referente a encargos e benefícios, totalizando o montante de R\$8.964. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$1.925 referem-se a encargos sociais, R\$45 referem-se a participação nos resultados, R\$44 referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE) e R\$92 referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN).

Durante o exercício de 2015, foi pago o montante de R\$10.107, sendo R\$8.346 a título de remuneração e R\$1.761 referente a encargos e benefícios. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$1.658 referem-se a encargos sociais, R\$16 referem-se a participação nos resultados, R\$34 referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE) e R\$53 referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social é composto de 476.620.206 ações, sendo 231.967.956 ações ordinárias e 244.652.250 ações preferenciais sem valor nominal, totalmente integralizado por pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no país e no exterior. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; e (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2015 é de R\$8,77 (R\$7,98 em 31 de dezembro de 2014).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$2.597.360, e sua composição acionária, é a seguinte:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		NÚMERO DE AÇÕES	
		%		%	TOTAL	%
Estado do Paraná	173.902.122	75,0	71.006.327	29,0	244.908.449	51,4
Dominó Holdings S.A.	57.237.359	24,7	730.015	0,3	57.967.374	12,2
Cia. Paranaense de Energia - Copel	-	-	36.343.267	14,9	36.343.267	7,6
Andrade Gutierrez Concessões	-	-	10.004.423	4,1	10.004.423	2,1
Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas do Paraná	-	-	35.000.000	14,3	35.000.000	7,3
Prefeituras Municipais	-	-	2.339.005	1,0	2.339.005	0,5
Investidores Estrangeiros	-	-	36.579.281	15,0	36.579.281	7,7
Demais Investidores	828.475	0,3	52.649.932	21,4	53.478.407	11,2
Totais	231.967.956	100,0	244.652.250	100,0	476.620.206	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$5.925 (R\$6.318 em 2014), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Saldos no início do exercício	98.750	105.068
Realização da Reserva de Reavaliação	(8.977)	(9.574)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	3.052	3.256
Saldos no final do exercício	92.825	98.750

c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$215.755 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

d) Remuneração aos Acionistas

Prática Contábil:

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$69.495, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	438.444	421.586
Constituição da Reserva Legal	(21.922)	(21.079)
Doações e Subvenções Governamentais	(715)	(534)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	415.807	399.973
Dividendos Obrigatórios (25%)	103.952	99.993
Dividendos Complementares	103.951	99.993
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	207.903	199.986

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2015 foi de R\$204.396 (R\$167.545 em 2014), sendo retido o valor de R\$9.806 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 4,80% (4,96% em 2014). Em razão dos Juros sobre o Capital Próprio não atingirem 50% do lucro líquido do exercício, face ao que estabelece o acordo de acionistas, a Administração da Companhia está propondo o pagamento de Dividendos Adicionais de R\$3.507, totalizando uma remuneração bruta no montante de R\$207.903.

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$103.951, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

Os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

	2015	2014
Ações Preferenciais	0,45640	0,43902
Ações Ordinárias	0,41491	0,39911

O montante total de R\$95.101 (R\$92.218 em 2014) registrado no Passivo Circulante como Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos em 2015 inclui R\$52.280 (R\$52.220 em 2014) do acionista Estado do Paraná, R\$10.235 (R\$9.498 em 2014) do acionista Dominó Holdings S.A., R\$7.049 do acionista Companhia Paranaense de Energia - COPEL (R\$ 6.542 em 2014), R\$24.621 (R\$23.425 em 2014) de outros acionistas e R\$916 (R\$533 em 2014) relativos a valores de anos anteriores ainda não pagos efetivamente aos acionistas.

e) Resultado por Ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	2015	2014
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	202.969	208.043
Ações preferenciais	235.475	213.543
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	231.968	246.554
Média ponderada de número de ações preferenciais	244.652	230.066
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,874989	0,843802
Por ação preferencial	0,962488	0,928183

f) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$21.922 em 2015 (R\$21.079 em 2014), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

g) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$715 em 2015 (R\$534 em 2014), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$1.926 (R\$2.826 em 2014), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Saldos no início do exercício	14.073	16.899
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(2.919)	(4.281)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	993	1.455
Saldos no final do exercício	12.147	14.073

21. RECEITAS OPERACIONAIS**Prática Contábil:**

Receita de Produtos e Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: De acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Receitas		
Receitas de Água	1.944.616	1.752.115
Receitas de Esgoto	1.044.242	917.527
Receitas de Serviços	100.477	89.148
Receitas de Resíduos Sólidos	8.060	7.630
Serviços Prestados a Prefeituras	6.190	5.586
Outras Receitas	79.767	42.679
Totais das Receitas Operacionais	3.183.352	2.814.685
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(174.372)	(162.390)
PASEP	(37.795)	(35.255)
Totais das Deduções	(212.167)	(197.645)
Totais das Receitas Operacionais, Líquidas	2.971.185	2.617.040

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados aos contratos de programas de R\$66.016 (R\$19.407 em 2014), durante o exercício de 2015, ou seja, com margem nula.

22. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015			2014		
	ÁGUA	ESGOTO	TOTAL	ÁGUA	ESGOTO	TOTAL
Pessoal	229.134	72.937	302.071	206.090	65.489	271.579
Materiais	72.684	24.483	97.167	69.619	23.980	93.599
Energia Elétrica	344.155	35.122	379.277	183.525	17.905	201.430
Serviços de Terceiros	176.392	116.571	292.963	174.062	117.125	291.187
Depreciações e Amortizações	91.970	80.808	172.778	85.617	70.142	155.759
Outros Custos	78.412	22.494	100.906	79.518	22.052	101.570
Totais	992.747	352.415	1.345.162	798.431	316.693	1.115.124

23. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Comerciais		
Pessoal	92.508	84.799
Materiais	3.125	3.496
Serviços de Terceiros	58.193	54.948
Depreciações e Amortizações	5.405	5.323
Perdas na Realização de Créditos	(5.862)	9.524
Outras Despesas	49.411	41.742
Totais das Despesas Comerciais	202.780	199.832
Administrativas		
Pessoal	544.900	465.283
Materiais	28.849	32.280
Serviços de Terceiros	134.215	123.157
Depreciações e Amortizações	16.011	13.935
Perdas na Realização de Créditos	1.063	-
Outras Despesas	64.231	42.570
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (a)	(107.853)	(99.539)
Despesas Capitalizadas (b)	(89.464)	(92.171)
Totais das Despesas Administrativas	591.952	485.515
Outras Despesas (Receitas) Operacionais		
Despesas		
Baixas de Ativos	(19.150)	(10.344)
Receitas		
Venda de Ativos	3.794	2.357
Totais das Outras Despesas (Receitas) Operacionais, Líquidas	(15.356)	(7.987)

(a) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(b) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

24. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$25.988 (R\$24.998 em 2014), a título de Participação nos Resultados do exercício de 2015, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante. Em agosto de 2015, a Companhia efetuou o registro contábil do complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados referente ao exercício de 2014, no total de R\$14.959, representando no exercício de 2015 o montante de R\$40.947.

25. RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	2015	2014
Receitas Financeiras		
Variações Monetárias Ativas	19.239	10.982
Aplicações Financeiras	23.698	13.645
Outras Receitas Financeiras	9.062	3.760
Totais das Receitas Financeiras	51.999	28.387
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures	(157.189)	(111.675)
Variações Monetárias Passivas	(42.011)	(18.246)
Outras Despesas Financeiras	(12.273)	(8.034)
Totais das Despesas Financeiras	(211.473)	(137.955)
Resultado Financeiro, líquido	(159.474)	(109.568)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Prática Contábil:

Ativos Financeiros

Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias mantidas até o vencimento e disponíveis para venda.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado: São registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo e tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no resultado. Caixa e equivalentes de caixa são classificados nesta categoria.

Empréstimos e Recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos das contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, depósito judiciais e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Passivos Financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia compreendem os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias, empreiteiros e fornecedores e contratos de concessão.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis, encontra-se a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR CONTÁBIL		VALOR JUSTO	
	2015	2014	2015	2014
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de caixa	163.797	69.061	163.797	69.061
Contas a Receber de Clientes, líquido	487.017	401.545	487.017	401.545
Depósitos Vinculados	43.725	44.430	43.725	44.430
Ativos Financeiros Contratuais	77.420	54.586	77.420	54.586
Total	771.959	569.622	771.959	569.622
Passivos Financeiros				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.336.008	1.872.493	2.336.008	1.872.493
Empreiteiros e Fornecedores	125.404	141.079	125.404	141.079
Título a Pagar	3.087	9.629	3.087	9.629
Contratos de Concessão	98.167	95.078	98.167	95.078
Total	2.562.666	2.118.279	2.562.666	2.118.279

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Caixa e Equivalentes de Caixa: os montantes divulgados no balanço patrimonial, aproximam-se do valor justo. O saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras com características de curto prazo de alta liquidez, mantidas na Caixa Econômica Federal, em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal.

Depósitos Vinculados: Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água - ANA no valor de R\$3.747 (R\$4.238 em 2014); bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$13.437 (R\$12.163 em 2014), R\$4.771 (R\$2.896 em 2014) e R\$12.603 (R\$11.408 em 2014).

Contas a Receber: os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se do valor justo, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros da poupança para as contas de órgãos públicos.

A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
SalDOS no Início do Exercício	(1.661)	(1.481)
Ajuste a Valor Presente	(1.179)	(180)
SalDOS no Final do Exercício	(2.840)	(1.661)

Ativos Financeiros Contratuais: representam a expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, com base nos prazos das concessões.

Contas a Pagar: as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 28 (vinte e oito) dias.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 11, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em 31/12/2015, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado e intangível.

Títulos a Pagar: representam títulos a pagar à Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, representada por 180 prestações mensais a partir de maio de 2001, calculadas mensalmente pela "Tabela Price" na taxa de juros equivalente a 6% ao ano, com atualização do saldo devedor pelo INPC (vide nota 14).

Contratos de Concessão: representa o saldo a pagar relativo ao contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos junto a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001 (vide nota 12).

Risco de negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detém as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 11,2 milhões de pessoas com água tratada e 7,5 milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto.

Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

INDEXADOR	2015	2014
TR	804.662	770.187
TJLP	636.592	488.540
IPCA	334.337	256.559
DI	505.153	304.798
Sem Correção Monetária	55.264	52.409
	2.336.008	1.872.493

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$24.875 e R\$49.750 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

ANÁLISE DESCRIÇÃO	INDEXADOR	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	CDI	4.519	(4.519)	9.038	(9.038)
Itaú Corp Plus Referenciado	CDI	4	(4)	8	(8)
Ativos		4.523	(4.523)	9.046	(9.046)
Caixa Econômica Federal	TR	(2.969)	2.969	(5.938)	5.938
BNDES	TJLP	(2.053)	2.053	(4.106)	4.106
BNDES-PAC2	TJLP	(266)	266	(532)	532
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(1.564)	1.564	(3.128)	3.128
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(3.277)	3.277	(6.554)	6.554
Debêntures - 3ª Emissão - 1ª Série	DI	(7.105)	7.105	(14.210)	14.210
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(2.595)	2.595	(5.190)	5.190
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(342)	342	(684)	684
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(346)	346	(692)	692
Debêntures - 5ª Emissão - 1ª Série	DI	(2.156)	2.156	(4.312)	4.312
Debêntures - 5ª Emissão - 2ª Série	DI	(3.686)	3.686	(7.372)	7.372
Passivos		(26.359)	26.359	(52.718)	52.718
Efeitos no Lucro antes da Tributação		(21.836)	21.836	(43.672)	43.672

A TR considerada foi de 1,80% e a TJLP de 6,25%, obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, e o IPCA à taxa de 10,67%, obtida junto ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Risco de Crédito: praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Concessão: os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

Derivativos: a Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (*hedge*).

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 11, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

Gestão de capital: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 11), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 4).

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa:

	2015	2014
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.336.008	1.872.493
Caixa e Equivalentes de Caixa	(163.797)	(69.061)
Dívida Líquida	2.172.211	1.803.432
Patrimônio Líquido	4.180.307	3.801.085
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,52	0,47

27. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$26.949 (R\$24.531 em 2014) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,5% pela patrocinadora e 36,5% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$48.527 (R\$43.847 em 2014).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar serão determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário, evidenciando a necessidade de se estabelecer um plano de equacionamento do déficit técnico, de acordo com a legislação, tendo em vista que a Entidade apresentou resultado deficitário pelo terceiro ano consecutivo. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Demonstração do passivo atuarial:

DESCRIÇÃO	PLANO DE APOSENTADORIA	PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	2015	2014
Valor Presente das Obrigações Atuariais	719.452	463.621	1.183.073	1.286.478
Valor Justo dos Ativos	(478.255)	(1.381)	(479.636)	(441.625)
Totais	241.197	462.240	703.437	844.853
Circulante	16.080	30.816	46.896	56.324
Não Circulante	225.117	431.424	656.541	788.529

Apuração do passivo atuarial:

DESCRIÇÃO	PLANO DE APOSENTADORIA	PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	2015	2014
Valor presente da obrigação no início do ano	733.675	552.802	1.286.477	1.210.036
Custo de juros sobre a obrigação	72.137	71.198	143.335	126.260
Custo do serviço corrente	-	5.449	5.449	15.762
Benefícios pagos no exercício	(54.034)	(14.180)	(68.214)	(65.163)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	(27.061)	(151.648)	(178.709)	(417)
Contribuição Extraordinária Assistidos - Ajuste TAC	(5.265)	-	(5.265)	-
Obrigação total no exercício	719.452	463.621	1.183.073	1.286.478
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(437.057)	(4.568)	(441.625)	(429.084)
Juros sobre os ativos do plano	(53.848)	(586)	(54.434)	(50.201)
Contribuição dos participantes	(1.668)	-	(1.668)	(1.515)
Contribuição da patrocinadora	(640)	(14.180)	(14.820)	(13.836)
Benefícios pagos no exercício	54.034	14.180	68.214	65.163
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	(10.857)	3.773	(7.084)	(12.152)
Reversão Saldo de Conta - TAC	(28.219)	-	(28.219)	-
Valor justo dos ativos no exercício	(478.255)	(1.381)	(479.636)	(441.625)
Passivo reconhecido no final do exercício	241.197	462.240	703.437	844.853

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	14,20% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	14,20% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,48% ao ano
Inflação	6,40% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,00% ao ano

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss D10
Tábua de entrada em invalidez	Light Média D30
Idade de aposentadoria	55 anos

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados:

DESCRIÇÃO	PLANO DE APOSENTADORIA	PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
Base de dados utilizada		
Data efetiva	31 out 2015	31 out 2015
Participantes ativos (passivo principal)	7.312	2.471
Assistidos/ Beneficiários em gozo de benefício	2.336	2.401
a. Aposentados	1.713	1.906
b. Pensionistas	623	495
Total de participantes	9.648	4.872

Distribuição da Massa de Beneficiários e os Prêmios Mensais Totais do Plano de Assistência Médica, em 31 de dezembro de 2015:

FAIXA ETÁRIA	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS ¹	VALOR EM REAIS
0 a 18 anos	1.432	122,89
19 a 23 anos	971	176,43
24 a 28 anos	151	185,60
29 a 33 anos	71	210,89
34 a 38 anos	200	221,90
39 a 43 anos	329	288,02
44 a 48 anos	936	302,98
49 a 53 anos	1.440	395,59
54 a 58 anos	1.510	416,16
59 anos ou mais	3.664	451,30

¹ Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

Rentabilidade dos Investimentos

No ano de 2015 a FUSAN obteve rentabilidade de 11,06% na sua carteira de investimentos, abaixo da meta atuarial de 17,67% (INPC/IBGE + 5,75% de juros ao ano). Este resultado deve-se a parte da carteira de renda fixa estar atrelada a títulos que acompanhem a variação do CDI, pela dificuldade de rentabilizar a carteira imobiliária e pela baixa performance da bolsa de valores.

O Conselho Deliberativo da FUSAN aprovou a Política de Investimentos para 2015, com o objetivo de parametrizar os investimentos para os próximos 5 anos, conforme estabelece a legislação em vigor.

A alocação estratégica da carteira avalia a adequação de cada investimento às necessidades do plano, a tabela abaixo detalha a alocação estratégica:

SEGMENTO/ MANDATO	ALOCACÃO %			ÍNDICE DE REFERÊNCIA	META DE RENTABILIDADE
	OBJETIVO	MÍNIMO	MÁXIMO		
Renda fixa	72,80	30,0	100,0	55% CDI + 45% IMA-B	INPC + 5,5% aa
Renda variável	11,45	0,0	35,0	65% Ibovespa + 35% SMLL	INPC + 10% aa
Investimentos Estruturados	5,20	0,0	10,0	INPC + 7,5% aa	INPC + 7,5% aa
Investimento no Exterior	0,50	0,0	10,0	MSCI World	INPC + 7,5% aa
Imóveis	4,25	0,0	8,0	INPC	INPC
Operações com Participantes	5,80	0,0	15,0	INPC + 8,5% aa	INPC + 8,5% aa

Riscos associados ao Plano de Aposentadoria - FusanPrev:

- Risco de sobrevivência;
- Crescimento Salarial;
- Retorno de Investimentos (taxa de juros);

- Risco no regime de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição, o qual foi minimizado com a instituição de contribuição de riscos para o grupo de assistidos e reversão de parte das contribuições facultativas do participante.

Em relação às tábuas biométricas e crescimento de salários, consideramos que a Entidade definiu adequadamente as hipóteses, adequando-as à massa dos participantes, por meio do Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais e demais procedimentos de aprovação e ciência dos Conselhos e Patrocinadoras.

Quanto à hipótese da taxa de juros, a Entidade solicitou a manutenção da taxa de juros de 5,75% a ser aplicada no exercício de 2015, elaborando um projeto atuarial e econômico-financeiro de acordo com a Instrução Previc nº 01, de 12 de abril de 2013, obtendo parecer favorável da Previc. Diante de todo o estudo elaborado, constatou-se que ao longo do tempo a taxa de juros atuarial converge com a rentabilidade obtida no mercado financeiro, apresentando períodos de altos retornos e também de baixos retornos. No atual cenário econômico nacional, com a perspectiva de aumento de taxa de juros, a Entidade, mediante gestão proativa no sentido de otimizar a carteira de investimentos, projeta a sustentação da atual taxa de juros de 5,75% como retorno de seu patrimônio.

A atual forma de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição tem perspectiva de custo crescente ao longo do tempo, a menos que a massa de participantes se renove proporcionalmente, de forma que se mantenha a idade média e o mesmo patamar médio de benefícios e principalmente de salários, base de cálculo de financiamento. É prudente que a Entidade venha a capitalizar as pensões, principalmente a pensão por morte de assistidos.

Riscos associados ao Plano de Assistência Médica - SaneSaúde:

- Crescimento real dos custos médicos;
- Taxa de juros;
- Sobrevivência;
- Regime financeiro de repartição simples.

A incorporação de tecnologia nos serviços médicos resulta um custo crescente na saúde, cujo comportamento tem característica universal. Da mesma forma, essa premissa é verificada quanto à incorporação de tecnologia nos materiais utilizados em exames, laboratórios, clínicas e hospitais. Historicamente se observa que os procedimentos médicos tendem a variar em percentuais acima da inflação.

Além deste ponto, a assunção de novas coberturas determinadas pelo agente regulador compõem um risco contínuo para o plano.

Outro ponto a observar é o efeito advindo do envelhecimento do grupo de beneficiários, o que no futuro poderá agravar a taxa de sinistralidade.

Plano de Custeio FusanPrev: O Plano de Custeio do Plano de Benefícios FusanPrev estabelecido para o exercício de 2014, com vigência de abril/15 a março/16, está ajustado de forma a atender o disposto no artigo 6º da Lei Complementar nº 108/2001, no que concerne à paridade de contribuições normais entre participante e patrocinadora, destacando que os percentuais de custeio deverão ser reavaliados após o prazo de um ano da avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

Para cobertura do Custo Normal o Plano de Custeio corresponde a um percentual de contribuição individual para formação do saldo de conta, mínimo de 1,75% e máximo de 5,56%, além de um percentual para cobertura de benefícios de risco de 1,63% e ainda 0,43% para cobertura das despesas administrativas, aplicados sobre o salário de participação, para todas as categorias de participantes ativos e Patrocinadoras, exceto contribuição de risco para opção em Benefício Proporcional Diferido.

Na contribuição facultativa do participante foi instituído um percentual de reversão de 21% e 0,86%, respectivamente, para cobertura de riscos e despesas administrativas, que será descontado do valor total desta contribuição.

Os participantes assistidos e patrocinadoras contribuirão com 1,72% aplicado sobre o benefício, sendo 1,29% para cobertura de benefícios de riscos em regime de repartição e 0,43% para cobertura das despesas administrativas.

A implantação da contribuição de risco para os assistidos e a reversão de parte das contribuições adicionais dos ativos para o custeio do risco ajudou na estabilização do custo das pensões. As contribuições adicionais dos ativos não são obrigatórias e ocorrem somente por opção do participante, pois não há contrapartida patronal, sendo que estas são essenciais para o custeio do risco.

Plano de Custeio SaneSaúde: O plano de custeio do SaneSaúde tem participação da empresa na ordem de 70% dos custos e 30% dos empregados. Possui coparticipação dos empregados para consultas e diversos exames. Está separado por faixas etárias de acordo com a legislação e está estruturado sob regime financeiro de repartição simples.

O SaneSaúde é custeado pela Sanepar, na qualidade de patrocinadora e por seus beneficiários inscritos no plano, por meio de contribuições mensais, determinadas na Tabela de Contribuições do SaneSaúde, a qual estabelece os valores dos prêmios mensais, por faixa etária e com base em cálculos atuariais. É custeado também, por valores (receitas) decorrentes dos Fatores Moderadores, quando da efetiva utilização dos serviços pelos respectivos beneficiários.

O montante mensal de contribuições é determinado pela multiplicação do número de beneficiários inscritos no plano pelo prêmio mensal definido na Tabela Anual de Custeio, de acordo com a faixa etária de cada beneficiário.

Sobre o montante mensal apurado, a participação da Sanepar será de 70% para custeio dos Beneficiários Titulares, Beneficiários Especiais, e respectivos dependentes, conforme definidos no Regulamento do Plano. Com relação aos dependentes a proporção da participação será a estabelecida em tabela específica.

A Sanepar não contribui para o custeio de Beneficiários Autopatrocinaados, filhos designados, bem como, na aposentadoria dos Beneficiários Titulares com adesão ao SaneSaúde após março de 2002.

Os valores decorrentes da participação dos Beneficiários, relativos às suas contribuições e aos Fatores Moderadores de Utilização, definidos no Regulamento do Plano, serão descontados em folha de pagamento da Sanepar e repassados mensalmente à Fundação Sanepar.

A Tabela de Contribuições do SaneSaúde será avaliada e atualizada pelo atuário responsável pelo Plano com periodicidade máxima anual, sendo o resultado apurado submetido à apreciação e aprovação da Diretoria Executiva da Sanepar e do seu Conselho de Administração, para adequação da necessária estabilidade financeira-atuária do Plano.

A vigência da Tabela de Contribuições do SaneSaúde compreenderá o período de 1º de junho até 31 de maio do ano seguinte.

Ativos do Plano

O valor justo dos ativos do plano aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2015	%	2014	%
Renda Fixa (a)				
Cotas de Fundos de Renda Fixa	859.345		749.805	
Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado	65.163		49.734	
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	14.895		10.439	
Total Renda Fixa	939.403	81,3	809.978	78,0
Renda Variável (b)				
Cotas de Fundos de Investimentos Abertos	28.943		45.401	
Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de FI	40.199		49.205	
Carteira de Ações	12.899		13.118	
Total Renda Variável	82.041	7,1	107.724	10,4
Imóveis (c)	38.994	3,4	39.684	3,8
Operações com Participantes (d)	63.637	5,5	57.845	5,6
Estruturados (e)				
Cotas de FIP's	18.920		16.986	
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	12.562		6.144	
Total Estruturados	31.482	2,7	23.130	2,2
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.155.557	100	1.038.361	100

(a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;

(b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;

(c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;

(d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;

(e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multimercados enquadrados neste segmento.

Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos;

A seguir apresentamos análise de sensibilidade de hipóteses:

- O investimento em Parcerias Público-Privadas (PPPs) somente será permitido quando a operação fizer sentido econômico-financeiro, em termos relativos às demais alternativas que se apresentem para a FUSAN. Além disso, essa operação deverá necessariamente contar com a aprovação do Conselho Deliberativo;
- As operações com derivativos em fundos exclusivos podem ser realizadas somente se estiverem em conformidade com as restrições estabelecidas pela legislação vigente e na Política de Investimentos.

Não serão permitidos investimentos em papéis ou instrumentos classificados como "Grau Especulativo", considerando-se a classificação descrita na seção Risco de Crédito da Política de Investimentos.

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2016:

DESCRIÇÃO	PLANO DE APOSENTADORIA	PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	2016
Custo do Serviço Corrente	8.900	9.617	18.517
Custo dos Juros	97.881	65.830	163.711
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(63.812)	(88)	(63.900)
Contribuições dos Participantes/Empregador	(2.604)	(15.279)	(17.883)
Totais	40.365	60.080	100.445

DESCRIÇÃO	PLANO DE APOSENTADORIA	PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
Valor da Obrigação no Período	719.452	463.621
Taxa de Juros		
Com Acréscimo de 1%	657.947	431.212
Variação %	(8,55%)	(7,00%)
Com Redução de 1%	791.986	535.193
Variação %	10,08%	15,4%
Crescimento de Custos		
Com Acréscimo de 1%	-	532.854
Variação %	-	14,9%
Com Redução de 1%	-	408.719
Variação %	-	(11,8%)
Efeito da Tábua de Sobrevida		
AT - 1949	717.402	454.700
Variação %	(0,29%)	(1,9%)
AT - 1983	721.542	472.313
Variação %	0,29%	1,9%

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

DESCRIÇÃO	2015			2014		
	ÁGUA	ESGOTO	TOTAL	ÁGUA	ESGOTO	TOTAL
Receita Operacional Direta	2.023.923	1.073.472	3.097.395	1.823.755	942.665	2.766.420
Outras Receitas Operacionais	51.359	34.598	85.957	29.138	19.127	48.265
Total da Receita Operacional Bruta	2.075.282	1.108.070	3.183.352	1.852.893	961.792	2.814.685
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(126.722)	(85.445)	(212.167)	(119.323)	(78.322)	(197.645)
Receita Operacional Líquida	1.948.560	1.022.625	2.971.185	1.733.570	883.470	2.617.040
Custo	(992.747)	(352.415)	(1.345.162)	(798.431)	(316.693)	(1.115.124)
Lucro Bruto	955.813	670.210	1.626.023	935.139	566.777	1.501.916
Despesas Comerciais	(121.162)	(81.618)	(202.780)	(120.642)	(79.190)	(199.832)
Despesas Administrativas	(353.693)	(238.259)	(591.952)	(293.112)	(192.403)	(485.515)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(10.184)	(5.172)	(15.356)	(4.822)	(3.165)	(7.987)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(1.688)	(1.688)	-	(186)	(186)
Resultado Financeiro, líquido	(78.331)	(81.143)	(159.474)	(52.226)	(57.342)	(109.568)
PPR	(24.466)	(16.481)	(40.947)	(24.908)	(16.350)	(41.258)
Provisões	2.502	1.847	4.349	(18.083)	(11.823)	(29.906)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(46.564)	(31.297)	(77.861)	(46.177)	(30.293)	(76.470)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	323.915	216.399	540.314	375.169	176.025	551.194
Imposto de Renda e Contribuição Social	(61.071)	(40.799)	(101.870)	(88.217)	(41.391)	(129.608)
Lucro Líquido do Exercício	262.844	175.600	438.444	286.952	134.634	421.586
Investimentos no Imobilizado /Intangível no Período (a)	318.247	476.842	795.089	443.608	510.440	954.048
Participação Societária - CS Bioenergia	-	5.287	5.287	-	5.267	5.267
Endividamento - Financiamentos e Debêntures	981.340	1.354.668	2.336.008	825.326	1.047.167	1.872.493
Imobilizado e Intangível, Líquidos	3.077.904	3.813.739	6.891.643	2.811.465	3.377.167	6.188.632
Depreciações e Amortizações do Período	(104.770)	(89.424)	(194.194)	(97.242)	(77.775)	(175.017)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (b)	412.011	203.241	615.252	363.713	171.998	535.711
Total do Ativo	3.682.187	4.562.488	8.244.675	3.430.717	4.121.022	7.551.739
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	1.707.441	2.356.927	4.064.368	1.653.288	2.097.366	3.750.654
Quantidade de Usuários - Não Auditado/Revisado (c)	2.979.363	1.859.533	-	2.909.401	1.759.422	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (d)	582.594	392.453	-	586.594	385.047	-

(a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(b) Apresentadas pelo valor bruto;

(c) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(d) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a Yasuda Marítima Seguros S.A. para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$894.994, com vigência abrangendo o período de 08/12/2015 a 08/12/2016, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

ATIVO	IMPORTÂNCIA SEGURADA
Edifícios	444.871
Máquinas e Equipamentos e Veículos	394.570
Estoque	55.553
Total	894.994

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2015 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 28 processos judiciais no montante de R\$79.299 com a seguradora Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A..

A Companhia também firmou contrato com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O - Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 14/04/2016.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Eleição de Diretor Executivo

Em 14 de janeiro de 2016, foi realizada a 1ª/2016 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, tendo como ordem do dia a eleição do Sr. Glauco Machado Requião para o cargo de Diretor de Meio Ambiente e Ação Social.

Reajuste Tarifário

O Conselho de Administração na 2ª/2016 Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de fevereiro de 2016, aprovou o encaminhamento da proposta de reajuste tarifário para o ente regulador que definirá pela aplicação ou não do reajuste à tarifa de água e esgoto, definindo também seu percentual, caso aplicável.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Reclassificação de saldos do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014

Conforme divulgado na nota explicativa 2.2, durante o exercício de 2015 a Companhia alterou a prática contábil de registro dos ativos relacionados aos contratos de concessão regidos pela Lei de Concessões - Lei 8.987/95. Os saldos dos ativos relacionados a tais contratos, anteriormente classificados no ativo imobilizado, foram reclassificados em 31 de dezembro de 2014 e em 01 de janeiro de 2014, para fins de comparação das demonstrações contábeis, conforme previsto no CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2016

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/F-6

Alexandre Rubio
Contador CRC 1SP223361/O-2



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Contábeis e da Proposta para Destinação dos Lucros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e, baseados nos documentos examinados, nas informações recebidas da Administração e no "Relatório" sem ressalvas dos Auditores Independentes, "Ernst & Young Auditores Independentes S/S", datado de 22 de fevereiro de 2016, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, naquela data e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 15 de março de 2016.

Ivens Moretti Pacheco (Presidente)
George Hermann Rodolfo Tormin (Conselheiro)
José Antonio Andreguetto (Conselheiro)
Newton Brandão Ferraz Ramos (Conselheiro)

DIRETORIA EXECUTIVA

Em 31 de Dezembro de 2015

Mounir Chaowiche (Diretor-Presidente)

Gustavo Fernandes Guimarães (Diretor Financeiro)

Paulo Alberto Dedavid (Diretor de Operações)

Ney Amilton Caldas Ferreira (Diretor de Relações com Investidores)

João Martinho Cleto Reis Júnior (Diretor de Investimentos)

Antonio Carlos Salles Belinati (Diretor Comercial)

Julio Jacob Junior (Diretor Jurídico)

Luciano Valério Bello Machado (Diretor Administrativo e Diretor de Meio Ambiente e Ação Social em exercício)

A partir de Janeiro de 2016

(Eventos Subsequentes – Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis nº 30)

Mounir Chaowiche (Diretor-Presidente)

Gustavo Fernandes Guimarães (Diretor Financeiro)

Paulo Alberto Dedavid (Diretor de Operações)

Ney Amilton Caldas Ferreira (Diretor de Relações com Investidores)

João Martinho Cleto Reis Júnior (Diretor de Investimentos)

Antonio Carlos Salles Belinati (Diretor Comercial)

Julio Jacob Junior (Diretor Jurídico)

Luciano Valério Bello Machado (Diretor Administrativo)

Glauco Machado Requião (Diretor de Meio Ambiente e Ação Social)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mauro Ricardo Machado Costa (Presidente)

Joel Musman (Vice-Presidente)

Michele Caputo Neto

Marcia Carla Pereira Ribeiro

Eduardo Francisco Sciarra

Paulino Viapiana

Ezequias Moreira Rodrigues

Luiz Carlos Brum Ferreira

Edson Roberto Michaloski

CONSELHO FISCAL

Ivens Moretti Pacheco (Presidente)

José Antonio Andreguetto

George Hermann Rodolfo Tormin

Newton Brandão Ferraz Ramos

CONTADOR

Ozires Kloster

Gerente Contábil

Contador CRC-PR 030.386/0-8



Rua Engenheiros Rebouças, 1.376 | Rebouças | CEP 80.215-900
Curitiba | Paraná | Brasil | Tel.: 41 3330-3636 | Fax: 41 3333-3344

SANEPAR.COM.BR





**PARANÁ
BEM
TRATADO**
SANEAMENTO É VIDA E SAÚDE

